

# PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 30 • Dezembro/Fevereiro de 2003/04 • Nº 99 • Preço: R\$ 10,00

A "Mente Monocultural" e a Ocupação Autoritária do Território Brasileiro  
*José Augusto Pádua*

Reforma Agrária e Meio Ambiente: a construção de uma nova territorialidade  
*Jean Pierre Leroy*  
*Maria Emília Lisboa Pacheco*

Direito Humano ao Meio Ambiente  
*Fernando Walcacer*

Mapa dos Conflitos Ambientais – a experiência do Rio de Janeiro  
*Henri Acselrad*

Serviços de Saneamento: desafios e perspectivas para a política  
*Ana Lucia Britto*

Impasses e Perspectivas para uma Política Energética Sustentável no Brasil  
*Célio Bermann*

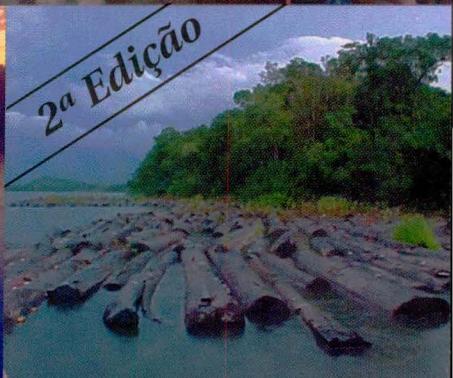
Exportações e Vulnerabilidade Externa  
*Reinaldo Gonçalves*

Uma Resenha de *Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais*  
de Célio Bermann  
*Gabriela Scotto*

Cuiabá-Santarém: exploração desordenada ou oportunidade e governança?  
*Ane Alencar, Daniel Nepstad, David Mcgrath, Socorro Pena, Maria Del Carmen Díaz, Rosana Costa*

A Água no III Fórum Social Mundial: sérias preocupações, muitos protestos poucas alternativas  
*Tania Pacheco*

Terra, Trabalho e Organização Social no Campo – uma filmografia  
*Márcia P. Leite, José Victor Regadas, Elisângela Barbosa*



## Justiça Ambiental

## **Conselho Deliberativo**

### **Presidente**

Leilah Landim Assumpção

### **Vice Presidente**

Márcia Pereira Leite

### **1ª Secretário**

Revd. Paulo Pena Schutz

### **2ª Secretário**

Luis Carlos Delorme Prado

### **3º Secretário**

Décio Lima de Castro

### **Suplentes:**

Leila Linhares

Liszt Benjamin Vieira

Neide Esterci

Regina Leite Garcia

Virgínia Fontes

### **Conselho Fiscal**

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Ricardo Gouveia Corrêa

### **Suplente**

José Moreira Bartholo

### **Associados Efetivos**

Alexandre Sgrecia \* Ana Clara Torres

Ribeiro \* Braulio Rodrigues da Silva \*

Cândido Grzybovski \* Ênio Candotti

\* Fernanda Carísio \* José Ricardo

Peret \* José Sérgio Leite Lopes \* Luiz

Eduardo Soares \* Luiz Gonzaga Ulhoa

Tenório \* Maria Lúcia Karam \*

Marinete Valentim \* Otávio Guilherme

Cardoso Alves Velho \* Otília Silva Leite

\* Renato Maluf \* Sérgio Góes de Paula

\* Silvio Caccia Bava \* Uri Gomes

Machado \* Wanda Engel Aduan

### **Representantes dos Funcionários**

Matheus Otterloo

### **Diretor Executivo**

Jorge Eduardo Saavedra Durão

### **Diretores de Áreas Temáticas e**

#### **Programas**

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Orlando Alves dos Santos Jr.

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

## **FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**

### **Os objetivos permanentes da FASE**

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

### **Os objetivos do Plano Trienal 2002-2004**

#### **Campos estratégicos de atuação**

- Construção de um novo projeto de desenvolvimento
- O enfoque inovador da sustentabilidade
- O fortalecimento dos atores sociais e coletivos
- O fortalecimento institucional e o desenvolvimento organizacional

#### **Objetivos gerais**

- elaborar e difundir modelos replicáveis de desenvolvimento integrado e sustentável, a partir de experiências implementadas e projetos demonstrativos.
- implementar a agenda nacional da FASE, baseada no enfoque da luta contra as desigualdades, contribuindo para a consolidação de uma plataforma nacional de Direitos econômicos Sociais e Culturais.
- propiciar a efetivação de Direitos Econômicos Sociais e Culturais junto aos grupos beneficiários do trabalho da FASE através da intervenção dos seus programas nacionais e regionais.
- coordenar iniciativas de caráter nacional e regional, tais como campanhas encontros e articulações, que contribuam para o fortalecimento dos sujeitos coletivos e de seus fóruns e redes, na perspectiva da ampliação da participação da cidadania na gestão das políticas públicas e da democratização da sociedade brasileira
- elaborar e divulgar teses próprias, para o debate relançado pela ABONG junto à sociedade civil brasileira acerca do papel próprio das ONG's e do marco legal de regulamentação das organizações sem ter alcançado uma intervenção articulada em torno da ABONG, enquanto campo de organizações sociais comprometidas com a promoção da cidadania, da democracia e da justiça social;
- alcançar uma intervenção articulada em torno dos temas do desenvolvimento, das desigualdades sociais e da pobreza na América Latina, através da constituição de parcerias – em especial no campo da Associação Latino-americana de Organizações de Promoção Social, ALOP;
- viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira, já iniciado no quadriênio anterior, ampliando a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

Editorial	5
A “Mente Monocultural” e a Ocupação Autoritária do Território Brasileiro <i>José Augusto Pádua</i>	6
Reforma Agrária e Meio Ambiente: a construção de uma nova territorialidade <i>Jean Pierre Leroy</i> <i>Maria Emilia Lisboa Pacheco</i>	13
Direito Humano ao Meio Ambiente <i>Fernando Walcacer</i>	21
Mapa dos Conflitos Ambientais – a experiência do Rio de Janeiro <i>Henri Acselrad</i>	26
Serviços de Saneamento: desafios e perspectivas para a política <i>Ana Lucia Britto</i>	33
Impasses e Perspectivas para uma Política Energética Sustentável no Brasil <i>Célio Bermann</i>	41
Exportações e Vulnerabilidade Externa <i>Reinaldo Gonçalves</i>	47
Uma Resenha de <i>Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais</i> de Célio Bermann <i>Gabriela Scotto</i>	54
Cuiabá-Santarém: exploração desordenada ou oportunidade de governança? <i>Ane Alencar, Daniel Nepstad, David Mcgrath,</i> <i>Socorro Pena, Maria Del Carmen Diaz, Rosana Costa</i>	60
A Água no III Fórum Social Mundial: sérias preocupações, muitos protestos e poucas alternativas <i>Tania Pacheco</i>	66
Terra, Trabalho e Organização Social no Campo – uma filmografia <i>Márcia P. Leite, José Victor Regadas, Elisangela Barbosa</i>	78

### FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo  
22270-070, Rio de Janeiro - RJ  
Tel.:(021) 2286-1441  
Fax.:(021) 2286-1209

### FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo  
22270-070, Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (021) 2286-1441  
Fax: (021) 2286-1209

### FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.  
29015-330, Vitória-ES  
Tel. (027) 3322-6330  
Fax: (027) 3223-7436

### FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do  
Livramento, 168 Derbi  
52010-060, Recife-PE  
Tel/Fax: (081) 3221-5478

### FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,  
Umarizal  
66055-080, Belém - PA  
Tel.:(091) 242-0318  
Fax.:(091) 241-5310

### Projeto Gurupá

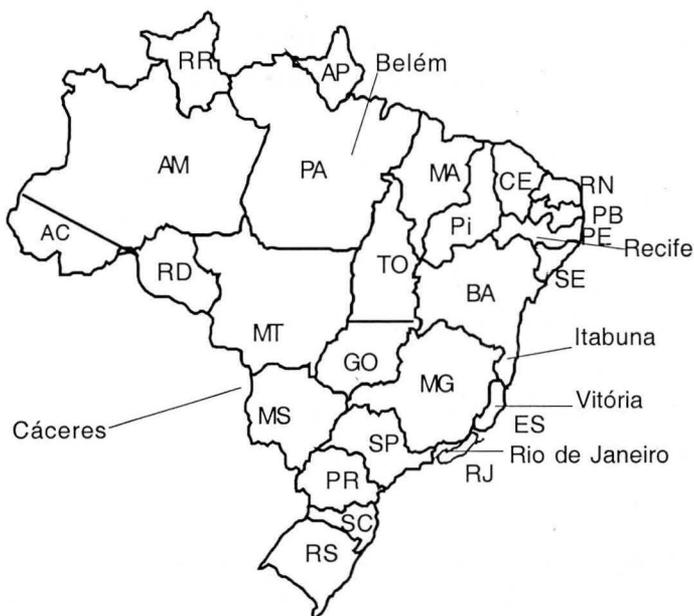
Travessa Quintino  
Bocayuva, 1259 Nazaré  
66053-240 Belém - PA  
Tel./Fax: (091) 242-6379

### FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18  
Monte Verde,  
78200-000 Cáceres - MT  
Caixa Postal 10  
Tel.:(065) 223-4615

### FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93  
Califórnia,  
45600-000 Itabuna - BA  
Tel: (073) 613-9129  
Fax: (073) 613-9076



## Proposta

Nº 99 – Dezembro/Fevereiro de 2003/04

Uma publicação trimestral da FASE

### Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro  
Grazia de Grazia  
Haroldo Baptista de Abreu  
Jean-Pierre Leroy  
João Ricardo Dornelles  
Jorge Eduardo Saavedra Durão  
Leandro Valarelli  
Luis César de Queiroz Ribeiro  
Márcia Leite  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Orlando dos Santos Junior  
Paulo Gonzaga  
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva  
Ricardo Salles  
Rosemary Gomes  
Sandra Mayrink Veiga  
Virgínia Fontes  
Regina Leite Garcia

### Editora Responsável

Sandra Mayrink Veiga

### Organização do Nº 99

Jean Pierre Leroy

### Assistente de Publicações

Silvia Helena Brandão

### Fotos

João Laet, Jerônimo de Moraes, Carla Nascimento, Sergio Rossi, Joana Veiga, Tiago Quiroga, Acervo da FASE, Secretaria de comunicação social / MT.

### Projeto gráfico/editoração diagramação e capa

Pedro Veiga

### Informações e Vendas

Setor de Publicações  
Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, 22270-070,  
Rio de Janeiro, RJ  
Tel.:(021) 22861441 / Fax: (021) 22861209

E-mail [sbrandao@fase.org.br](mailto:sbrandao@fase.org.br)

[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados  
são de inteira responsabilidade de seus autores.

**P**roposta, sempre atenta na conjuntura política, não poderia deixar de vir a público com um conjunto de artigos e expressar as suas posições - que são fruto de um intenso debate da FASE com a sociedade civil organizada e fundamentadas por pesquisas e estudos - sobre a questão da Justiça Ambiental. Esperamos que este número de **Proposta** contribua para a acalorada discussão sobre o tema e para o esclarecimento dos nossos leitores e assinantes.

**Augusto de Pádua**, em seu belo artigo *A mente monocultural e a ocupação autoritária do território brasileiro*, através de reflexões substantivas na nossa sociologia histórica demonstra como “em poucos países do mundo o peso do passado é tão intenso quanto no Brasil” e as implicações na apropriação do território e no modo de sua exploração até hoje. Em seguida, e com o pano de fundo propiciado pelo artigo de Pádua, **Jean Pierre Leroy** discorre sobre o grande conflito dos dias de hoje e do futuro que se desenrola sobre o território e a questão ambiental. Levanta a discussão sobre a privatização do meio ambiente e a crise socioambiental planetária e, em particular, do Brasil no confronto dos rumos da política dominante versus a perspectiva socioambiental.

**Henri Acelrad** apresenta o *Mapa dos conflitos ambientais – a experiência do Rio de Janeiro*, que é parte do projeto Mapa da Justiça Ambiental do Estado do Rio de Janeiro concebido e executado pela FASE em conjunto com o IPPUR/UFRJ. É um instrumento cujo resultado pretende produzir elementos para a adoção de políticas de combate à desigualdade ambiental. É um mapa para a ação dos sujeitos sociais envolvidos com o processo de democratização do meio ambiente e a busca da justiça ambiental.

Professor de Direito Ambiental, **Fernando Walcacer** nos oferece um panorama do desenvolvimento do direito ambiental no Brasil e demonstra que apesar de termos uma das legislações mais avançadas do mundo falta a circulação da informação, a educação ambiental, mas sobretudo, a vontade e a organização dos atores para que o *Cumpra-se!* da legislação ambiental vigore. O velho e conhecido problema da falta de saneamento no Brasil é revisitado por **Ana Lucia Britto** no seu artigo *Serviços de Saneamento: desafios e perspectivas para a política*. O artigo nos oferece uma visão abrangente da atual situação, seus avanços, retrocessos ou estagnação e propõe soluções.

Em *Impasses e perspectivas para uma política energética sustentável no Brasil*, **Célio Bermann** analisa e avalia em que medida as propostas de política energética do governo Lula revelam a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Em *Exportações e vulnerabilidade externa*, **Reinaldo Gonçalves** apoiado em dados quantitativos e qualitativos, analisa a pauta de exportações brasileiras e alerta para que a ausência de melhorias significativas na competitividade internacional, a permanência de uma política com foco no ajuste externo e no superávit comercial implicam no aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

**Gabriela Scotto** nos apresenta uma resenha do estudo de Célio Bermann *Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais* onde podemos verificar a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento em curso com seu respectivo padrão de produção industrial que está inserindo o Brasil no processo de globalização da economia internacional onde o ônus é todo nosso e o bônus dos países desenvolvidos. Uma equipe do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia analisa as possibilidades e os riscos do asfaltamento da Cuiabá-Santarém e aponta os desafios a serem vencidos para se ter uma governança bem sucedida e sustentada da fronteira.

**Tânia Pacheco** nos propicia um panorama das instituições, estratégias, dúvidas e propostas apresentadas em torno da questão da água a partir do banco de dados do III Fórum Social Mundial.

Neste número de **Proposta** estamos oferecendo aos leitores uma filmografia sobre *Terra, trabalho e organização social no campo brasileiro* fruto de uma pesquisa no acervo de vídeos do NAI – Núcleo de Antropologia e Imagem da UERJ realizada por **Márcia P. Leite, José Victor Regadas e Elisângela Barbosa**. A filmografia inclui cerca de setenta títulos e cobre mais de vinte anos da produção documentária sobre o campo brasileiro.

# A “Mente Monocultural” e a Ocupação Autoritária do Território Brasileiro

*José Augusto Pádua\**



\*Doutor em Ciência Política, consultor do Projeto Brasil Sustentável e Democrático e Professor do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRJ).

Em poucos países do mundo o peso do passado é tão intenso quanto no Brasil. Não faço esta afirmação a partir de uma leitura provinciana e exclusivista da nossa realidade, mas sim com base em reflexões substantivas da sociologia histórica.

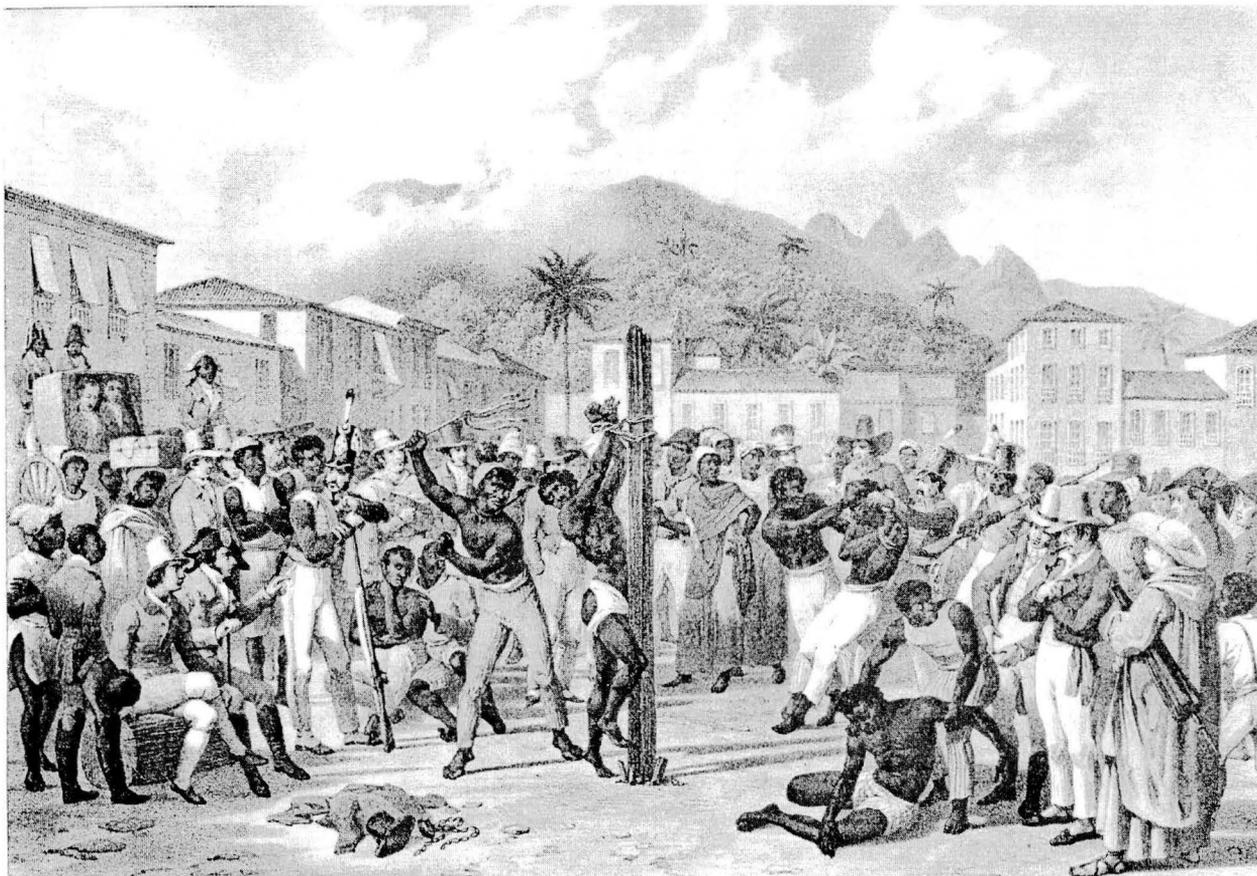
Apesar dos elementos importantes que as culturas indígenas milenares legaram à vida espiritual e material da sociedade brasileira, o fato é que o Brasil como entidade histórica é uma construção muito recente. Não é o resultado de uma longa maturação, de um lento processo evolucionário, como no caso da maior parte das sociedades da Ásia, Europa e África, mesmo considerando o jogo de rupturas e continuidades que sempre caracteriza a vida social. O Brasil, ao contrário, é resultado de um processo de pouco mais de cinco séculos. Sendo que a maior parte deste período, pelo menos quatro séculos em cinco, foi amplamente dominada por um modelo de colonização explorador e predatório que vigorou durante os pouco mais de três séculos do domínio colonial, continuou presente, em suas linhas gerais, durante o primeiro século pós-colonial, sob o regime monárquico, e ainda hoje, em muitos sentidos, pesa profundamente sobre a nossa sociedade.

É preciso reconhecer, inclusive para embasar de maneira realista uma política de transformação fundada nos valores da sustentabilidade, da democracia e da justiça, que o Brasil não nasceu como uma nação, ou mesmo como um país. O Brasil nasceu de um macro projeto de exploração ecológica ou, melhor dizendo, de um arquipélago de projetos de exploração ecológica. Isto está indicado no próprio nome “Brasil”, que venceu uma disputa histórica com o nome “Santa Cruz”, apesar da força ideológica do catolicismo. O nome “Brasil” indica o predomínio da exploração ecológica sobre outros valores civilizatórios, na medida em que o pau-brasil foi o primeiro elemento da rica natureza deste território passível de exploração pelo mercantilismo europeu. Ao contrário do nome “Santa Cruz”, que indicaria uma sociedade em evolução endógena a partir de determinados valores religiosos, o nome “Brasil” sinaliza a exploração direta do mundo natural

como fundamento da apropriação e ocupação social do território. Um processo exploratório que se expressou mais diretamente no que já foi chamado de tripé maldito da colonização: a escravidão, o latifúndio e a monocultura.

É verdade que a sociedade brasileira tem se tornando cada vez mais complexa e, mais importante ainda, que a população do país, em toda a sua diversidade regional, tem sido capaz de criar uma rica e dinâmica constelação de culturas e formas de vida, muitas das quais produzem fortes processos de convivência, coesão e integração social (como se pode observar no campo da arte, da linguagem, dos esportes e dos costumes). É verdade também que existem claros sinais, especialmente nas últimas décadas, de que nossa sociedade vem forjando laços culturais e políticos de nacionalidade, constituindo-se cada vez mais como uma nação reflexiva e consciente de si. A coragem demonstrada na eleição do presidente Lula, com todos os ricos implicados em uma possível mudança de modelo, é um destes sinais. A vitalidade cultural brasileira nasceu antes que entre nós se construísse um sentido de nação. É fundamental agora que esta mesma vitalidade se manifeste na construção deste sentido, com todos os valores e direitos essenciais dos quais ele é portador: cidadania; legitimidade democrática; direitos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais; justiça ampla e transparente; solidariedade intra e intergeracional; cuidado e conservação do território que deve ser considerado como a casa permanente da comunidade nacional.

A concretização deste projeto político, no entanto, se choca com o peso do passado que mencionei anteriormente. É fundamental reconhecer que a nossa formação histórica sinaliza exatamente o contrário do que foi indicado no parágrafo anterior. E mais ainda, que esta formação historicamente recente foi capaz de produzir estruturas, práticas e mentalidades – ainda muito fortes, especialmente nas elites sócio-econômicas do país – que caminham na direção oposta à da sociedade sustentável e democrática que se quer construir. O peso da escravidão, por exemplo, é um fardo ainda muito presente, não apenas na realidade do racismo



e da presença massiva de populações afro-descendentes nos setores mais pobres e miseráveis da população, mas também na vigência de uma mentalidade mais difusa e sutil de desprezo pelo trabalhador e pelo trabalho, na dificuldade histórica de investir-se seriamente no cuidado e na construção de oportunidades educacionais e de aprimoramento humano para os trabalhadores. Como costuma dizer Frei Betto, apenas um país de base escravista pode aceitar como normal o salário mínimo em vigor no país, que visa apenas garantir, como também fazia o escravismo de uma forma ou de outra, a sobrevivência física imediata da mão-de-obra.

No que se refere à ocupação e formação do território, que é a questão básica do presente artigo, o peso do passado colonial também se faz sentir de maneira poderosa. Para entender este fato, é preciso examinar alguns aspectos básicos da nossa formação territorial.

Em primeiro lugar, os colonizadores europeus, a partir do século XIX, encontraram no Brasil uma variedade ecológica extraordinária,

manifestada através de uma infinidade de ecossistemas agrupados em grandes biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga e a Floresta Amazônica. Encontraram também uma constelação de aldeias indígenas autônomas, que não se caracterizavam pela construção de estruturas materiais pesadas, mas sim por um grande conhecimento prático sobre os usos locais da biodiversidade.

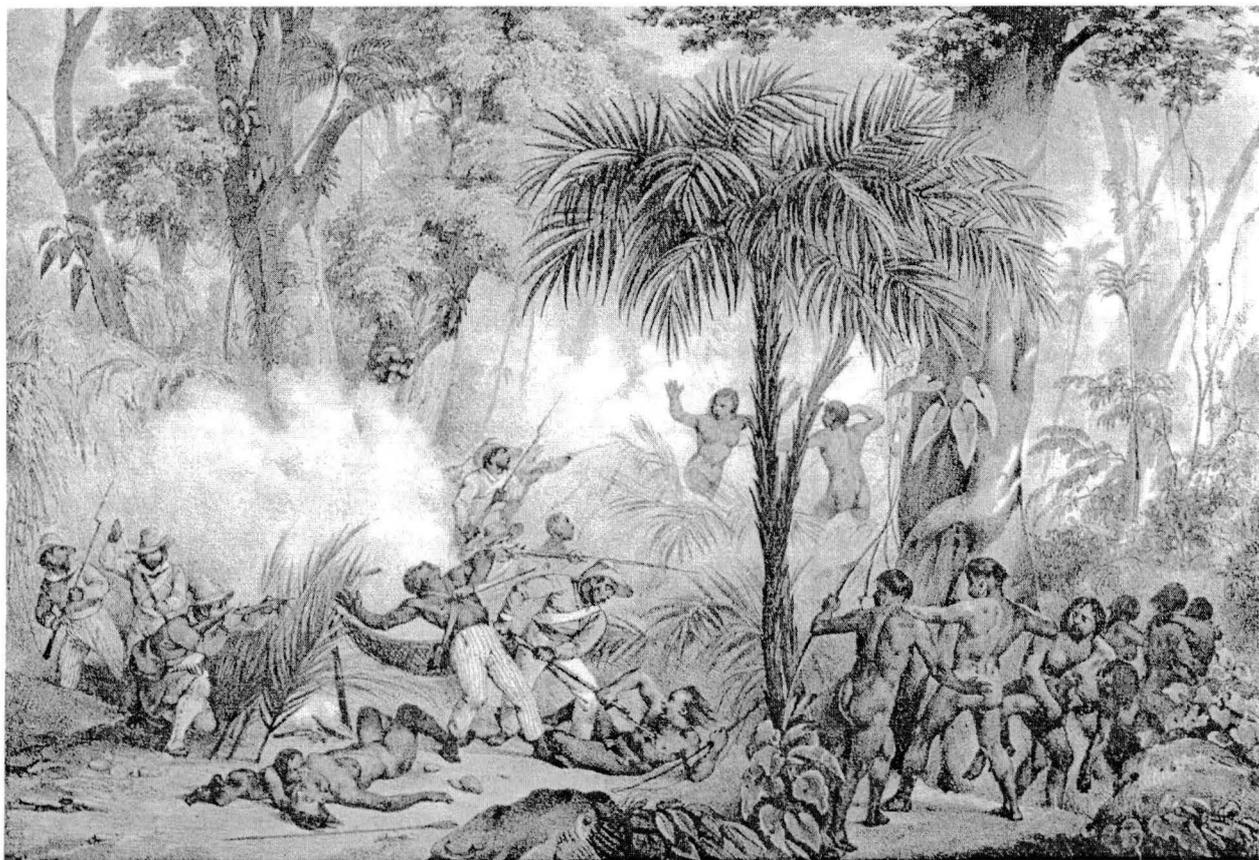
A chegada dos europeus, desde o início, teve um efeito catastrófico sobre estas aldeias, ajudando a reduzir drasticamente a socio-diversidade antes existente. As populações indígenas no Brasil, assim como as outras populações das planícies e áreas costeiras das Américas – e, em menor escala, as populações situadas nas altitudes elevadas – sofreram um enorme holocausto demográfico, da ordem dos 90%, nos primeiros cem anos de contato com os europeus. Ou seja, para cada dez índios que viviam no litoral brasileiro antes do contato, apenas um sobreviveu.

As explicações para este fenômeno são complexas e requerem a adoção de uma

macro-visão histórico-ecológica. As violências diretas e indiretas ajudam a explicar este holocausto, mas a difusão de epidemias, um verdadeiro choque epidemiológico, constitui o eixo explicativo cada vez mais aceito. As antigas populações das Américas, descendentes dos grupos humanos que entraram no Continente através do estreito de Bering durante a última grande glaciação, entre 80.000 e 12.000 anos atrás, ficaram totalmente isoladas do restante da humanidade na medida em que a desglaciação provocou a subida do nível do mar e o fechamento da passagem entre o Extremo Oriente e o Extremo Ocidente. O isolamento destas populações – somado ao fato de que o gelo de Bering serviu como uma barreira para impedir a entrada nas Américas de muitos patógenos presentes no Velho Mundo, além da pequena presença da domesticação de animais na economia das populações nativas, o que reduz em muito a transmissão de doenças – fez com que o nível médio de saúde das mesmas fosse bastante superior ao das populações européias. O outro lado da moeda, no entanto, foi a inocência

do sistema imunológico dos grupos indígenas, que sucumbiram com facilidade às doenças introduzidas pelos conquistadores, como a varíola, as gripes e a malária (Crosby, 1994 e Cook, 1998).

De toda maneira, para o objetivo do presente artigo, o essencial é constatar que o território brasileiro, especialmente o litoral, ficou bastante despovoado, de tal forma que, segundo Warren Dean (1998), em um primeiro momento a Mata Atlântica chegou a expandir-se após a conquista, pela redução das queimadas praticadas pelos indígenas, mesmo que cada uma delas tivesse uma escala muito menor do que as adotadas posteriormente pelas lavouras dos europeus. Este despovoamento abriu espaço para o estabelecimento mais ou menos livre de atividades econômicas dirigidas pelos colonizadores, criando pela primeira vez um amplo sistema produtivo sob o domínio do capital europeu em amplos espaços tropicais. Como mão-de-obra para estas atividades, inclusive por força da queda da população nativa, além do importante veio de negócios aberto por este tráfico na economia mundo, foram introduzidos grandes contingentes de escravos africanos.



Apesar de um certo nível de assimilação dos saberes e tecnologias indígenas ter ocorrido nas sociedades híbridas estabelecidas pelos conquistadores, até por uma questão de simples sobrevivência material, a diversidade do saber indígena foi essencialmente desprezada. Ainda no final do século XVIII, por exemplo, observadores como Baltasar da Silva Lisboa clamavam pela necessidade de buscar o conhecimento dos índios sobre a fauna e a flora local, acusando os colonizadores de desprezarem esta fonte preciosa de conhecimentos (Pádua, 2002).

A lógica deste desprezo, no entanto, ganha mais sentido na medida em que se examina um segundo fundamento da formação colonial do território brasileiro. Apesar de algum encantamento com elementos isolados da rica natureza tropical, como os papagaios e os maracujás – até mesmo como estratégia de valorização do território colonial aos olhos da Europa – a racionalidade da economia colonizadora não se baseou no conhecimento e na utilização da biodiversidade local. Muito pelo contrário, fundou-se prioritariamente na introdução de espécies exóticas da flora (como a cana) e da fauna (como o gado bovino) que desde o início ocuparam, de forma especializada, grandes porções do território, desprezando e destruindo a diversidade natural antes existente.

Talvez a fórmula mais sintética e perfeita desta mentalidade autoritária e agressiva na formação do território brasileiro tenha sido apresentada pelo escritor jesuíta André João Antonil, em 1711, no seu famoso tratado descritivo da economia brasileira de sua época intitulado “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas”. Segundo a lição de Antonil, “feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se e alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de embaraço” (Antonil, 1976: 112). Trata-se, de fato, de uma fórmula extraordinariamente significativa. A natureza tropical, a Mata Atlântica, não é vista mais do que como um “embaraço” para o avanço imperial da monocultura exótica. A diversidade da vegetação nativa apresenta uma paisagem suja e embaraçosa, que deve ser queimada e limpada, para que o território seja ocupado por aquilo que realmente interessa, a monocultura voltada para o mercado, especialmente o mercado mundial,

que produz lucros consideráveis para os agentes econômicos dominantes.

Esta forma de apropriação da terra, com a mentalidade que lhe dá sentido, seria apenas uma curiosidade histórica se não tivesse constituído um padrão essencial de ocupação do espaço brasileiro, que vem sendo atualizado e re-atualizado ao longo dos séculos. A história da economia rural brasileira apresenta um eterno retorno da abertura agressiva de fronteiras monoculturais, que, invariavelmente, agride e destrói a diversidade e a complexidade dos ecossistemas quanto as relações que as populações locais haviam estabelecido com estes ecossistemas. A natureza e as populações tradicionais das diferentes regiões brasileiras são recorrentemente agredidas pela introdução de atividades econômicas de conteúdo homogeneizador, que passam por cima, com violência e autoritarismo, das possíveis resistências locais. As sociedades locais, de fato, são desprezadas ou nulificadas em favor do lucro de agentes econômicos externos, que maquiavam seu auto-interesse com o discurso abstrato do progresso e do desenvolvimento.

É possível acompanhar, na história do Brasil, este mesmo processo, guardadas as diferenças de época histórica e especificidades regionais, com as fronteiras da cana, do café, do algodão, do tabaco e, mais recentemente, do eucalipto e da soja. Além da separação de cerca de ¼ do espaço nacional, seja nas Caatingas, Cerrados e Florestas Tropicais, para a criação monocultural de gado bovino, cujo número atual aproximado de 180 milhões de cabeças, apesar da baixa produtividade média por hectare, já é maior do que o da população humana do país.

Este padrão dominante e autoritário de ocupação do espaço rural brasileiro trás à mente aquilo que Vandana Shiva denominou em outro contexto – o da expansão das monoculturas de eucaliptos na Índia – de “mente monocultural”. Para Shiva, a pretensão autoritária das monoculturas, ao se apresentarem como a única opção racional em termos de produtividade e manejo “científico” do espaço, corres-ponde à política dos “desaparecidos” das ditaduras militares da América Latina na década de 1970, que procurava negar a existência de um campo de disputa através do não-reconhecimento e do extermínio puro e

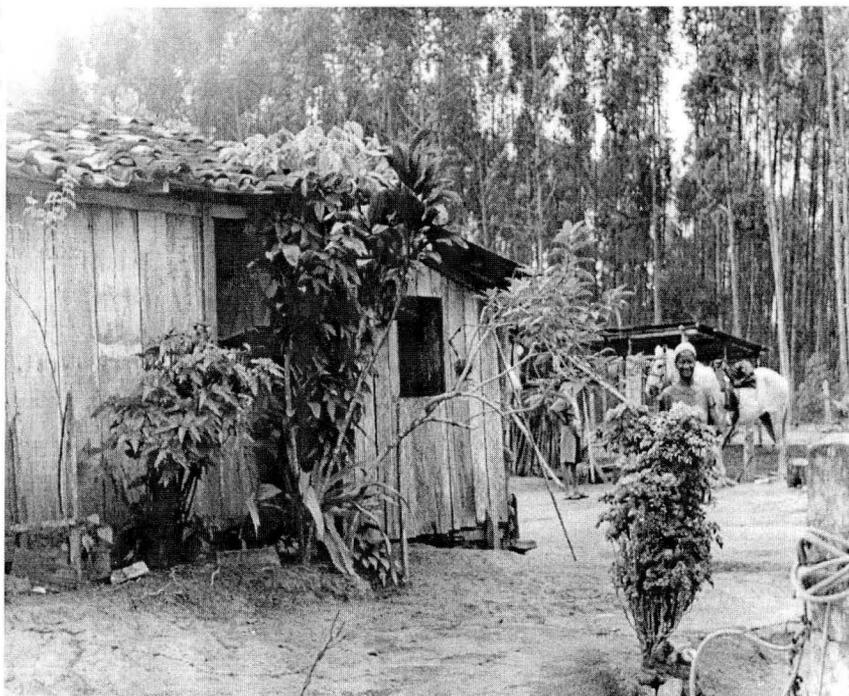
simples dos atores contrários ao modelo dominante. O desprezo pelos ecossistemas e pelos conhecimentos e populações locais é parte de uma ideologia politicamente imposta, já que a eficiência substantiva das monoculturas é altamente questionável por apresentarem, segundo revela a experiência histórica, graves elementos de instabilidade e insustentabilidade no longo prazo, seja em termos ecológicos ou econômicos (Shiva, 1993).

O domínio da monocultura é sempre uma economia “política”, no sentido de servir essencialmente para promover a concentração de poder social, econômico e ambiental nas mãos de uma elite minoritária. A tese de que a eficiência e produtividade da economia rural não pode ser atingida através de uma estrutura saudavelmente desconcentrada e diversificada, fundada no consórcio inteligente de diferentes produções e no uso múltiplo dos ambientes naturais, assim como da livre associação entre agentes econômicos de tamanho pequeno e médio através de cooperativas e associações, revela muito mais uma posição de poder político do que uma constatação histórica.

A história trágica da monocultura de café no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro) durante o século XIX, que chegou a constituir a área central da riqueza econômica brasileira no período, apresenta várias lições que deveriam servir de orientação para evitar a repetição hoje de tantos erros cometidos no passado. Ao invés de procurar consorciar-se com os ecossistemas naturais do Vale, por exemplo, aproveitando o fato do café ser um arbusto de origem florestal na África, perfeitamente adaptado ao plantio na sombra (como aconteceu em saudáveis paisagens rurais da Colômbia e da Guatemala), a agressiva monocultura do café promoveu o corte raso e a queima completa das encostas de Mata Atlântica da região. Esta reatualização do padrão tradicional de negação da biodiver-

sidade local chegou a produzir práticas absurdamente irracionais, como a construção de uma pequena arapuca de palha e madeira por sobre cada muda de café para evitar que a mesma fosse destruída pelos raios solares, ao invés de conservá-la à sombra das árvores! O domínio do trabalho forçado, por outro lado, que já vimos ter sido outro aspecto central do modelo formativo da sociedade brasileira, produziu um claro efeito ambiental negativo. Para facilitar a vigilância sobre os escravos, o café era plantado em linhas retas de alto a baixo das encostas, facilitando enormemente, a partir das fortes chuvas, a erosão e o desgaste dos solos.

O resultado deste processo, aqui resumido de forma muito simplificada, foi o abandono do médio Vale do Paraíba, enquanto pólo de produção do café no final do século XIX, na medida em que os solos estragados e improdutivos, assim como a falta de matas virgens para serem queimadas, inviabilizaram a continuidade desta produção. Com o passar do tempo, as antigas fazendas foram entrando em decadência, dando início ao estabelecimento da paisagem degradada que ainda hoje caracteriza a região, também produzida pelos ciclos posteriores de pastoreio descontrolado. Uma lição especial deste processo, indicada por Warren Dean, merece ser destacada. Grande parte da renda gerada pela atividade



cafeeira no Vale do Paraíba foi gasta na construção de infra-estrutura, especialmente de ferrovias, que tinham por objetivo manter e ampliar a própria economia monocultural. Quando esta entrou em declínio, revelando toda a sua insustentabilidade, estas obras perderam a razão de ser, produzindo um enorme desperdício de recursos. Ainda hoje é possível encontrar no Vale do Paraíba resquícios de antigas ferrovias que foram abandonadas e desperdiçadas pela ausência do cuidado mais essencial: a sustentabilidade ecológica da produção (Dean, 1998 e Pádua, 2002).

Apesar deste exemplo histórico problemático, e de muitos outros que poderiam ser mencionados, a mente monocultural continua dominando a expansão da fronteira agrícola no Brasil. Neste momento, os duzentos milhões de hectares do Cerrado do Brasil Central, assim como boa parte do Sul da Floresta Amazônica, encontra-se altamente ameaçado pelo avanço descontrolado da soja. Ainda é cedo para avaliar todas as consequências histórico-ambientais deste processo, mas desde já pode-se dizer que ele está repetindo o mesmo padrão perverso apontado acima. A falta de simbiose com os ecossistemas nativos é flagrante, de tal maneira que a soja simplesmente substitui a cobertura original do Cerrado e anula as suas importantes funções ecológicas. Apenas 20% desta cobertura, aliás, encontra-se hoje em bom estado de conservação. Cerca de 67% da sua área total pode ser considerada como “altamente modificada”, com “voçorocas, assoreamento e envenenamento dos ecossistemas”. Os parques e reservas, por outro lado, protegem apenas 4% do bioma (Capobianco, 2002).

A perda de biodiversidade e solos férteis, assim como a desarticulação de importantes sistemas hidrológicos, não é contabilizada pela economia convencional, que apenas registra como positivo o aumento das exportações do grão (Burschbacher, 2000). O plantio descontrolado, além disso, aproveitando um ciclo favorável no mercado internacional que certamente apresentará seus limites no futuro próximo, até pelo aumento da competição com a produção de outros países, desenha o espectro de uma crise potencial de superprodução. Enquanto dura o ciclo, no entanto, o estado brasileiro planeja e investe em um ambicioso conjunto de obras de infra-estrutura,

incluindo hidrovias e estradas, destinadas a criar corredores de exportação para soja (Acserald, 2001). O destino destas obras será o mesmo das ferrovias abandonadas do Vale do Paraíba oitocentista?

Quem vai pagar pelas conseqüências ecológicas da perda do Cerrado? Qual será o destino destas obras de infra-estrutura, quando o ciclo de expansão da soja apresentar seus limites ecológicos e econômicos? Até quando o Brasil seguirá re-atualizando as fronteiras destrutivas e autoritárias da mente monocultural, ao invés de buscar um novo modelo, fundado na participação democrática, na valorização das culturas e comunidades regionais e na invenção criativa e inteligente de uma constelação sinérgica e múltipla de formas de uso cuidadoso e sustentável da rica e diversa natureza do nosso território? Estas são algumas das questões essenciais que estarão na agenda das disputas políticas em torno do presente e do futuro do território brasileiro.

## Referências Bibliográficas

- Acserald, H. *Eixos de Articulação Territorial e Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil*. - Rio de Janeiro: Fase, Série Cadernos Temáticos nº 10, 2001.
- Antonil, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- Buschbacher, R. (org.) *Expansão Agrícola e Perda de Biodiversidade no Cerrado*. Brasília: WWF, 2000.
- Capobianco, J. P. “Biomass Brasileiros” in A. Camargo, J. P. Capobianco e J. A. Puppim de Oliveira, orgs., *Meio Ambiente Brasil*. - São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- Cook, N. *Born to Die: Disease and New World Conquest*. - Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Crosby, A. *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa*. - São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Dean, W. *À Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Pádua, J.A. *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista*. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.
- Shiva, V. *Monocultures of the Mind*. - London: Zed Books, 1993.

# Reforma Agrária e Meio Ambiente: a construção de uma nova territorialidade

Jean Pierre Leroy  
Maria Emília Lisboa Pacheco\*



\*Assessor da Fase, coordenador executivo do Projeto Interinstitucional Brasil Sustentável e Democrático.

\*\*Diretora do Programa Nacional Amazônia da Fase.

As organizações voltadas para a Reforma Agrária têm como principal desafio hoje, entender que a sua responsabilidade histórica requer uma releitura do atual contexto capitalista. Há uma continuidade - e uma lógica única - entre a subordinação do Estado aos ditames do mercado global, a privatização do território e da natureza e a privatização da vida. Atualmente um dos grandes conflitos em pauta é o futuro do território e a questão ambiental.

O mercado dominante distingue a “natureza natural”, que se pretende conservar para estocagem de recursos genéticos ou para o prazer estético dos turistas dos trópicos –, da “natureza ordinária”, “*a ser exposta aos diversos apetites econômicos, sob a égide dos valores da eficiência, produtividade e capacidade de competição*”.<sup>1</sup> De fato, as estratégias do capital configuram uma profunda e larga operação de apropriação direta e indireta da natureza. Entendemos por apropriação privada o uso para fins particulares, em geral para assegurar o lucro máximo sobre as águas, os solos e o ar, seja se apropriando dos recursos naturais, seja despejando no ambiente os rejeitos das atividades produtivas.

A segunda metade do século XX e o início deste, mostram que a privatização do meio ambiente promovida pelas grandes empresas transnacionais e os grandes aparelhos estatais e multilaterais a seu serviço, está provocando uma tal crise socioambiental planetária que os fundamentos da civilização ocidental estão em xeque.

## Rumos da política dominante versus a perspectiva socioambiental

O governo Lula ao encontrar o país em crise optou por privilegiar o ajuste fiscal. Estima que assim serão criadas as bases necessárias para uma retomada posterior do crescimento. Nesta estratégia as exportações jogam um papel decisivo, pois ajudam a diminuir a dependência de recursos financeiros externos. De fato, num cenário de comércio internacional deprimido, se o desempenho das exportações de *commodities* e bens manufaturados em geral não é boa, a exceção da agricultura traz alento à estratégia governista.

A agricultura voltada para a exportação faz parte do projeto desenvolvimentista governamental, como bem deixaram claro as batalhas travadas em Cancun pela diplomacia e pelo ministro Rodrigues em favor da liberalização do comércio e contra o protecionismo dos Estados Unidos e da União Européia sobre seus produtos agrícolas. Frente a este cenário perguntamos: quem se preocupará com a Reforma Agrária e com o meio ambiente?

Mais uma vez, sinaliza-se que esse território onde “plantando, tudo dá” está aberto para novos ciclos de destruição ambiental, de exploração humana e de extermínio de culturas. Vejamos alguns motivos de preocupação:

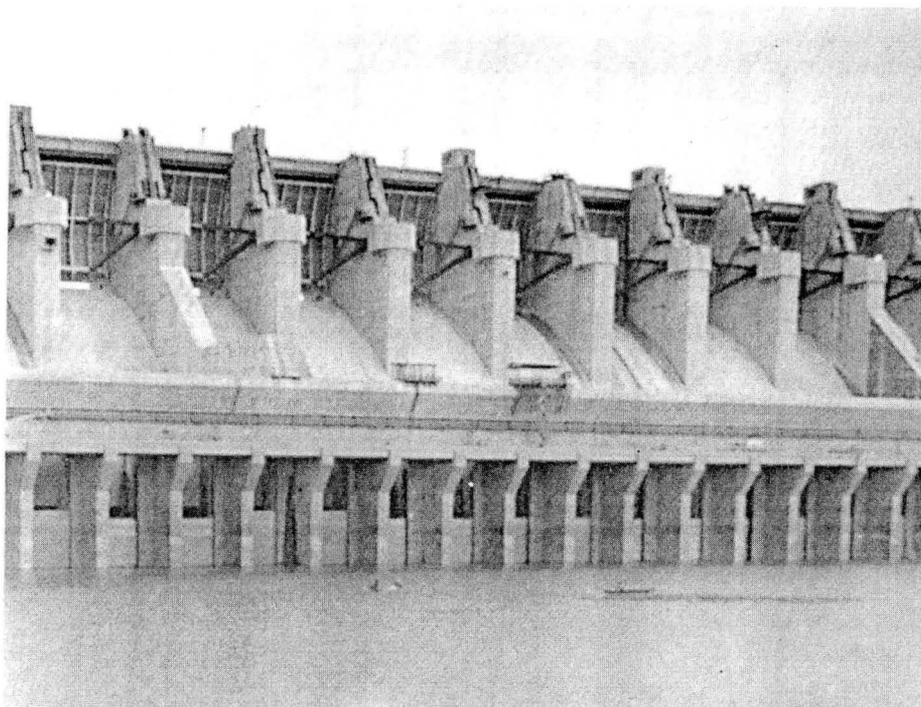
- Desmatamento e avanço da soja na Amazônia - O Plano Plurianual (PPA – 2004/2007) propõe que a BR 163 (a Cuiabá-Santarém) seja asfaltada para que aproxime, através do porto de Santarém, a produção de soja do Mato Grosso dos mercados consumidores. Esse asfaltamento fará entretanto com que a fronteira da soja avance imediatamente sobre a Amazônia causando enormes danos ambientais. O governador do MT, que é o maior produtor individual de soja no mundo, já anunciou a privatização da estrada através da participação na obra do capital privado ao lado do BNDES. Desde já, esta estrada está varrendo do mapa os pequenos produtores do planalto santareno. A onda exportadora e a do discurso desenvolvimentista são tão fortes que só em 2002, foram derrubados, apesar da crise econômica, mais de 20.000 km<sup>2</sup> de floresta amazônica, o que faz com que tenhamos voltado ao patamar de derrubada de meados da década de 90.

- Transposição do Rio São Francisco - O presidente Lula anunciou a transposição do São Francisco conclamando a iniciativa privada a participar. Isso é contraditório com a intenção de fornecer água a todos os sertanejos, pois sabemos que não será a iniciativa privada que levará água aos rincões mais distantes uma vez que ela sempre só se interessa por aqueles que trarão o maior lucro para a empresa.

- Liberação dos Transgênicos - Os produtores de soja do Rio Grande do Sul e seus

---

<sup>1</sup> Leroy et alii. *Tudo ao mesmo tempo Agora. Desenvolvimento, sustentabilidade e meio ambiente, o que tem a ver com você?* Vozes, Petrópolis, 2002. p.69



nordestinos improdutivos, falidos e devedores, pularam frente a esta oportunidade de negócio e estão se atribuindo a missão de voltar a produzir álcool para que o Japão e a Alemanha – e, de quebra, o Brasil – mostrem ao mundo que levam a sério o efeito-estufa. Para tanto têm novos projetos que acentuam o caráter latifundista e de monocultura da agricultura brasileira.

Podemos mencionar ainda projetos como, por exemplo, o Prodetur voltado para o turismo, e o incentivo à carcinicultura (criação em viveiros do camarão)

*lobbies*, com apoio do ministério da Agricultura, se sentiram tão seguros da impunidade que produziram uma safra clandestina de soja transgênica e agora legalizaram a segunda safra que está por vir. A Medida Provisória 131, editada recentemente, avalizou a lógica do “fato consumado” e o plantio ilegal, descartando o princípio da precaução contido em nossa Constituição e abrindo uma brecha para a ampliação do plantio da soja transgênica.

- Ameaças às unidades de conservação – Para que se expanda a agropecuária, o governador de Rondônia tenta mudar o zoneamento ecológico-econômico do seu Estado e diminuir a obrigatoriedade de ser mantida uma reserva legal em 80% da propriedade. Por sua vez o governador do Mato Grosso já avisou que parques, territórios indígenas e reservas devem ser contidos para dar lugar à soja. Ele se deu ao desplante de recomendar ao Ministério do Meio Ambiente, MMA, que não “pegue pesado” em cima das madeiras.

- Reativação do Proálcool – Recentemente a Alemanha declarou que se oferece para financiar a produção de 100.000 carros a álcool com créditos advindos da conta de danos ambientais pela emissão de gases que causam o efeito estufa. O Japão está necessitando importar álcool para sua frota automotiva. Os usineiros

que juntos redefinem o futuro de boa parte do litoral; o avanço das plantações de eucalipto; gasodutos; projetos de refinarias; de siderúrgicas; de indústrias de alumínio etc.

Desse breve sobrevôo poderia se tirar a conclusão de que o destino do território está definitivamente traçado. Um novo – e definitivo? – ciclo de apropriação privada dos recursos naturais e do meio ambiente estaria se consumindo. “O capital avança sobre o território” na sua “marcha da destruição”<sup>2</sup>.

Entretanto, o território é socialmente construído. Através do tempo, as pessoas e suas atividades remodelam a paisagem. Nesta relação alguns setores convivem em harmonia com a natureza e se mantêm como “povos tradicionais” e outros, que intervêm com brutalidade sobre o meio ambiente, se distanciam dele. Essa relação amistosa ou inimiga transforma as pessoas. Nessa relação confrontam-se classes, etnias, raças e esse confronto também configura o território e o país: aos vencidos, tais como os povos indígenas, os extrativistas da Amazônia e os quilombolas, um território onde natureza e população estão em simbiose. Aos vencedores,

<sup>2</sup> Leroy et alii. *Tudo ao Mesmo Tempo Agora. Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Vozes, Petrópolis, 2002. p.60

um território homogeneizado, artificializado, empobrecido. Aceitar o projeto neoliberal de mercado para o território seria renunciar a qualquer projeto de nação. É o que a Constituição cidadã de 1998 procurou evitar.

## Direitos coletivos e diversidade

A legislação constitucional brasileira de 1988, expressou a formação pluriétnica do país, reconheceu o direito à diferença cultural e definiu como “direitos coletivos” o direito das populações ao seu território tradicional, à sociodiversidade, ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à biodiversidade.

A Constituição reconhece que *“todo brasileiro tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. Portanto, o direito coletivo ao meio ambiente coloca limites claros à propriedade privada. Quem não cuidar bem do “bem de uso comum do povo” poderá ser passível de sanções e mesmo de desapropriação.

Há uma conexão clara entre o reconhecimento dos direitos coletivos de etnias e, por extensão, de comunidades tradicionais, tais como, pescadores artesanais, população caiçara do litoral e cabocla dos rios da Amazônia, ao território e seu direito coletivo ao meio ambiente.

Num segundo momento, esse direito coletivo estende-se a um outro coletivo, o da sociedade brasileira no seu conjunto e, além dela, o da humanidade. A histórica e intensa grilagem de terra e a exploração selvagem da madeira que impactam a Amazônia, a pecuária extensiva e a cultura de grãos que vêm no seu bojo afetam o clima regional e mundial e contribuem para comprometer o futuro, embora não se possa ainda mensurar o quanto. Neste sentido, poderíamos dizer que temos direito coletivo a áreas de conservação. E poderia se afirmar também que um povo indígena ou uma comunidade extrativista ao defender seu direito coletivo a um território e à possibilidade de usá-lo de forma sustentável

defende o nosso direito coletivo à biodiversidade, à manutenção do clima etc.

Com o advento dos direitos coletivos no novo contexto constitucional, ficou mais claro que a terra deve cumprir o papel social ou socioambiental de proteger o meio ambiente e as culturas a ele associadas. No entanto, a discussão da Reforma Agrária, que trabalha com as noções de desapropriação por interesse público e desapropriação por não cumprimento da função social da propriedade, ainda pouco inclui no plano jurídico os limites colocados à propriedade privada pela abordagem ambiental.

## Disputas nos territórios e novas propostas de políticas

O território está em disputa, como estão em disputa a política e as forças sociais. Há vários exemplos. O Paraná contrapõe-se ao Rio Grande do Sul quando o legislativo e o executivo desse Estado unem-se para fazer do Paraná uma área livre de transgênicos<sup>3</sup>. Comitês de bacias colocam limites aos monopólios sobre o uso das águas e a seu uso indiscriminado. Experiências inovadoras de bases agroecológicas contrapõem-se aos padrões da agricultura intensiva que provoca uma devastação ambiental de enormes proporções à biodiversidade nativa e agrícola, aos solos cultivados (erosão, compactação etc) e às águas (poluição, contaminação, assoreamento, rebaixamento do lençol freático etc.). Várias entidades socioambientalistas e redes de articulações de movimentos sociais se colocam contrárias à transposição do rio São Francisco e propõem a sua revitalização.

Não está distante a luta travada no governo passado por uma aliança entre setores ambientalistas e organizações de sem terra e agricultores familiares contra a pretensão dos setores ditos produtivos na agricultura em ver modificadas as percentagens obrigatórias de preservação nas propriedades definidas pela medida provisória 2.166 que altera o código florestal.

O Ministério do Meio Ambiente do atual governo, apesar da falta de recursos e em um

<sup>3</sup> Ver Von der Weid, Jean Marc. *Quem vai comer soja gaúcha?* Boletim 177. Por um Brasil livre dos transgênicos. Setembro 2003.



cenário de pressões e contradições com outros setores do governo, trava uma luta revigorada contra os defensores do “progresso” a qualquer custo, como se viu no posicionamento da Ministra Marina Silva contra a liberação dos transgênicos. Numa clara sinalização de mudança em relação à exploração ilegal da madeira, a Ministra fez doação de 14 mil m<sup>3</sup> de várias espécies de mogno apreendidas à comunidade indígena Caiapó de São Felix do Xingu a um Fundo chamado Fundo Dema, gerido pela Fase em parceria com o MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu.

O Ministério de Minas e Energia e a Petrobrás, segundo entrevista dada pela Ministra Dilma Rousseff, coloca os projetos de Belo Monte e Madeira “para o fim da década”. Comenta a criação de um grupo de trabalho com o MMA e declara que “todo licenciamento (será) feito antecipadamente”<sup>4</sup>. Começa-se a investir mais decididamente em energias renováveis. Criou-se o Programa de Incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – Proinfas, cujo objetivo é “a diversificação da matriz energética e a busca por soluções de cunho regional”<sup>5</sup>.

Nos “Diálogos para um Brasil Sustentável”, conferência internacional realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em agosto de 2003, no contexto da preparação da Conferência Nacional de Meio Ambiente, uma das propostas foi a da criação de um Grupo de Trabalho Interministerial e Intersetorial sobre a questão energética. A mesma proposta foi feita em relação à agroecologia. Já existem de fato certas convergências de idéias e mesmo de trabalho entre ministérios como, por exemplo, em

relação à agricultura familiar e à Reforma Agrária, sobre a questão fundiária, a agricultura e o meio ambiente, as plantas medicinais e a Agenda 21.

## Ações de resistência e propostas dos movimentos sociais

Há inúmeras lutas e ações de organizações populares e sindicais e de ONGs, aparentemente pontuais e locais, mas que, juntas, configuram um vasto movimento para que o território brasileiro possa garantir hoje e no futuro qualidade de vida para a população, numa relação natureza e sociedade a mais harmoniosa e complementar possível.

Os movimentos dos assentados e dos agricultores familiares e cooperativados têm responsabilidades para além da reprodução social e econômica de suas famílias e da produção agrícola. Cumprem funções climáticas, produzem água, asseguram a conservação dos solos, garantem a segurança alimentar com a diversidade de produção mantêm viva e dinâmica a variedade biológica e fitogenética fundamental para a garantia da saúde como fonte da fitoterapia; podem contribuir para a soberania alimentar ao manter uma produção local/nacional que permita uma relativa autonomia frente ao mercado alimentar internacional. Essas funções, esses serviços expressam solidariedades no espaço e no tempo. Hoje e no futuro, os moradores urbanos são e serão beneficiados, mas também os habitantes de outros países, pois a extensão territorial do país e sua rica cobertura vegetal e florestal fazem com que tenhamos responsabilidade na manutenção do clima mundial e na manutenção do estoque de biodiversidade, fonte de segurança alimentar e de saúde para o mundo.

Para além dos serviços ambientais e sociais que os assentados e agricultores familiares prestam ao cuidar das suas propriedades, dos assentamentos e do entorno, cabe às suas organizações se sentirem parte do Sistema Nacional de Conservação – SNUC, que define as modalidades de conservação da natureza. Há várias modali-

<sup>4</sup> Valor Sexta-feira, 19 de setembro de 2003 - Ano 4 Nº 848 - 1º Caderno.

<sup>5</sup> [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) Proinfas

dades, tais como: reservas extrativistas, territórios indígenas, projetos de desenvolvimento sustentável, que ampliam as possibilidades e as formas de reforma agrária. Há setores conservacionistas que defendem uma separação radical das áreas de conservação da população do entorno que é vista por eles como uma ameaça à preservação. Mesmo que estejam bem intencionados, acabam caindo na separação entre naturezas que mencionamos, abandonando o resto do território à sina da destruição. A posição dos gestores atuais da biodiversidade quer reforçar uma abordagem integrada do SNUC, isto é, defendemos que o território seja visto no seu conjunto e que se leve em conta os serviços ambientais prestados pela agricultura familiar e cooperada é que os que lutam pela Reforma Agrária e a agricultura familiar sejam os ativos defensores e conservadores das unidades de conservação.

A proposta de política pública do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia (PROAMBIENTE), formulada nos últimos anos por organizações sindicais e associativas dos trabalhadores rurais com o apoio de entidades de assessoria<sup>6</sup>, entregue oficialmente ao governo em abril deste ano, incorpora essa perspectiva. Sua inovação está no conceito de *"prestação de serviços ambientais"* que prevê um fundo socioambiental com a função de remunerar os produtores pela manutenção da floresta, conservação do solo e da água. A proposta inclui também mecanismo de crédito e a viabilização de ações de apoio técnico, monitoramento ambiental e certificação.

A Reforma Agrária responde à diversidade dos modos de vida no território. Passou o tempo em que se tinha uma visão monolítica e padronizada de assentamentos rurais. O tamanho e a forma de viver e produzir em determinado território depende de uma complexa relação entre natureza e cultura. Além do espaço de reprodução econômico, das relações sociais, o território é o espaço das representações, dos símbolos e do imaginário mitológico de muitas populações da floresta, rios



<sup>6</sup> A proposta foi originalmente formulada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará (FETAGRI) e espalhou-se depois pelos outros estados. IPAM e FASE subsidiaram a proposta.

e lagos no país. É com essas representações e com os seus conhecimentos empíricos que elas desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. Essa relação faz com que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos reivindiquem extensões territoriais que pareceriam exageradas a alguns segmentos de agricultores familiares, mas que são adequadas a seu modo de viver.

Há outros contextos em que os assentados, por terem perdido o seu enraizamento rural, têm que reconstruir a sua relação com o meio ambiental e humano no qual se inserem. No plano fundiário, o reflexo dessas realidades leva a diferentes modalidades de propriedade e uso do território.

No município de Gurupá, no Pará, a FASE, a partir de um convênio com o Instituto de Terras do Pará, com a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o apoio da Prefeitura Municipal de Gurupá, desenvolve uma experiência com uma abordagem que relaciona regularização fundiária e gestão ambiental. Foram identificadas diferentes realidades sociais e culturais: comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos, seringueiros, caboclos, pescadores artesanais, *“cada um com sua organização própria e sua modalidade de se relacionar com a terra, com a floresta e os rios, utilizando a terra de forma coletiva, outros de forma individual, cada um merecendo uma forma jurídica correspondente”*<sup>7</sup> – projeto de assentamento agroextrativista com contrato de concessão real de uso e plano de manejo florestal comunitário aprovado pelo IBAMA; reconhecimento do domínio de uma associação dos remanescentes de quilombos com monitoramento ambiental.

A nosso ver, esse exemplo corresponde à proposta de *“territórios sustentáveis, ou seja, um mosaico de usos de terra complementares gerenciados de forma integrada que permitam manter tanto a dinâmica dos processos ecológicos como a dinâmica socioeconômica de um determinado território”*<sup>8</sup>, que vem sendo debatida na Amazônia.

Os assentamentos que colocam em prática a agricultura ecológica diversificam as suas culturas.

Além de conseguirem autonomia alimentar, criam condições para abastecer as aglomerações urbanas vizinhas. A atividade produtiva agrícola não é desconectada das atividades de beneficiamento e transformação da produção, abrindo-se o campo para agroindústrias familiares e associativas. Esta relação de proximidade entre o produtor e o consumidor que tende a se perder com o crescimento das metrópoles, a especialização da agricultura em determinados produtos, a concentração da agroindústria e a expansão dos supermercados, pode ser recuperada. Ela é importante na medida em que revitaliza o interior e os laços entre o campo e a cidade e oferece novas modalidades de assentamentos, ao redor das cidades, voltados para o abastecimento em hortifrutigranjeiros. Outro motivo relevante prende-se à economia de energia feita quando se encurta os circuitos de comercialização.

A perspectiva crescente da construção de sistemas sustentáveis de produção tem favorecido a formulação de propostas de planejamento socioambiental do espaço, visando à criação de projeto de assentamento rural. As experiências pioneiras em Minas Gerais baseiam-se na metodologia que combina a estratificação ambiental (mapa das unidades ambientais), mapa da cobertura vegetal e uso da terra e zoneamento agroecológico do imóvel rural. Rompem com o modelo reducionista de análise de imóveis para fins de Reforma Agrária. Historicamente o INCRA utiliza um método americano, portanto voltado para outras condições naturais e sócio-produtivas: *“a ênfase é no relevo, como impedimento à mecanização e como fator de demanda de práticas de conservação do solo, acabando por propor a destinação de áreas de pior qualidade (mais acidentadas, solos mais pobres) à preservação*

---

<sup>7</sup> Cf. Girolamo Domenico Treccani – *“Regularização fundiária como pré-condição para o manejo florestal sustentável”*, Consultor Jurídico da FASE Projeto Gurupá (Pará), 2002.

<sup>8</sup> Cf. Museu Emílio Goeldi & Conservation International do Brasil – *“Transformando o arco do desmatamento no arco do desenvolvimento sustentável: uma proposta de ações emergenciais”* in Os primeiros meses do governo Lula - [www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br), 27/08/2003

*ambiental*<sup>9</sup>. A análise agroambiental aplicada nessa proposta rompe com uma visão reducionista do imóvel rural.

Boa parte da energia produzida no país vem do campo. Trata-se da energia hidroelétrica e, em medida bem menor, do carvão vegetal, do álcool e dos resíduos de atividades agrícolas (bagaço da cana, serragem etc.). Os assentamentos poderiam incluir culturas energéticas nas suas estratégias. Assegurariam assim que o enfrentamento dos grandes impasses ambientais do modelo dominante não fosse deturpado ao proveito, mais uma vez, das empresas que, direta ou indiretamente, contribuem para a criação desses impasses. Além do que, postos de trabalho e recursos novos correriam para o campo. A mesma argumentação vale para as plantações de árvores. Tratar-se-ia de substituir a monocultura em grandes extensões pela plantação, pela agricultura familiar e assentamentos, dentro dos seus sistemas de produção. Atualmente, por exemplo, as entidades do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas Gerais, formado por sindicatos de trabalhadores rurais, movimento dos sem terra e outras organizações, juntamente com a Rede Alerta contra o Deserto Verde, manifestam-se contra a renovação dos contratos de arrendamento de terras públicas para a monocultura do eucalipto e pinus. Propõem que se faça uma moratória, enquanto não se realizar o Zoneamento Agroecológico do Estado de Minas Gerais, com ampla participação popular, e defendem a reconversão da monocultura do eucalipto para sistemas agrosilvopastoris destinados às famílias que foram expropriadas e/ou para famílias de agricultores sem terra.

## **Cidadania e democracia socioambiental**

Rompe-se assim com a concepção de “natureza” do mercado dominante. Reconstruir o

território é reconstruir a nação e a cidadania. Esta é hoje, a nosso ver, a missão da Reforma Agrária.

Reconstruir o território é ao mesmo tempo condição, exercício e consagração da democracia. Condição porque o modo como as forças políticas e econômicas dominantes gerem o território tende a aumentar a desigualdade e a injustiça. Ao velho clientelismo acrescenta-se um novo quando as empresas que se instalam compram e corrompem pessoas e movimentos. Exercício, porque o repensar e o reconstruir o território são tarefas que exigem participação e engajamento. Não há soluções de laboratório prontas, elas estão sendo inventadas a partir de múltiplas experi-



riências, a partir de inúmeros diálogos, intercâmbios de idéias e estudos. Consagração porque, ao reorganizar um território a serviço das pessoas e do futuro do país, em que o exercício da política não seja capturado pelo mercado e pelos interesses das elites, é a democracia que volta ao seu lugar pleno de base para uma convivência solidária, simultaneamente igualitária e respeitosa da diversidade.

Levantamos a hipótese de que a privatização do território da qual as forças dominantes procedem é, na realidade, uma desconstrução da nação. Podemos nos perguntar agora se não se impõe, contra essas forças, como tarefa prioritária, a reconstrução do território. Essa reconstrução não se pode dar no âmbito do mercado, ela somente pode se levantar como debate e embate democrático. Deveria ser fundada sobre a imperiosa necessidade de equidade e de maior igualdade, e de cuidado para com os recursos naturais e o meio ambiente do território brasileiro e, conseqüentemente, do planeta.

<sup>9</sup> Cf. Carlos Eduardo Mazzetto Silva – *Análise agroambiental de imóveis para uma reforma agrária sustentável*, 2002. mimeo.

# Direito Humano ao Meio Ambiente\*

Fernando Walcacer\*\*



\*O Relatório Nacional sobre o Direito Humano ao Meio Ambiente 2003, produzido no quadro do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, que tem como relator Jean Pierre Leroy e como assessor Daniel Ribeiro Silvestre, apresentou os casos seguintes:

Grilagem de terras, exploração predatória da madeira e Complexo Hidroelétrico de Belo Monte (Altamira, Anapú, Porto de Moz, no Pará); impactos dos projetos de construção de barragens hidroelétricas e da sua construção sobre a população atingida: Irapê e Candonga, MG; Manso, MT; Cana Brava, GO.

Povos indígenas: os Cinta-Larga – Noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia

Monocultura de árvores: Espírito Santo.

Poluição Industrial: Rhodia, Shell, Solvay, SP; Ingá e Cidade dos Meninos, RJ.

Litoral. Pescadores ameaçados: Ilha da Marambaia/Rio de Janeiro e Saco de Mamanguá/Parati, RJ; Cumbe/ARACATI e Nova Tatajuba/Camocim, CE.

\*\*Professor de Direito Ambiental PUC/RJ, membro do Conselho Estadual de Tombamento.

A partir do início da década de 1980, com a edição da lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, o Brasil começou a construir uma legislação que hoje costuma ser apontada como uma das mais avançadas, senão a mais avançada do mundo, em matéria de proteção ambiental. O Relatório ressalta, com propriedade, a existência desse amplo arsenal jurídico referente ao uso e conservação dos recursos naturais e ao combate à poluição.

O momento mais alto da evolução legislativa foi representado pela Constituição Federal de 1988, cujos 15 anos agora estão sendo comemorados. A Constituição, de forma inédita em relação às que a antecederam, fez ao longo de seu texto extensas referências à matéria ambiental, a ela dedicando inclusive um capítulo inteiro, formado por um artigo e diversos parágrafos e incisos (artigo 225). A Constituição brasileira inspirou-se nas Constituições espanhola e portuguesa, editadas em seguida à reconstitucionalização da Península Ibérica, e que costumam ser apontadas como modelares em relação à proteção do ambiente. Mas a brasileira supera ambas, sendo em relação a elas muito mais abrangente e radical.

É a Constituição, por exemplo, que determina a obrigatoriedade da realização de estudos prévios de impacto ambiental antes do início de obras e atividades que possam ser potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental. E exige que a tais estudos seja dada a devida – ou seja, a mais ampla – publicidade. Não há registro dessa exigência em outras Constituições. Ora, o fato de semelhante previsão vir expressa no próprio texto constitucional, e não em legislação complementar ou ordinária, é de alta relevância. Foi, por exemplo, o que permitiu ao Supremo Tribunal Federal derrubar o dispositivo da Constituição do Estado de Santa Catarina que, refletindo o forte lobby da indústria madeireira, dispensava da realização de estudo prévio de impacto ambiental as atividades de florestamento ou reflorestamento para fins econômicos desenvolvidas no estado.

A Constituição brasileira também abriu o caminho para que se promovesse a responsabilidade penal das pessoas jurídicas

pelos danos por elas causados ao meio ambiente – rompendo assim uma tradição de inimizabilidade que vinha de séculos. A ruptura com a ordem anterior foi tão grande, que ainda hoje ela não é aceita por boa parte da doutrina tradicional. Apesar dessa oposição, o Tribunal Regional Federal da 4<sup>a</sup>. Região, de forma pioneira, condenou por crime ambiental empresa que extraía areia irregularmente, naquele mesmo estado de Santa Catarina.

A responsabilidade criminal dos dirigentes de empresas poluidoras também cresceu muito. Até hoje o sr. Philippe Reichstul, ex-presidente da Petrobras, luta para ser excluído do processo que apura responsabilidades criminais decorrentes do acidente ocorrido no rio Iguaçu. Os tribunais têm até agora resistido a aceitar o seu argumento de que seria impossível ao presidente acompanhar o estado de desgaste dos 14 mil quilômetros de oleodutos que a empresa tem espalhados pelo país.

Mas não é apenas em relação à responsabilidade criminal das empresas e de seus dirigentes que as leis ambientais brasileiras podem ser consideradas modernas e adequadas. A Lei de Crimes Ambientais – lei 9.605/98 –, apesar de suas dubiedades e até mesmo algumas contradições, representou um enorme avanço em matéria de responsabilidade ambiental. Basta ver que durante décadas não houve no país registro de qualquer condenação pelo crime ambiental de poluição de águas, entretanto previsto no vetusto Código Penal brasileiro, que é de 1940. O entendimento jurisprudencial dominante foi no sentido de que somente haveria crime se a água, antes de ser poluída, se apresentasse bioquimicamente pura, isto é, “potável”...

Também no que diz respeito à responsabilidade civil, aquela destinada a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente, a legislação brasileira ocupa posição de vanguarda. Para responsabilizar civilmente o poluidor, o Brasil dispensa a necessidade de comprovação de sua culpa, bastando provar a relação de causa e efeito entre o ato (ou a omissão) e o evento danoso. Este instituto, o da responsabilidade civil objetiva, vem sendo há anos objeto de ataque pelas chamadas classes produtoras, inclusive no âmbito do MERCOSUL, mas até agora tem resistido às tentativas de mudança.

Os exemplos da boa qualidade da legislação ambiental brasileira poderiam multiplicar-se quase indefinidamente. Não há registro, por exemplo, de outro sistema jurídico que abrigue um instrumento como a ação civil pública, destinada precipuamente a facilitar a defesa, pela sociedade organizada, de direitos difusos ameaçados (inclusive o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado). Nesta ação não há adiantamento de custas judiciais, nem existe o pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, em caso de insucesso judicial. Admite-se ainda a tutela cautelar – isto é, a possibilidade de uma decisão judicial liminar, para minimizar os efeitos danosos que poderiam advir da demora na prolação da decisão definitiva.

E o que dizer do papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente? O direito brasileiro confere relevantíssimas atribuições a esta instituição, armando-a de poderes para conduzir o inquérito civil e a ação civil pública, requisitar informações, ajuizar ações criminais... Tem sido notável a luta dos Promotores de Justiça e dos procuradores da República, Brasil afora, para dar efetividade à extensa, abrangente e generosa legislação ambiental.

E aqui chegamos ao ponto central da discussão. O Relatório Brasileiro revela com precisão uma realidade esquizofrênica: as leis ambientais são boas, mas socioambientalmente o País vai muito mal.

Populações tradicionais são atingidas pela violência de projetos de “desenvolvimento” que não levam minimamente em conta as suas necessidades e aspirações. Os níveis de perda de biodiversidade continuam alarmantes. Recursos naturais são destruídos em escala assustadora, e o Poder Público não demonstra ânimo para enfrentar o crescente despreparo e obsolescência de seus órgãos ambientais. No delicado equilíbrio representado pela expressão “desenvolvimento sustentável”, os aspectos econômicos continuam sendo amplamente prevaletentes.

E por que isso acontece? Como o Relatório fartamente demonstra, tirar as leis ambientais do papel não é tarefa das mais fáceis. E vai certamente exigir do Poder Público e de toda a

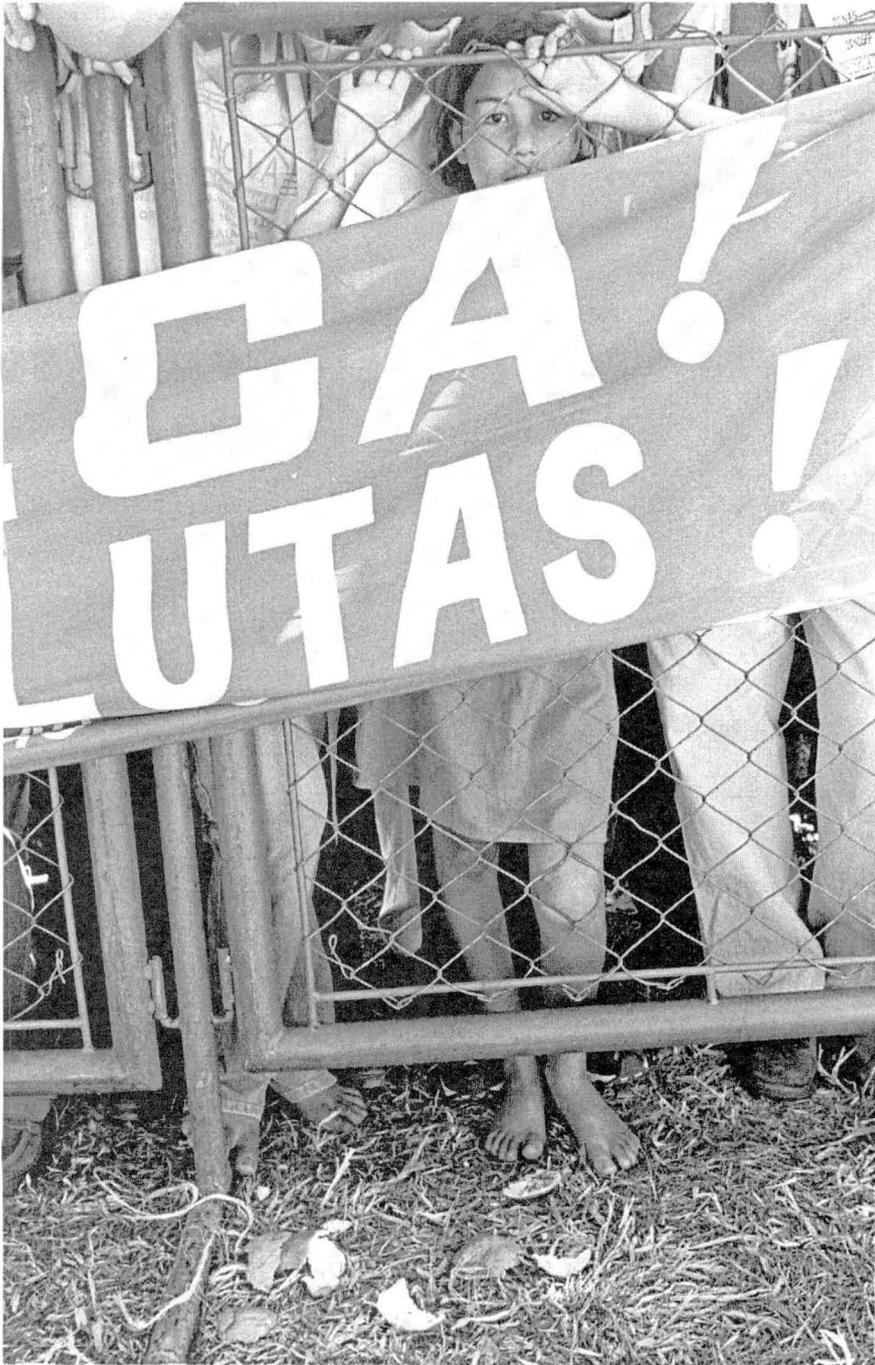
sociedade brasileira mudança de postura e um redobrado compromisso com os interesses das gerações futuras.

Existe no país uma cultura secular de autoritarismo e de prevalência do particular sobre o público. A propriedade continua a ser majoritariamente percebida como direito individual, absoluto e perpétuo. Os juízes brasileiros se formam em escolas que privilegiam o ensino do Direito privado. Eles costumam pensar o Direito a partir de uma perspectiva privatista, evidentemente incompatível com as necessidades de uma tutela ambiental efetiva. A maioria dentre eles simplesmente desconhece a legislação ambiental.

As autoridades públicas, por sua vez, relutam em aceitar a idéia de que não têm poderes absolutos, quando suas decisões possam afetar o meio ambiente. Há pouco mais de um ano assistimos à explosão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem normalmente afável, contra decisões judiciais que impediam o avanço das obras da hidrovía Araguaia - Tocantins. A Justiça, contudo, não fazia mais do que exigir o cumprimento da legislação ambiental que obriga o empreendedor a dar publicidade, via estudos de impacto e audiências públicas, a projetos de que possam resultar danos ao meio ambiente. E este processo de informação e discussão é naturalmente lento...

Recentemente, a construção de um anel viário em torno da cidade de São Paulo foi embargada judicialmente, depois que se comprovou que as empreiteiras haviam ignorado as formalidades legais que as obrigavam a corretamente avaliar e informar à população local os riscos ambientais envolvidos na obra, antes de ser iniciada.

No caso da liberação da soja transgênica, deve-se aguardar da Justiça que as coisas sejam recolocadas em seus lugares. As leis brasileiras não admitem que o plantio se faça antes de devidamente avaliados os impactos ambientais dele decorrentes. Não se trata de matéria que o Executivo possa tratar da maneira que entender mais conveniente, ainda que ao governo pareçam legítimas as pressões de agricultores que, seguros de sua impunidade e estimulados por interesses de empresas multinacionais, contrabandearam e plantaram as sementes geneticamente modificadas. A



Nacional, tal como prescreve a Constituição Federal.

Exemplos edificantes como esses poderiam ser citados as dezenas. Mas evidentemente ainda são muito poucos, num país onde a preocupação com o meio ambiente ainda é incipiente e secundária, em relação a outros aspectos ligados ao desenvolvimento.

Sabe-se que, desde 1981, empresas potencialmente poluidoras são obrigadas a se submeter a um processo de licenciamento ambiental, antes de dar início a suas atividades. Apesar disso, em 1998, quando entrou em vigor a Lei de Crimes Ambientais, que passou a considerar criminosa a empresa que estivesse funcionando sem licença, foi tão intensa a pressão de empresas não licenciadas, que o Presidente da República editou uma Medida Provisória alterando a lei recém sancionada e concedendo na prática uma moratória de até dez anos para a sua efetiva entrada em vigor. Diante da reação do movimento ambientalista, edições posteriores da Medida Provisória abrandaram os termos da sua versão original,

medida provisória, além do mais, afronta os princípios constitucionais da independência e harmonia dos poderes (o plantio se encontrava proibido por decisão judicial).

Numa outra importante decisão, o Supremo Tribunal Federal recentemente acolheu a tese de que a União Federal não poderia sequer dar início aos estudos de viabilidade ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, situada em terras indígenas, antes da obra estar formalmente autorizada pelo Congresso

mas ainda hoje, segundo cálculos oficiais, só no Estado de São Paulo existem mais de cem mil atividades potencialmente poluidoras funcionando sem licença ambiental.

Apesar das críticas que lhe são feitas, a Lei de Crimes Ambientais também trouxe em seu bojo alguns artigos que estão começando a provocar uma mudança lenta, mas já claramente perceptível, na prática de alguns órgãos ambientais. Trata-se dos dispositivos que passaram a criminalizar os agentes

públicos que prestam informações falsas em procedimentos de licenciamento ambiental ou concedem licenças em flagrante desobediência à lei. Tais condutas costumam ser bastante disseminadas, inclusive por pressão de autoridades superiores. Governadores de estado, pressionados por sua vez por empresas às voltas com dificuldades no licenciamento ambiental e temerosos de perder o investimento para estados menos “exigentes”, costumam pedir pressa e boa vontade aos encarregados de conduzir o processo de licenciamento. Depois que os primeiros procedimentos criminais foram ajuizados contra administradores lenientes, estes vêm se mostrando, no mínimo, mais cautelosos ao obedecer a seus superiores.

Tirar a legislação ambiental do papel não é mesmo tarefa fácil. No ano passado o IBAMA-RJ foi solicitado a conceder licença para a realização do campeonato mundial de caça submarina em área integrante da reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo. Nesse tipo de unidades de conservação a caça, como se sabe, é expressamente proibida. Mas falaram mais alto os interesses do “desenvolvimento turístico” da região. A licença foi concedida, o ato publicado no Diário Oficial, e o campeonato se realizou. Ora, se isso se fez no estado do Rio de Janeiro, sob os olhares de uma opinião pública razoavelmente informada e participativa, e com ofensa clara à lei, pode-se imaginar o que acontece pelos grotões mais distantes do País - como aliás o Relatório levanta, com muita acuidade e precisão.

O grande jurista português José Joaquim Gomes Canotilho identifica como tarefa da humanidade, a construção de um Estado Ambiental de Direito, que representaria o estágio mais avançado do Estado Democrático de Direito. Seria, em última análise, ou isso ou o caos já anunciado pelas agressões intensas e continuadas ao planeta, e pelo desprezo sistemático aos compromissos intergeracionais anunciados em tantos documentos oficiais.

Para Edith Brown-Weiss, outra jurista de renome internacional, provavelmente seremos lembrados pelos nossos pósteros como aquelas gerações que, ao lado de inacreditáveis avanços científicos e tecnológicos, patrocinaram devastadoras perdas de biodiversidade e legaram

a seus descendentes resíduos nucleares que ainda não terão encontrado, daqui a 500 anos, solução satisfatória. Para aquela autora, ficarão os prédios das usinas nucleares, envoltos por grossas paredes de chumbo, pirâmides modernas a dar testemunho da loucura de uma sociedade perdida no tempo...

O caminho da construção do novo paradigma do Estado contemporâneo, nos termos propostos por Canotilho, assenta-se em três pilares: informação, educação e participação ambiental. Penso que ninguém propôs ainda nada mais adequado.

Não adianta a Constituição e as leis dizerem que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito humano fundamental, inseparável da própria dignidade da pessoa humana. Não adianta dizer-se que a proteção do meio ambiente é um dever do Poder Público e da sociedade, e que em relação à qualidade ambiental todos devemos nos comportar como gestores responsáveis de um patrimônio valioso, que cumpre transmitir tão íntegro quanto possível a nossos descendentes.

É preciso muito mais: trata-se de construir uma democracia em que a informação de fato circule livre e desembaraçadamente, sem restrições, de forma a possibilitar a todos serem informados da qualidade ambiental e da existência de projetos que possam afetá-la negativamente.

Será preciso investir maciçamente em educação ambiental, porque de nada adianta a informação circular se a sociedade não tiver capacidade para entender e se pronunciar sobre aquilo que se está discutindo.

Finalmente, de nada adianta a informação circular e a sociedade estar capacitada a interpretá-la, se não houver da parte de todos a disposição em participar ativamente do processo de construção deste novo paradigma. Para tal, como é óbvio, será preciso aumentar – e muito – as baixíssimas taxas de exercício da cidadania ainda vigentes no País.

Até lá, relatórios isentos sobre práticas públicas e privadas de agressão ambiental, em confronto com o direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na Constituição e nas leis da República, continuarão denunciando como estamos distantes de sua efetiva implementação.

# Mapa dos Conflitos Ambientais – a experiência do Rio de Janeiro

*Henri Acelrad \**

\*Professor do IPPUR/UFRJ, pesquisador do CNPq e coordenador do projeto Mapa dos Conflitos Ambientais, FASE/IPPUR-UFRJ/SEMADS-ERJ.

O Mapa dos Conflitos Ambientais constituiu parte do projeto Mapa da Justiça Ambiental no Estado do Rio de Janeiro elaborado para a gestão Liszt Vieira que vigorou na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2002 e apresentado para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, tal como renomeada em 2003. Este projeto, concebido e executado pela FASE em conjunto com o IPPUR/UFRJ, teve por fim produzir conhecimento relevante destinado a apoiar a promoção da justiça ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Materializou-se num particular esforço de cooperação entre governo do Estado, ONGs e Universidade na visibilização e equacionamento das questões que relacionam meio ambiente e justiça social no estado. Para os fins deste projeto, entendeu-se por *injustiça ambiental* “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”<sup>1</sup>. Segundo o conhecimento consolidado pela literatura especializada<sup>2</sup>, tais situações de injustiça costumam decorrer da operação do mercado de terras e da ausência de políticas de democratização do uso do solo. Tais processos concorrem para que as populações mais pobres sejam levadas a residir em áreas de risco ambiental, submetidas a deslizamento de encostas, enchentes, exposição a fontes contaminantes, proximidade de oleodutos e linhas de transmissão de eletricidade.

O levantamento cujos resultados apresentamos a seguir pretendeu produzir elementos para a adoção de políticas de combate à desigualdade ambiental. Para tanto, o conhecimento que se procurou construir não só descreve os riscos técnicos, mas também delinea o quadro das condições de enfrentamento das situações-problema, contemplando, sempre que possível, as condições jurídicas dos conflitos ambientais, as condições cognitivas envolvendo a

caracterização das relações causais e responsabilidades nas transformações socioecológicas, bem como as condições organizativas pelas quais os atores sociais pressionam por soluções justas. Tomou-se por pressuposto, por outro lado, que as políticas ambientais democráticas, para cuja formulação o projeto pretendeu contribuir, são aquelas que procuram eliminar a concentração dos danos ambientais e dos custos associados a decisões de políticas de meio ambiente sobre as populações de menor renda, via de regra menos aptas a se deslocar deliberadamente no espaço e, conseqüentemente, a escapar dos riscos ambientais. A percepção particular dos movimentos por justiça ambiental é a de que desigualdade social e de poder sobre os recursos ambientais está presente na raiz dos processos de degradação ambiental em geral: quando os benefícios de uso do meio ambiente estão concentrados em poucas mãos, do mesmo modo que concentrada está a capacidade de transferir “custos ambientais” para os mais fracos, o nível geral de pressão sobre o meio ambiente tende a não se reduzir. Donde, decorre logicamente que a proteção do meio ambiente para todos depende do combate à desigualdade ambiental. Ou seja, não se poderia enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social. É para a implementação de políticas que ofereçam igual proteção a todos que o poder público deve contar com uma base de informações apropriada ao diagnóstico das situações conflitivas e o combate às desigualdades ambientais que, em medida significativa, as motivam.

O Mapa dos Conflitos Ambientais apresenta um quadro da ação que se desenrola no tecido social do Estado e que faz do meio ambiente um “terreno contestado material e simbolicamente”<sup>3</sup>. O resultado aqui apresentado não constitui nem um Atlas

---

<sup>1</sup> Cf. Declaração de criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Niterói, 2001.

<sup>2</sup> Cf. D. Harvey, *Justiça Social e a Cidade*, ed. Perspectiva, SP e E. Swyngedouw - A. Merrifield (eds.) *The Urbanization of Injustice*, New York University Press, NY, 1997.

<sup>3</sup> Moore, D., “Marxism, Culture and Political Ecology”, in R. Peet - M. Watts (ed) *Liberation Ecologies - environment, development and social movements*, Routledge, NY, 1996, p.125-141.

Ambiental com a descrição geofisiográfica do estado, nem um Atlas Estatístico, descritivo de alguns indicadores estatísticos espacializados, mas um Mapa para a ação dos sujeitos sociais envolvidos com o processo de democratização do meio ambiente. Ele não teve a pretensão de totalizar o conhecimento sobre o território, mas sim de indicar, tanto para governos como para movimentos sociais, as condições em que se deveriam desenrolar as medidas conducentes à maior justiça ambiental. O levantamento que o alimentou teve por finalidade identificar os casos de conflitos ambientais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro no período 1992/2002, a partir de pesquisa documental e de campo.

O primeiro passo da pesquisa consistiu em delinear um panorama interdisciplinar da pesquisa e da reflexão sobre casos emblemáticos de conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro, sempre na perspectiva da construção da justiça ambiental. Uma oficina de discussão levantou inicialmente o perfil do conhecimento disponível, as pesquisas em andamento e os esforços dos pesquisadores que se haviam dedicado, no âmbito das mais diversas instituições universitárias e de pesquisa, ao estudo de conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. Procurou-se privilegiar na ocasião as investigações realizadas no âmbito das ciências sociais, que dedicaram uma atenção particular à configuração das forças, estratégias, discursos e práticas dos atores sociais envolvidos em disputas por apropriação do meio ambiente no estado. Após a referida oficina, foram desenvolvidos estudos de caso buscando aprofundar o conhecimento sobre situações tidas por emblemáticas das contradições específicas ao modelo de desenvolvimento do estado<sup>4</sup>.

Em sua segunda etapa, desenvolveu-se o levantamento dos conflitos ambientais dotados de algum grau de institucionalização, seja por seu registro na documentação da FEEMA ou do Ministério Público Estadual. Nestas duas instituições, buscou-se identificar os casos de denúncias de agressão ambiental que deram lugar a processos no Ministério Público ou a simples caracterização técnica

de risco ou dano ambiental mesmo que ainda sem mobilização jurídica, mas que levaram a algum tipo de ação pública do órgão de controle ambiental do estado<sup>5</sup>. Foram considerados conflitos ambientais aqueles em que dadas certas combinações de atividades no espaço, o ambiente configurou-se como veículo de transmissão de impactos indesejáveis, capazes de fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometesse a possibilidade de outras práticas se manterem.

---

<sup>4</sup> Para esta etapa foram elaborados os seguintes estudos: 1) Salinas, pesca, turismo e extração mineral - uma possibilidade de releitura dos critérios de justiça (Sonia Oliveira), Conflitos Sócio-ambientais Envolvendo a Pesca Costeira - uma categorização (Maria Stela Marcondes de Moraes), O Loteamento do Mar - pescadores reagem à exploração de petróleo na costa fluminense (Maria Stela Marcondes de Moraes), A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: um projeto ameaçado? (Maria Stela Marcondes de Moraes), Barragens e Conflitos Sociais: o Caso da Barragem de Itaocara (Carlos B. Vainer, Flávia B. Vieira, Daniele de C. Pinheiro, Michele C. D. do Carmo), Conflitos em Torno ao Uso da Água na Baixada dos Goitacazes, Norte Fluminense, (Paulo Roberto F. Carneiro), A Lagoa Feia do Itabapoana e seus conflitos (Arthur Soffiati), Transgredindo Escalas e Estabelecendo Parcerias: o caso da luta contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro (Marcos A. Pedlowski), Assentamentos Rurais no Entorno de Unidades de Conservação - o Caso da Reserva Biológica de Poço das Antas (Ana Maria Motta Ribeiro e Wilson Madeira Filho), O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia (Fabio Reis Mota), Justiça Ambiental e Saúde Coletiva, (Carlos Machado de Freitas; Christovam Barcellos e Marcelo Firpo de Souza Porto), "Valão" e enchentes em São Gonçalo: as estratégias de ação das moradoras da rua Assis Chateaubriand (Flavia Pires), O enfoque da Justiça Ambiental na Análise da Comunidade do Lixão do Fischer, Teresópolis (Renata Curcio Valente), A Ocupação Diferenciada das Encostas do Município do Rio de Janeiro (Rose Compans), A Ambientalização dos conflitos em Volta Redonda (José Sérgio Leite Lopes), Riscos Ambientais de Origem Industrial: o caso Panamericana (Heloisa Pacheco-Ferreira), Companhia Mercantil Industrial Ingá - uma "bomba atômica" em Itaguaí (José Luis de O. Soares e Joana Tolentino), O Caso CENTRES, município de Queimados, (Felipe T.B. Caixeta), A Cidade dos Meninos e a Contaminação por HCH (hexaclorociclohexano) (Selene Herculano), Conflito Ambiental e Luta por Moradia - o caso do depósito de lixo tóxico do Distrito Industrial de Campo Grande, município do Rio de Janeiro, (Kátia Perobelli), O fim do projeto da usina termoeletrica a carvão mineral (Iara Ferraz), A Ambiência de Magé (Gustavo Bezerra), Os agrotóxicos em Pati de Alferes (Felipe T.B. Caixeta), Assentamentos rurais e conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro (Paulo Roberto R. Alentejano), O Caso da Cabeceira dos Thuller: a força do direito (Maria de Fátima G. Yukizaki).

<sup>5</sup> Numa etapa ulterior, procurou-se ampliar a representatividade da amostra incluindo conflitos identificados no Ministério Público Federal, no Departamento de Produção Mineral e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



“Os conflitos socioambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que adotam de apropriação do meio ameaçada pelos impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. O tipo de conflito que aqui identificamos tem por arena uma mesma unidade territorial compartilhada por um conjunto de atividades cujo ‘acordo simbiótico’ é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis que a atividade de um dos agentes produz sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes”<sup>6</sup>.

Para os fins do presente levantamento, adotou-se uma concepção larga de conflitos, incluindo todos os casos onde houve ao

menos uma ação de denúncia, mesmo que a partir de iniciativas aparentemente individuais, por cidadãos que, na linguagem da saúde pública, agem como “sentinelas” da vigilância coletiva, levando a que os eventos denunciados como agressão ambiental, notadamente aqueles atingindo populações de menor renda, se tornem visíveis na esfera pública, seja por sua consideração na FEEMA ou no Ministério Público Estadual.

Para cada caso procurou-se registrar as condições técnicas e sanitárias do risco, as condições sócio-econômicas dos moradores mais afetados, o histórico da manifestação pública do conflito, as condições jurídicas da configuração do evento, a identificação dos atores envolvidos com a caracterização cognitiva de causalidades e responsabilidades supostas, bem como a caracterização das condições organizativas dos atores sociais envolvidos.

---

<sup>6</sup> Cf. H. Acselrad, Conflitos ambientais, práticas espaciais e justiça, texto elaborado para o projeto integrado Conflitos Ambientais no Brasil, IPPUR/UFRJ-CNPq, RJ, 2003.

As fichas de registro dos eventos pertinentes procuraram preencher, sempre que possível, os seguintes campos:

- 1) Data e contexto histórico da denúncia ou do episódio em que a situação vem a público;
- 2) Localização, data, contexto histórico e geográfico do evento denunciado;
- 3) Caracterização da fonte da informação sobre a denúncia de agressão ambiental;
- 4) Data e agente da denúncia;
- 5) Descrição do evento denunciado;
- 6) Caracterização do projeto/empreendimento envolvido na denúncia (anunciado, em operação ou em implantação, no momento da denúncia e em 2002);
- 7) Condições de licenciamento do empreendimento;
- 8) Caracterização das comunidades situadas nas proximidades do empreendimento;
- 9) Atores sociais envolvidos;
- 10) Histórico;
- 11) Estratégias dos atores pré-denúncia: ações do poder público, das empresas e das organizações da sociedade;
- 12) Estratégias dos atores pós-denúncia: ações do poder público, das empresas e das organizações da sociedade;
- 13) A percepção diferencial do risco;
- 14) Condições cognitivas da caracterização do risco (perícias e contraperícias);
- 15) Dimensões jurídicas da agressão/conflito;
- 16) Caracterização das condições organizativas dos atores sociais envolvidos;
- 17) Contexto socioespacial do evento, ligações com ambientes e lutas conexas.

Todos os casos foram em seguida apresentados de forma sintética segundo os seguintes tópicos: classificação do tipo de agressão denunciada, subclassificação da agressão denunciada, título do caso, fonte documental das informações, data do evento denunciado, figura social do denunciante, atores envolvidos e histórico. Os casos foram organizados por município de ocorrência do evento denunciado e classificados em três grandes categorias, segundo o tipo de problema ambiental a que estiveram associados, a saber:

- i) Conflitos associados a atividades

industriais - poluição industrial da água, do ar e do solo, mineração irregular e disposição irregular de resíduos industriais;

- ii) Conflitos associados a falta de saneamento, localização e operação de lixões e aterros sanitários.

- iii) Conflitos associados simultaneamente a atividades industriais e a falta de saneamento

Para assegurar maior representatividade aos casos registrados, dados os limites temporais da pesquisa de campo, deixaram de ser incluídos conflitos relativos ao uso do solo rural, outros usos indevidos do solo urbano (como ocupação indevida de encostas) e outros usos indevidos da água (por razões de privatização, aterramento ou assoreamento).

Para que se possa inserir o presente levantamento num quadro mais amplo de ação por promoção de justiça ambiental no longo prazo, cabe explicitar ter o presente esforço de pesquisa se apoiado em um certo número de pressupostos teórico-políticos, a saber:

- a) O tratamento da questão ambiental não se esgota no âmbito do estabelecimento da colaboração através do apelo à boa vontade dos atores sociais. As atividades de educação, conscientização e mobilização para práticas ambientalmente responsáveis são muito importantes, mas, via de regra, insuficientes para dar conta das mais significativas implicações ambientais indesejáveis dos modelos de desenvolvimento. Isto porque toda política de meio ambiente lida quase sempre com conflitos sociais que têm os recursos ambientais por objeto. Isto porque os diferentes agentes sociais e econômicos, ao longo de suas práticas correntes, tendem a configurar interesses, projetos e usos conflitantes no que diz respeito à base material de existência da sociedade. As políticas ambientais comprometidas com a construção democrática, neste contexto, são, em particular, aquelas que não ignoram, não obscurecem nem subestimam os conflitos ambientais que constituem o campo por excelência da ação política na área do meio ambiente, notadamente daquela voltada para assegurar-lhe o caráter de bem público de uso comum do povo.

- b) Os efeitos da degradação ambiental são desigualmente distribuídos entre os diferentes



grupos sociais segundo classes de renda e capacidades diferenciais das mesmas se fazerem ouvir nas esferas decisórias. Os danos ambientais do desenvolvimento tendem, assim, a atingir em particular as camadas mais destituídas da população. Pois, ao contrário do que sugerem as aparências, a desigualdade social reproduz-se também na esfera ambiental, expondo com particular intensidade as populações de menor renda aos riscos presentes nos locais de trabalho, de moradia ou nos ambientes em que circulam. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, conseqüentemente, a maioria da população brasileira encontra-se exposta aos riscos decorrentes do trabalho com substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, da moradia em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, na proximidade de depósitos de lixo tóxico, vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade<sup>7</sup>. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são,

por sua vez, também os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e ao solo não contaminado, estando mais expostos ao deslocamento compulsório de seus locais de moradia por razões de construção de grandes empreendimentos e obras de infra-estrutura ou, no campo, pela expansão das monoculturas.

c) Os conflitos sociais são constitutivos das sociedades democráticas. Não são efeitos colaterais acidentais da vida social, mas matéria prima da construção democrática, das práticas e instituições que lhes dão tratamento e que através deles elaboram coletivamente os princípios legítimos de justiça. A justiça constitui assim meta a ser alcançada não só em âmbitos tradicionais da vida social mas também nos modos pelos quais são compartilhados os espaços, recursos e ambientes biofísicos. Cabe

---

<sup>7</sup> cf. Declaração de Criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Niterói, set. 2001.

pois identificar e discutir os conflitos associados às transformações socioambientais em curso no estado, considerado o modelo de desenvolvimento que nele se configura. No caso do estado do Rio de Janeiro, tratavam-se de conflitos ambientais urbanos em particular, posto que 76% da população reside na Região metropolitana, tais como os relativos à falta de saneamento, à localização de resíduos sólidos e lixo químico. Mas também destacam-se os decorrentes da crescente importância da produção petrolífera no estado, com seus impactos sobre a atividade pesqueira e a qualidade das águas litorâneas em geral, assim como os associados à implantação de projetos hidroelétricos e termoelétricos, à poluição industrial dos rios, entre outros.

d) A evidenciação dos conflitos e das injustiças ambientais a estes associados favorece, por um lado, como vimos, a elaboração de políticas de combate à desigualdade ambiental, pois atacando a concentração dos riscos sobre as populações despossuídas, se estará criando resistência à degradação ambiental em geral, posto que os impactos negativos correntes não mais poderão ser transferidos, como de praxe, para os mais pobres. A propensão de todos os atores sociais a identificar e encontrar soluções justas para a

eliminação das fontes do dano ambiental tenderá, pode-se esperar, a partir do acesso às informações, a se intensificar. Por outro lado, ao se dar visibilidade às injustiças ambientais se estará, provavelmente, favorecendo o envolvimento das populações mais destituídas na defesa de seus ambientes, ajudando a desfazer-se o preconceito segundo o qual a causa ambiental é exclusiva das classes médias urbanas, desejosas de efeitos estéticos ou de um culto idealizado da natureza. A exposição dos conflitos pretende servir, portanto, para municiar tanto a prática de governos democráticos como as dinâmicas de organização da própria sociedade.

Considerados os pressupostos acima enunciados, o propósito central do Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro foi o de expor os dados sistematizados ao olhar público, ao crivo das autoridades responsáveis pelas políticas de meio ambiente, ao debate intelectual entre os pesquisadores, à discussão crítica por parte do movimento ambientalista e das organizações da sociedade, assim como de todos os atores que têm papel preponderante na identificação e tratamento dos conflitos que dão substância à problemática ambiental no Estado.

UMA REDE  
A SERVIÇO  
DA DEMOCRACIA E  
DA JUSTIÇA SOCIAL

A ABONG reúne organizações da sociedade civil que dedicam seu trabalho à consolidação da democracia, à conquista de direitos e à justiça social. Conheça e participe das atividades desenvolvidas em seus Fóruns Regionais. Junte-se a esta missão.

**AB** **ONG**

*associação brasileira de ONGs*

ESCRITÓRIO NACIONAL  
Rua General Jardim, 690 - 7º  
Vila Buarque São Paulo/SP  
Tel: 11 3237 2122  
abong@uol.com.br  
www.abong.org.br



# Serviços de Saneamento: desafios e perspectivas para a política

Ana Lucia Britto\*



\*Professora do PROURB/FAU/UFRJ, Pesquisadora do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

O saneamento ambiental é a uma das questões sociais do momento. Dados recentemente divulgados do Censo do IBGE revelam que no setor de saneamento ainda temos situações de carência extrema e enormes desigualdades sociais no que concerne o acesso aos serviços. O governo Lula destacou a ampliação do acesso a estes serviços como uma de suas prioridades. Este texto pretende apresentar algumas características da situação atual dos serviços no país e discutir perspectivas e desafios para a construção de uma política nacional de saneamento universalista e democrática.

## A Situação Atual

Segundo análise recente, baseada nos dados do Censo do IBGE de 2000, existe no Brasil um déficit de abastecimento de água que se situa na faixa de 10 milhões de domicílios ou 34 milhões de habitantes<sup>1</sup>. Este déficit é mais marcante nas zonas rurais. No caso da população urbana o déficit é mais grave em municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, mas atinge também a periferia das grandes metrópoles do Sul e Sudeste.

Existe entre as regiões do país uma forte disparidade no que concerne o acesso aos serviços de abastecimento de água. Na região Norte, onde fica a maior reserva de água potável do país, os índices de atendimento são os piores: 43,7% da população não dispõe de serviços de abastecimento de água. A região Centro-Oeste é a outra região do país que em tese não teria problemas com a água, pois tem uma população relativamente pequena e um grande potencial de água doce. No entanto, 22,4% da população desta região não tem acesso aos serviços. A região Nordeste é a segunda maior do país em termos populacionais, e é aquela de menor disponibilidade hídrica. Da população do Nordeste 30,81% não tem acesso à água. A região Sudeste é a região mais industrializada, mais povoada e com maior densidade demográfica. Nela, segundo dados oficiais, apenas 7% da população não tem acesso à água encanada. Na Região Sul o déficit no acesso à água atinge 6,7% da população. Estes dados relativamente satisfatórios referentes às regiões Sudeste e Sul mascaram

uma outra realidade comprovada por diferentes análises baseadas em levantamentos de dados empíricos: estas regiões são marcadas por fortes desigualdades sociais, com um grande contingente de pessoas vivendo em habitações precárias, em favelas e nas periferias das grandes metrópoles, sem ter acesso aos serviços de abastecimento de água com a qualidade e a frequência necessárias.

Análises baseadas na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB 2000, mostram que a intermitência no abastecimento afeta 20% dos distritos abastecidos. Isto obriga a população a recorrer a fontes de abastecimento nem sempre seguras, como poços e água adquirida e caminhões pipa, provocando, muitas vezes, risco à saúde. Além disso, a intermitência gera a deterioração precoce das redes de distribuição, aumentando as perdas de água nos sistemas.

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico mostra também que a água oferecida à população carece de melhor controle de qualidade. Muitos dos pequenos sistemas distribuem água sem tratamento (38% dos distritos abastecidos), um número ainda maior não adiciona flúor à água (63% dos distritos abastecidos) e apenas 47% dos distritos abastecidos com água é objeto de vigilância pelas Secretarias Estaduais de Saúde, conforme determina a legislação.

A situação dos serviços de esgotamento sanitário é bem pior do que a do abastecimento de água. Os investimentos em saneamento realizados nas décadas de 70 e 80, que viabilizaram uma ampliação do acesso à água, deixaram de lado a coleta e o tratamento dos esgotos. Dados apresentados por Zveilbel apontam um importante déficit de esgotamento sanitário: 60% da população brasileira não tem acesso a estes serviços. A distribuição do déficit também varia segundo as regiões, mas de maneira menos significativa que o déficit relativo ao abastecimento de água, caracterizando uma situação de precariedade generalizada. Na região Norte, 97% da população não dispõe de serviços de coleta de esgoto; no Nordeste este percentual é de 80,8%; na região Sul de 72% , no Centro-Oeste de 67% e no Sudeste de 30,1%.

<sup>1</sup> Ver ZVEIBIL, Victor, 2003.

Ainda segundo análise de Zveibil, os maiores déficits na disponibilidade dos serviços se concentram no segmento da população brasileira que reúne os 40% mais pobres. As maiores disparidades encontram-se no Nordeste, chegando a uma diferença de seis vezes entre os padrões de atendimento dos grupos de maior e menor renda.

O acesso aos serviços de coleta de lixo apresentou um crescimento importante nos últimos anos. Atualmente cerca de 94% da população urbana é atendida com serviço de coleta domiciliar de lixo, ficando sem atendimento nas cidades cerca de 8 milhões de pessoas, de acordo com dados da PNAD 2001. Todavia, repete-se no setor a mesma desigualdade que atinge o acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário: são os mais pobres que não dispõem de serviço de coleta. É nas favelas e nas periferias das grandes cidades que a coleta de lixo se faz de modo mais precário.



Por outro lado, ainda existe um forte déficit no que concerne a disposição final adequada de resíduos. Dados da PNSB mostram que existe uma predominância da prática de disposição a céu aberto (lixões) com 59,0% das unidades identificadas, seguida de aterros controlados, 16,8%. Os vazadouros em áreas alagadas correspondem a 0,6%, os aterros sanitários representam 12,6% e os aterros de resíduos especiais 2,6%. As usinas de reciclagem totalizam 2,8%, as usinas de compostagem 3,9% e as de incineração 1,8%, sendo a situação mais crítica nos municípios menores.

A precariedade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos traz enormes prejuízos à saúde da população, sobretudo da população mais pobre, elevando de forma significativa os gastos públicos neste setor. No Brasil, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, a falta de acesso adequado à água potável e de serviços adequados de esgotamento é causa de 80% das doenças e 65% das internações hospitalares, implicando gastos de US\$ 2,5 bilhões. Na última década temos assistido ao reaparecimento de doenças que deveriam estar extintas ou completamente controladas como a malária, cólera, leptospirose, dengue, doença de chagas, filariose e esquistossomose, todas diretamente relacionadas com as condições inadequadas de saneamento. Estas doenças atingem de maneira grave a população de baixa renda que em algumas áreas se vê obrigada a consumir água de qualidade comprometida.

Uma outra grave consequência da precariedade dos serviços de esgotamento é a contaminação de nossas reservas hídricas. Atualmente, cerca de 90% dos esgotos domésticos e industriais do país são despejados sem qualquer tratamento nos mananciais de água. Além disso, 63% dos depósitos de lixo no Brasil estão em rios, lagos e restingas. A Região Norte, onde se encontra a maior reserva de água doce do país, é também uma das que mais contamina seus recursos hídricos, jogando grande quantidade de agrotóxicos, mercúrio (dos garimpos) e lixo bruto nos rios.

O quadro mostrado anteriormente é resultado de uma forte retração dos investimentos no setor



durante o período entre 1990 e 2000. Esta década é a que apresenta a pior média de investimento desde a implantação do PLANASA. Diferentes fatores explicam esta retração nos investimentos. De 1992 ao final de 1995 os financiamentos aos municípios e empresas estaduais com recursos do FGTS, principal fonte de financiamento do setor, estiveram fechados em razão da baixa disponibilidade do Fundo. Esta baixa disponibilidade foi resultado de uma queda conjuntural na arrecadação do fundo, e de um volume de contratações no final de 1991, acima da capacidade de desembolso dos exercícios subseqüentes. Só a partir de meados de 1995, com o lançamento do programa Pró-saneamento é que foi reorganizado o processo de contratações<sup>2</sup>.

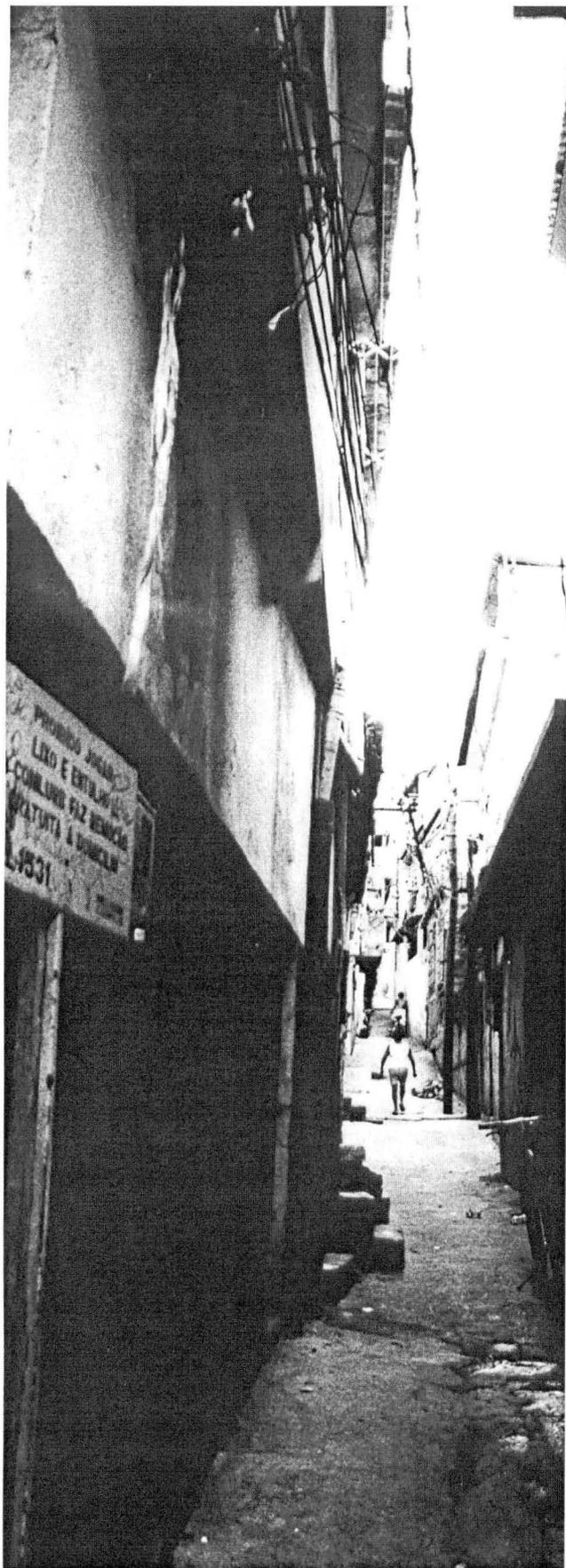
Segundo análise de Zveibel, apesar do retorno aos investimentos, entre 1996 e final de 1997 os valores contratados efetivamente desembolsados com recursos do FGTS foram baixos, o que se explica pela política de ajuste fiscal implementada pelo governo FHC. Em novembro de 1997, em razão deste ajuste fiscal, uma resolução do Conselho Monetário Nacional redefine regras e limites para o contingenciamento de crédito ao setor público e suspende o Pró-saneamento. Isto significou a suspensão de uma importante fonte

de recursos para estados e municípios, que ficaram dependentes de uma única fonte de recursos federais, qual seja, o Orçamento Geral da União acessível apenas através de emendas parlamentares. Isto deixou os investimentos em saneamento dependentes de negociações políticas, muitas vezes de caráter clientelista.

Associada à política de ajuste fiscal e respondendo aos interesses dos bancos multilaterais o governo federal colocou em prática uma estratégia voltada para a privatização da gestão dos serviços. A lógica era de recorrer a investimentos privados para suprir o déficit do setor, cabendo ao Estado apenas regular e fiscalizar serviços prestados por empresas privada.

Dentro desta estratégia o Conselho Curador do FGTS aprovou, em 1997, a criação do Programa de Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento (FCP/SAN) e disponibilizou pela primeira vez recursos do referido fundo para a iniciativa privada. Assim, ao mesmo tempo em que os recursos para as empresas públicas escasseavam, se criava uma nova linha voltada para estimular a participação de empresas privadas no setor.

<sup>2</sup> Sobre o desempenho do FGTS como fonte de financiamento do setor ver MONTENEGRO, Marcos Helano, 1998.



Em 1998, nova resolução do Conselho Monetário Nacional, estabelecida a partir de acordo com o FMI, reafirma o contingenciamento de crédito ao setor público e, em 1999, outra resolução consolida e define regras para esse contingenciamento. O resultado foi à suspensão de novas operações de financiamento em habitação, saneamento e infraestrutura por órgãos públicos.

As outras possibilidades para as empresas públicas estaduais e municipais acessarem recursos junto ao governo federal estavam vinculadas direta ou indiretamente à política de privatização do setor defendida pelo governo Fernando Henrique.

Os recursos do BNDES entre 1995 e 1997, possibilitaram aos governos estaduais financiar as contrapartidas em programas que envolvessem recursos de bancos multilaterais visando a ampliação do acesso a serviços de saneamento e despoluição de recursos hídricos. A partir de 1998, em função das resoluções de contingenciamento, esta possibilidade foi vetada. A possibilidade dos governos estaduais acessarem recursos do BNDES só existia mediante o compromisso com a privatização da companhia estadual.

Os recursos do programa federal para modernização do setor de saneamento, PMSS, envolvendo financiamento do BIRD e contrapartida dos estados, voltaram-se, na sua maior parte, para a preparação de algumas empresas estaduais para a venda ao setor privado, dentre as quais destacam-se: a CASAN (Santa Catarina), a EMBASA (Bahia) e a SANESUL (Mato Grosso do Sul).

De fato a política desenvolvida durante os últimos anos não priorizou a ampliação do acesso aos serviços e a eliminação do déficit. O objetivo era outro: viabilizar as privatizações das companhias estaduais e levantar recursos para cobrir os desequilíbrios da política econômica.

Todavia, apesar das perspectivas favoráveis à privatização, apontadas pelas políticas do governo federal, o processo não avançou. Apenas três companhias estaduais passaram por processos de privatização. Na SANEPAR, do Paraná, a privatização se fez através da abertura do capital e venda de 40%

das ações ao setor privado. Para a compra das ações foi formado um consórcio envolvendo empresas brasileiras (Andrade Gutierrez e Banco Opportunity) e o grupo francês Vivendi. O governo do estado inicialmente manteve o controle da empresa, que posteriormente foi repassado ao consórcio. No Amazonas, a empresa estadual COSAMA, que prestava serviços a Manaus e alguns municípios do estado, foi desmembrada em duas e a parte mais lucrativa formou a Manaus Saneamento que foi adquirida pela Lyonnaise des Eaux. No estado do Tocantins a empresa estadual SANEATINS foi adquirida pelo grupo Emsa.

No que concerne aos serviços municipais temos, segundo dados do BNDES, apenas 28 concessões privadas em um contexto de mais de 5000 municípios.

O pouco sucesso da política de privatização pode ser atribuído a diferentes fatores, dentre os quais nos parece importante destacar a luta de diversas entidades do setor em defesa do serviço público e o debate sobre a definição do poder concedente que esteve presente durante toda a década de 90.

Apesar de nos parecer claro que, segundo a Constituição Federal, a titularidade dos serviços é municipal, ao longo de toda a década de 90, foram feitas diferentes tentativas do governo federal de transferir dos municípios para os estados a responsabilidade da organização e prestação dos serviços de saneamento. O objetivo era facilitar a venda das Companhias Estaduais de Água e Esgoto ao setor privado, impedindo manifestações contrárias dos municípios. Diferentes projetos de lei foram apresentados nesse sentido, visando notadamente retirar dos municípios situados em áreas metropolitanas, onde existem sistemas de abastecimento de água compartilhados (caso do sistema Guandu para parte dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), a titularidade sobre os serviços de saneamento. Alegava-se para isso que estes municípios não eram autônomos na produção de água e no tratamento de esgotos. O cenário de incertezas quanto à titularidade e a conseqüente possibilidade de recursos jurídicos inviabilizando processos de privatização foi um fator de

inibição do avanço desses processos. Por outro lado, houve forte mobilização de entidades ligadas ao setor, sobretudo daquelas que representam trabalhadores do saneamento, no sentido de bloquear processos de privatização, como no caso da empresa estadual da Bahia, a EMBASA.

Chegamos portanto ao final da década de 90, com serviços de saneamento prioritariamente prestados por entidades públicas estaduais ou municipais, mas sem uma política federal de saneamento. Entendemos que uma política nacional é uma estrutura de gestão institucionalizada, com um arcabouço jurídico e institucional voltado para a implementação da política, a existência de linhas de financiamento regulares, e a definição de metas a serem atingidas.

O que existia na época do PLANASA, em vigor até 1986, foi desmontado. A partir de então houve com uma pulverização de funções<sup>3</sup>, deixando um vácuo com relação ao setor no que tange o arcabouço institucional. Este vácuo permanece até o início dos anos 2000. Caracterizou-se uma situação onde inexistia um plano nacional para o setor que fixasse prioridades e orientasse a alocação de recursos. Além disso, os diversos órgãos que atuavam no setor tinham um grau de integração muito baixo, e inexistiam normas e instrumentos para acompanhar a aplicação de recursos e avaliar a eficiência e eficácia social dos investimentos. Por outro lado, os mecanismos de controle social da política permaneceram pouco desenvolvidos e ineficazes.

Verificou-se ainda ao longo da década de 90, todo um debate sobre a necessidade de criação de estruturas de regulação e de marcos regulatórios para a prestação do serviço. Esta regulação, defendida por diferentes atores do campo do saneamento, deveria ser voltada tanto para o controle e fiscalização dos serviços prestados por entes de caráter público, como as empresas estaduais que operavam sob concessão dos municípios, como para o controle e fiscalização dos serviços prestados

---

<sup>3</sup> Segundo o Secretário Nacional de Saneamento existiram no governo passado programas e ações de saneamento em sete ministérios e dois órgãos do governo federal que atuavam sem nenhuma articulação.



por empresas privadas. O campo mais progressista associa as idéias de regulação e controle social, pensando a regulação como instrumento indispensável de controle público da prestação de serviços. Consideramos que a necessidade de controle público dos serviços de saneamento é inquestionável. Ela envolve dois pressupostos básicos: o “interesse público” devido a sua essencialidade para a população, e a sua característica de “monopólio natural”, atividade em que a existência de mais de um prestador se mostra antieconômica. Um serviço essencial sob o regime de monopólio exige regulação bem estruturada para que seja garantida a universalização e para evitar que os cidadãos ou sejam privados do acesso ou paguem taxas excessivas pelos serviços prestados. A regulação e o controle público destes serviços dependem – mais do que da designação formal de competências ao regulador setorial – de toda uma complexa estrutura institucional e legal que determine as condições reais de acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

Apesar dos amplos debates sobre as características de uma estrutura de regulação para o setor de saneamento, muito pouco se

avançou no que concerne a montagem dessa estrutura, tanto no âmbito federal quanto no estadual e municipal. Verificamos que muitas das concessões ao setor privado se fizeram sem a definição de estruturas de regulação e controle. Em alguns estados foram criadas agências reguladoras estaduais, mas a maior parte delas não se estruturou de forma adequada para efetivamente controlar e fiscalizar a prestação dos serviços. São, em sua maior parte, agências com baixa capacidade técnica, dirigidas por grupos de “notáveis”, e sem nenhum outro mecanismo de controle social.

Diante deste quadro o governo Lula tem grandes tarefas a executar. Destacamos alguns aspectos que consideramos essenciais na estruturação de uma política nacional de saneamento pautada pela inclusão social e pela universalização do acesso aos serviços: (i) a definição de uma estrutura organizacional que seja replicada nos âmbitos federal estadual e municipal (ii) a definição de normas que regem o setor voltadas para a equidade social e territorial (iii) a definição de linhas de financiamento e também de uma política de subsídios para

garantir o acesso aos serviços daqueles que não podem arcar com os custos das tarifas (iv) a estruturação de instâncias de regulação e controle social da prestação dos serviços.

Alguns avanços no campo da estrutura organizacional e da definição da política já foram alcançados com a criação do Ministério das Cidades, da Secretaria Nacional de Saneamento e o agendamento das Conferências das Cidades.

No campo do financiamento ainda estamos em fase de definições, dependendo de decisões relativas à política macroeconômica. Consideramos que quanto à política macroeconômica é fundamental a redução das metas do superávit fiscal, pois as atuais metas econômicas comprometem a capacidade de investimento do governo Lula no setor de saneamento. Também consideramos essencial a redução das taxas de juros, devido a seu impacto sobre a dinâmica econômica, incluindo o setor de saneamento. Ultrapassados estes limites de caráter geral, é essencial reafirmar alguns princípios que deveriam orientar os financiamentos no setor:

- a retomada dos financiamentos com recursos do FGTS, permitindo às prestadoras de serviços públicas municipais e estaduais o acesso a estes recursos;

- a mobilização de recursos do BNDES, usados nos últimos anos para financiar privatizações em outros setores e mesmo no setor de saneamento, que devem ser redirecionados para o financiamento de prestadoras de serviços de caráter público comprometidas com programas de universalização dos serviços, focados na população mais pobre, e voltados para eliminar as injustiças sociais que caracterizam o acesso aos serviços de saneamento;

- a mobilização de recursos não onerosos, provenientes do Orçamento Geral da União, para o atendimento de áreas com população de baixa renda, tanto nas zonas rurais quanto nas periferias das grandes metrópoles. Nos últimos anos a aplicação desses recursos se fez de forma desarticulada e pulverizada, pautada pelas emendas parlamentares que muitas vezes respondem a interesses clientelistas locais, com resultados que deixam a desejar. Uma alternativa importante seria vincular a aplicação desses

recursos a programas que buscassem articular combate à fome, à política de saúde e saneamento, otimizando os benefícios alcançados; e

- a desburocratização dos procedimentos necessários para que o setor público, principalmente os municípios que assumiram a gestão de seus serviços, acesse recursos da Caixa Econômica Federal, o que implica na modificação dos princípios que orientam a análise de risco da CEF de forma a viabilizar a tomada de recursos para investimento em saneamento por autarquias e prefeituras municipais.

No campo da democratização da política consideramos essencial a adoção de princípios de participação e controle social, contemplando-se a presença explícita e formal dos vários segmentos sociais no interior do aparato estatal em instâncias de caráter deliberativo. Avanços poderão ser feitos a partir da criação de instâncias de participação na elaboração das políticas e na definição de investimentos, dentre as quais destacamos o Conselho Nacional das Cidades e os conselhos a serem criados em outras esferas de governo, isto é, nos estados e municípios.

## Bibliografia:

BRITTO, Ana Lucia. "A regulação dos serviços de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública". *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. - Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. pp. 1080-1093.

FRENTE NACIONAL DE SANEAMENTO. *Saneamento no Brasil. Subsídios para o debate parlamentar*. Informações básicas para o posicionamento sobre a política e a regulamentação do setor. Março, 2000.

MONTENEGRO, Marcos Helano. *Retomar os Financiamentos do FGTS para o Saneamento*. Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. - Brasília, 1999.

ZVEIBEL, Vitor Zular. *Reforma do Estado e a Gestão do Saneamento: uma trajetória incompleta*. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

Entrevista com Abelardo de Oliveira Filho. *Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente*. Ano XII n. 27 julho/setembro 2003, pp. 7-8.

# Impasses e Perspectivas para uma Política Energética Sustentável no Brasil

*Célio Bermann\**

\*Professor do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP, coordenador do tema Energia – Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE.

A vitória de Lula para a Presidência do nosso país criou uma expectativa de mudanças em todos os setores da vida nacional. Com relação à questão energética, os setores populares organizados que contribuíram para a vitória da esperança, passaram a acompanhar os primeiros passos do novo governo com grande atenção. Tratava-se de verificar em que medida as demandas dos movimentos sociais e dos movimentos ambientalistas encontravam espaço na agenda do governo federal recém-eleito.

Passados os primeiros 300 dias do Governo Lula, uma reflexão sobre as intenções e os fatos torna-se imperativa. O presente texto busca contribuir para que este governo não perca de vista as forças sociais que o conduziram ao poder.

A herança deixada pelo governo FHC no setor energético deve ser necessariamente lembrada. Não para servir de razão e justificar os desacertos e indefinições que se manifestam na condução da política energética pelo novo governo, mas para tornar visível a absoluta fragilidade a que ficou reduzido o Estado no seu papel de formulador de políticas públicas. Papel este que foi deliberadamente esvaziado pelo governo passado, e que conduziu o país à crise pela qual estamos pagando até hoje.

Esta reflexão parte dos princípios para a sustentabilidade energética definidos no Projeto Brasil Sustentável e Democrático, cujo tema Energia este autor coordena. Foram identificadas as questões energéticas que possuem a capacidade de explicitar **relações de sustentabilidade**, envolvendo energia e **equidade**, energia e **meio ambiente**, energia e **emprego**, energia e **eficiência**, e energia e **democracia**.

Estas relações foram disponibilizadas com vistas à sua utilização pelos movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos e partidos políticos, como referências no processo de construção de uma estratégia energética sustentável e democrática no nosso país<sup>1</sup>.

Trata-se, pois, de avaliar em que medida as propostas de política energética do novo governo revelam a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

## O PPA-Plano Plurianual 2004-2007

Sem dúvida, o primeiro embate envolvendo o Governo Federal emergiu a partir das propostas para o setor de infra-estrutura formuladas no PPA-Plano Plurianual 2004-2007. Particularmente para o Setor Energético, a identificação das obras prioritárias para assegurar a expansão da geração elétrica no Brasil nos próximos anos, bem como o transporte da eletricidade através das linhas de transmissão, além das obras para provisão e transporte de combustível, não incorporaram a pré-condição do licenciamento ambiental prévio preconizada pelo GT Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e Meio Ambiente.

A presença de obras controversas no PPA, como a planta eletrônica de Angra 3 (RJ) ou o aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte (Rio Xingu no Pará) e os aproveitamentos hidrelétricos no Rio Madeira (AC/RO), além das obras para o aproveitamento do gás natural da bacia de Urucu (AM) envolvendo a construção dos gasodutos Coari-Manaus e Coari-Porto Velho, e a ampliação de usinas termelétricas à carvão mineral (RS/SC), aponta as dificuldades que o Governo Lula encontra no trato com as questões sociais e ambientais face as necessidades energéticas futuras.

O PPA, que no momento está na pauta dos debates no Congresso Nacional para sua aprovação, revela a forte presença do lobby nuclear nas discussões e encontra, na indefinição do Ministério de Minas e Energia quanto ao tema, um ambiente propício para sua consecução. Também está presente a idéia das assim denominadas “vantagens comparativas” proporcionadas pelos grandes projetos hidrelétricos, apontados como sendo uma alternativa de suprimento energético renovável. Entretanto, é com frequência que empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis no cenário internacional e particularmente no Brasil.

<sup>1</sup> Cf. BERMANN, C. *Energia no Brasil: Para quê? Para quem?* – Crise e Alternativas para um país sustentável. São Paulo, Ed. Livraria da Física/FASE, 2002.

Este caráter insustentável pode ser estabelecido a partir de critérios que identificam os problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e operação de uma usina hidrelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu *locus* de construção (p. ex., alteração do regime hidrológico; assoreamento; emissões de gases estufa a partir da decomposição orgânica no reservatório; entre outros...). Critérios que se estendem aos aspectos sociais, particularmente com relação às populações ribeirinhas atingidas pelas obras e invariavelmente desconsideradas frente à perspectiva da perda irreversível das suas condições de produção e reprodução social determinada pela formação do reservatório.

As possibilidades de expansão da capacidade hidrelétrica a ser instalada no Brasil encontra muitos problemas. Praticamente 2/3 (63,6%) deste potencial encontra-se localizado na Região Amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. As conseqüências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados que vão muito além da retórica dos documentos oficiais.

Ainda, também é significativo o potencial hidroelétrico a ser aproveitado das bacias dos rios Paraná e Uruguai, representando cerca de 20% do total. Nestas regiões do sul do país, caracterizadas por uma elevada densidade populacional, notadamente nas áreas rurais, há que se considerar a existência de um grande número de pequenas propriedades agrícolas que hoje garantem condições de subsistência de uma população rural constituída por proprietários, arrendatários, meeiros, assalariados e posseiros. O processo de “deslocamento compulsório” destas populações ribeirinhas para a formação dos reservatórios dos empreendimentos hidrelétricos previstos também exige toda a atenção e cuidados para que não se reproduzam os problemas verificados no passado recente. Com freqüência, a construção de uma usina hidrelétrica representou para estas populações a

destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução no mesmo patamar daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.

Questões como estas foram examinadas pela Comissão Mundial de Barragens, criada em abril/1997 para uma avaliação das barragens construídas no mundo. Composta por 12 membros, a CMB envolveu a participação de representantes da indústria de equipamentos, representantes de governos, acadêmicos, ambientalistas e lideranças de movimentos sociais. O Relatório Final *Barragens e Desenvolvimento – uma nova estrutura para o processo de decisão* foi elaborado a partir da construção de um consenso, considerando os diversos atores sociais envolvidos. Entretanto, no Brasil a aplicação das diretrizes da CMB tem encontrado dificuldades para sua implementação.

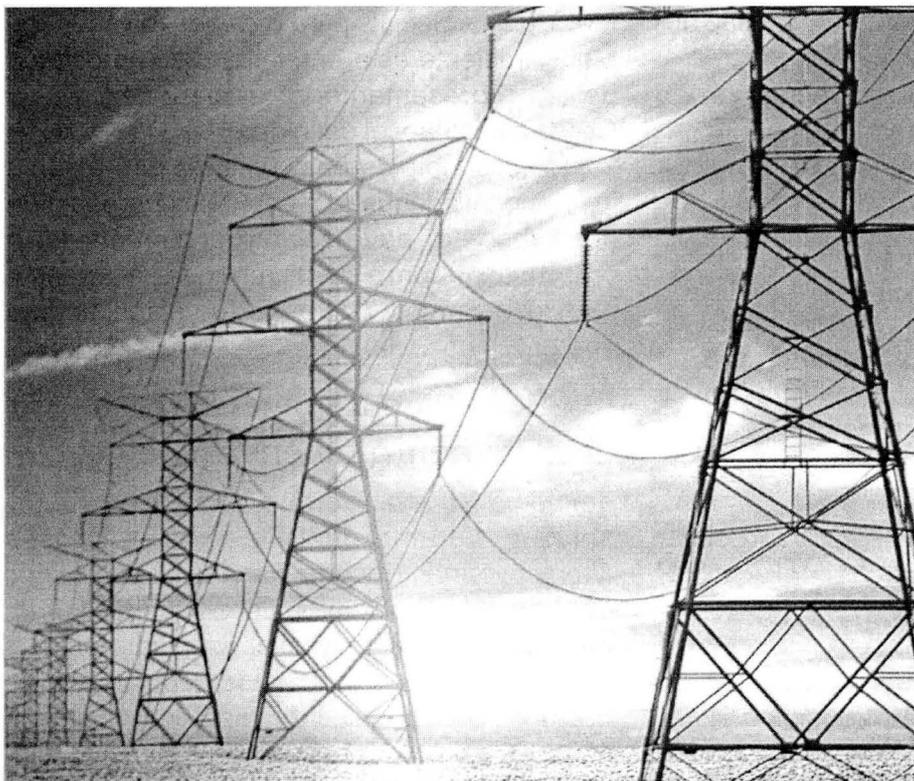
O Brasil possui características geográficas e hidrológicas que favorecem o emprego da energia hidroelétrica. Entretanto, os aspectos aqui apontados não podem ser desconsiderados.

## **A proposta do Novo Modelo para o Setor Elétrico**

O colapso energético resultante do processo de reestruturação do Setor Elétrico brasileiro conduzido pelos governos anteriores revelou os erros e as insuficiências de uma política de desestatização fundamentada, basicamente, na crença de uma maior eficiência do setor privado na gestão das atividades de geração e distribuição de energia elétrica, na necessidade de redução da dívida pública e na incapacidade de investimento do setor público.

Não faltaram também argumentos que apontavam a perspectiva de destinação da receita decorrente da venda dos ativos das empresas estatais para investimentos nas áreas sociais como a saúde, a educação e a segurança. Evidentemente, tais argumentos buscavam construir um apoio popular ao processo de privatização, que vinha sendo objeto de críticas de diversas ordens desde o seu início.

No que diz respeito ao processo de privatização dos serviços públicos, há que se



arrecadado, a partir de um preço mínimo pré-estabelecido. Além das dúvidas suscitadas na definição do preço mínimo a partir do método de avaliação do fluxo de caixa descontado, os leilões acabaram se restringindo à uma disputa de propostas que apresentassem o maior preço a ser pago ao governo, sem considerar o valor inicial da tarifa proposta. Tarifas mais baixas poderiam se constituir em critério para a decisão, assegurando dessa forma, benefícios para a sociedade.

O fato é que praticamente 48% dos recursos considerados como

considerar que o Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social como produtor de bens e serviços, e impõe a necessidade de uma redefinição do seu papel, no sentido da sua capacitação para assumir as atividades de regulação e fiscalização destas atividades, agora transferidas para a iniciativa privada.

Contudo, verificou-se a ausência de um marco regulatório previamente definido que antecederesse o processo de venda dos ativos das empresas de energia elétrica. O açodamento com a transferência dos ativos das empresas estatais para o setor privado foi sempre justificado pela necessidade de se transferir dívidas e auferir receitas que não poderiam se sujeitar à espera da definição do marco regulatório geral. No entanto, a ausência de regras claras pode ser também entendida como uma forma de desvalorização do patrimônio público, na medida em que sem regras, aumenta-se o risco do investimento com a conseqüente redução do valor de venda da empresa a ser privatizada.

Outro ponto crítico nos leilões de privatização das empresas do setor elétrico foi a adoção do princípio da busca de maximização do valor

receita decorrente da venda das empresas de distribuição de energia elétrica têm como origem o dinheiro público, na forma de recursos do BNDES à título de empréstimo. Verificou-se, portanto, que o processo de privatização do setor elétrico representou um gigantesco processo de transferência de rendas, utilizando-se de dinheiro público para beneficiar grupos empresariais e garantir o propalado “sucesso” das privatizações.

O resultado catastrófico, explicitado com a crise energética em 2001, se constitui na referência para a elaboração, atualmente em curso, de um Novo Modelo proposto pelo Ministério de Minas e Energia – MME para o Setor Elétrico, que busca assegurar os seguintes princípios básicos:

- Modicidade tarifária para os consumidores;
- Continuidade e qualidade na prestação do serviço;
- Justa remuneração para os investidores, de modo a incentivá-los a expandir o serviço;
- Universalização do acesso e do uso dos serviços de energia elétrica.

Na implantação do Novo Modelo deverão ser observados os seguintes pressupostos:

- Respeito aos contratos existentes;

- Minimização dos custos de transação durante o período de implantação;
- Não criação de pressões tarifárias adicionais para o consumidor;
- Criação de um ambiente propício à retomada de investimentos;
- Implantação, de forma gradual, do modelo proposto.

O principal objetivo na implantação do modelo institucional proposto se restringe a assegurar o atendimento da demanda de energia elétrica de forma confiável, com racionalidade e sustentabilidade econômica, conforme o disposto no texto original<sup>2</sup>.

A atenção à questão social e ambiental dos empreendimentos de geração não está explícita nos objetivos, embora figure como elemento de orientação para a escolha dos empreendimentos dos planos de expansão – Plano Decenal de Expansão – PDE, cobrindo horizonte não inferior a 10 anos, que terá caráter determinativo; e Plano de Expansão de Longo Prazo – PELP, cobrindo horizonte não inferior a 20 anos – para a expansão da rede básica de transmissão, aumento quantitativo da oferta de energia e para as licitações de projetos de geração estruturantes, atendendo aos seguintes condicionantes:

- Obras de menor impacto ambiental;
- Fontes renováveis de energia;
- Eficiência energética.

Está previsto que o planejamento da expansão do setor elétrico será precedido pelo planejamento energético global, formulado de acordo com as diretrizes do CNPE – Conselho Nacional de Política Energética e tendo como referência as projeções da Matriz Energética Brasileira. Deverão ser observadas metas do MME e políticas públicas tais como: fomento de fontes alternativas, universalização, eficiência energética e desenvolvimento tecnológico.

A execução do planejamento energético setorial estará a cargo de uma nova instituição, a Fundação de Estudos e Planejamento Energético – FEPE, cujas funções deverão ser coordenadas, orientadas e monitoradas pelo MME.

Com respeito ao CNPE, há que se assinalar as dificuldades de interlocução com o MME que o GT Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e

Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e Meio Ambiente está encontrando. A presença de um representante da sociedade civil no CNPE ainda não foi definida.

Aos princípios básicos para um arranjo institucional adequado presente na proposta do novo modelo, deve-se introduzir uma forte preocupação com a sustentabilidade ambiental, que deve ser uma das bases do planejamento energético nacional.

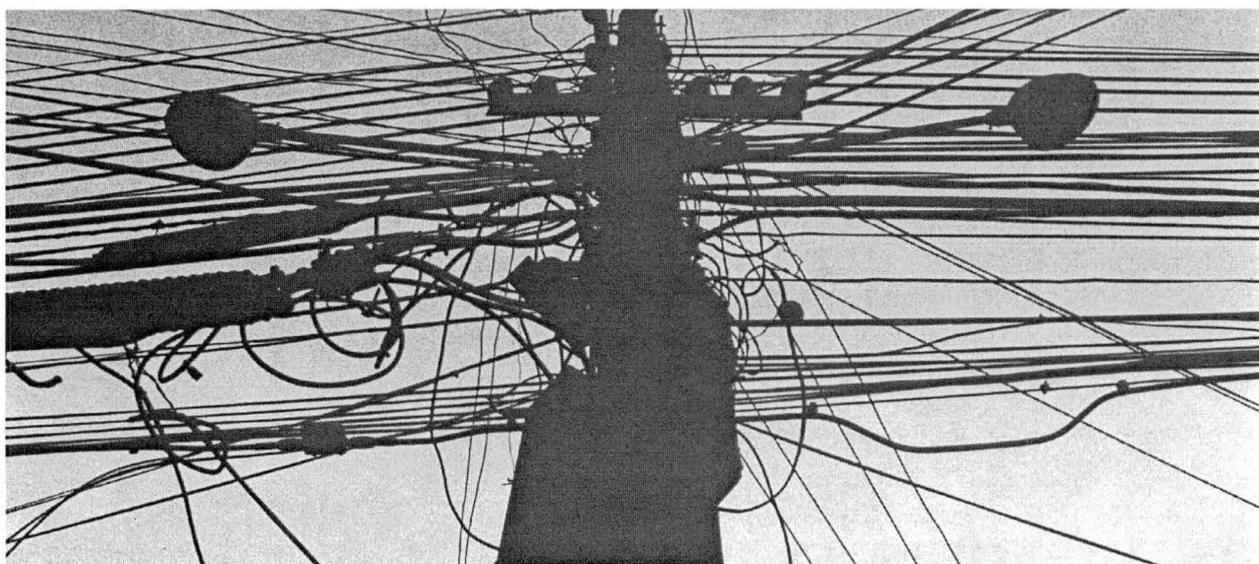
## O PROINFA e a universalização no atendimento de energia elétrica

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, instituído pelo Artigo 3º da Lei 10.438, de 26/04/2003, foi criado com o objetivo de aumentar a participação, no Sistema Elétrico Interligado Nacional, da energia de Produtores Independentes Autônomos, baseada nas fontes eólica (energia dos ventos), PCHs e biomassa.

Trata-se, sem dúvida, de um programa promissor com vistas à definição de políticas públicas de fomento às fontes energéticas sustentáveis. Entretanto, verifica-se que sua implementação ainda carrega os vícios de origem de uma lei formulada ainda durante o governo FHC, que estabelece uma primeira etapa de inclusão de 3.300 MW de forma indistinta com referência às três fontes – eólica, biomassa e PCHs –, não reconhecendo as distintas condições envolvendo custos diferenciados de geração nem as enormes vantagens que podem advir da geração distribuída, principalmente para o atendimento às comunidades isoladas do país, distantes das redes de distribuição de energia elétrica.

Por sua vez, o Programa de universalização no atendimento de eletricidade atende aos princípios da equidade preconizados. O acesso de todos os domicílios, urbanos e rurais, à eletrificação, em condições adequadas de segurança e confiabilidade, e de maneira a assegurar a satisfação das necessidades conforme os tipos de uso final

<sup>2</sup> Ver a respeito: [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)



(iluminação, força motriz e aquecimento direto) se constitui numa meta inquestionável.

O maior desafio é representado pela eletrificação rural. A disseminação de fontes energéticas descentralizadas de pequena escala – painéis fotovoltaicos, pequenas centrais hidrelétricas, aerogeradores, co-geração a partir de resíduos agrícolas – poderá atender as necessidades. Para tanto, as condições de acesso ao crédito devem ser revistas e estimuladas.

### **Eficiência energética: a sustentabilidade pelo lado da demanda**

A consideração do Planejamento Integrado de Recursos – PIR como um instrumento capaz de assegurar o consumo energético em bases ambientalmente sustentáveis, através da adoção da noção do menor custo (*least cost*), para a expansão da oferta de energia baseada no gerenciamento da demanda encontrou no contexto energético brasileiro uma vigorosa possibilidade de avanço, infelizmente abortada a partir de 1995 com o processo de privatização das empresas elétricas de distribuição e geração, e com a desverticalização do setor elétrico brasileiro. A desverticalização das empresas elétricas, provocando a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, tornou mais difícil a adoção de programas de conservação.

O cálculo do kW evitado encontrava maiores possibilidades de sensibilização e de sucesso

quando a geração e a distribuição de energia elétrica se encontram sob gestão de uma só empresa. Este cálculo indica que o custo incorrido com medidas de conservação (p. ex., gerenciamento pelo lado da demanda; substituição por equipamentos mais eficientes; entre outros...) pode ser menor que o custo de ampliação da oferta (construção de novas plantas de geração). Algumas empresas do setor elétrico brasileiro já estavam incorporando alguns instrumentos do Planejamento Integrado de Recursos (PIR) quando o processo de privatização praticamente desarticulou as possibilidades de sucesso desse tipo de iniciativas na medida em que no novo contexto as empresas de distribuição de eletricidade não possuem nenhuma motivação para a implementação de programas de conservação.

Por fim, em países como o Brasil, que se tornam cada vez mais exportadores de conteúdos energéticos materializados em insumos básicos, metálicos, químicos e exportadores de insumos de origem florestal, e de bancos genéticos de interesse comercial (essências, princípios ativos farmacêuticos, oleaginosas), a perspectiva de sustentabilidade energética deve necessariamente se apoiar num amplo processo de reestruturação industrial e agrícola num sentido bastante distinto das tendências atuais.

A política energética desejável no Governo Lula deve atenuar o processo de exclusão social e assegurar o desenvolvimento econômico e social da população brasileira em bases democráticas e sustentáveis.

# Exportações e vulnerabilidade externa

*Reinaldo Gonçalves\**



\*Professor titular de Economia Internacional da UFRJ.

Nesse artigo faz-se uma avaliação da evolução do comércio exterior do Brasil a partir de 1999, tendo como referência as tendências do passado recente (a partir de 1990). As tendências discutidas são a perda de competitividade e a reprimarização. As características analisadas referem-se ao padrão de comércio (composição das exportações e importações), preços, volume, origem e destino.

O padrão de comércio do Brasil, no período que vai do início do processo de liberalização da economia brasileira em 1990 até a eclosão da crise cambial de janeiro de 1999, apresentou duas características marcantes (Gonçalves, 2000, cap. 5). A primeira foi a perda de competitividade internacional e a segunda foi a reprimarização das exportações. A perda de competitividade internacional do conjunto das exportações deveu-se, exclusivamente, à perda de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros no mercado mundial. O processo de reprimarização envolveu a maior participação relativa dos produtos agrícolas no valor total das exportações brasileiras. Esse processo reverteu uma tendência de longo prazo de melhoria do padrão de comércio do Brasil por meio da maior participação dos manufaturados.

A questão da perda de competitividade internacional é importante, pois o desempenho da economia brasileira é determinado, em grande medida, pela restrição de balanço de pagamentos. A reprimarização das exportações, por seu turno, é particularmente importante tendo em vista os efeitos de transferência de recursos reais para o exterior na forma de produtos intensivos em recursos naturais e em energia. Dentre esses efeitos, cabe destacar a degradação ambiental. A maior dependência com relação ao mercado mundial de produtos primários introduz, ainda, um elemento adicional de volatilidade e, portanto, de vulnerabilidade externa.

## Perda de competitividade

A participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais tem sido da ordem de 0,9% nos últimos anos. Em 2002, o Brasil exportou bens no valor de US\$ 60,4 bilhões e ocupou a 26ª posição entre os principais países exportadores (Tabela 4). Quanto às exportações de serviços, o Brasil continua com uma presença

inexpressiva no cenário mundial e não se classifica entre os trinta maiores exportadores (Tabela 5).

No que diz respeito às exportações de bens, a evidência é conclusiva: a economia brasileira não logrou aumentar sua competitividade internacional em 2001-2002 *vis-à-vis* ao passado recente (Gráfico 2). Isso ocorreu apesar da maxidesvalorização cambial de 1999 e do quadro “quase recessivo” (crescimento anual da renda per capita de 0,3% no período 1999-2002). No período 2001-2002, a participação brasileira nas exportações mundiais de bens foi de 0,94%, isto é, a mesma participação média do período 1997-98 (Tabela 6). Essa participação é inferior, por exemplo, à média dos anos 80 e do período 1993-94.

Deve-se notar, também, que a participação média das exportações brasileiras no total das exportações mundiais no período 1999-2002, foi inferior a essa mesma participação nos períodos 1990-94 e 1995-98 (Tabela 1). De fato, a participação média reduziu-se de 0,96% em 1990-94 para 0,93% em 1995-98, e para 0,90 em 1999-2002. Indubitavelmente houve uma certa melhora da competitividade em 2001-2002. No entanto, os dados não indicam claramente que a tendência de longo prazo de perda de competitividade internacional dos produtos brasileiros (manufaturados) tenha sido revertida.

TABELA 1 Participação do Brasil no comércio mundial, média anual: 1990-2002 (média anual em percentagem)

Comércio	1990-94	1995-98	1999-2002
Mundial	0,96	0,93	0,90
Extra-Mercosul	0,87	0,78	0,78
Manufaturados*	0,76	0,68	0,66
Produtos agrícolas*	2,43	2,92	3,03
Outros**	0,83	0,72	0,72
Memorando			
Mercosul, participação nas exportações brasileiras	10,12	15,74	11,14

Fonte: OMC.

Notas: (\*) Dados referem-se a 1990-2001.

\*\* “Outros” inclui mineração (minérios, minerais não-metálicos e petróleo) e diversos (ouro, armas e munição).

Ainda no que se refere à competitividade das exportações brasileiras de bens, a característica marcante dos últimos anos tem sido a queda abrupta da importância relativa do Mercosul como mercado para os produtos brasileiros, principalmente em 2001-2002. Em 1998, o Mercosul absorveu 17,4% das exportações brasileiras, e a partir desse ano há uma forte queda, de tal forma que essa participação foi de 5,5% em 2002, isto é, nível similar ao do período anterior à formação do Mercosul em 1991 (Tabela 6).

O retrocesso do Mercosul teve como contrapartida uma expansão das exportações brasileiras para o resto do mundo. Em 2001-2002 houve crescimento extraordinário das exportações do Brasil para os mercados extra-Mercosul. Convém destacar que a perda de competitividade internacional dos produtos brasileiros no mercado extra-Mercosul foi interrompida a partir de 1999, quando o Mercosul entrou em crise profunda. A participação do Mercosul nas exportações brasileiras aumentou de 10,1% em 1990-94 para 15,7% em 1995-99, e caiu para 11,1% em 1999-2002. Por outro lado, a participação dos produtos brasileiros no mercado extra-Mercosul, que foi de 0,87% em 1990-94, se estabilizou em 0,78% nos períodos 1995-98 e 1999-2002.

Assim, há evidência de que a interrupção do processo de perda de competitividade internacional do Brasil está associada ao retrocesso do Mercosul. A hipótese que resulta dessa observação - que precisa ser analisada em maiores detalhes - é que o retrocesso do Mercosul forçou as empresas brasileiras a desenvolverem um maior esforço de penetração no mercado mundial (extra-Mercosul). Em conseqüência, ocorreu a interrupção do movimento de perda de competitividade internacional que tinha sido observada nos anos anteriores (1990-98).

Entretanto, a reversão da tendência de perda de competitividade internacional da economia brasileira não é evidente quando se considera o tipo de produto. A perda de competitividade internacional da economia brasileira, que foi observada ao longo dos anos 1990, era evidente no caso dos produtos

manufaturados e de outros produtos (inclusive minérios). Em contrapartida, os produtos agrícolas brasileiros experimentaram aumento de competitividade internacional entre 1990 e 1998. Essas tendências permaneceram no período 1999-2002 (Gráfico 3).

A participação do Brasil no comércio mundial de produtos manufaturados reduziu-se de 0,76% em 1990-94 para 0,68% em 1995-98, e para 0,66% em 1999-2001. A participação média em 2000-2001 (0,69%) foi inferior à participação média da primeira metade da década de 1990. Para ilustrar, a participação do Brasil no mercado internacional de produtos manufaturados foi de 0,85% em 1993 (Tabela 8). A falta de investimentos, o desmonte do aparelho produtivo brasileiro e o desempenho medíocre do mercado interno (reduzindo a possibilidade de ganhos de escala) foram os fatores determinantes dessa perda de competitividade internacional da indústria brasileira (Gonçalves, 2000).

## Produtos agrícolas

A tendência de aumento da competitividade internacional dos produtos agrícolas brasileiros continuou, ainda que tenha havido uma certa desaceleração ao longo dos últimos anos (Gráfico 4). A participação do Brasil no mercado mundial de produtos agrícolas aumentou de 2,43% em 1990-94 para 2,92% em 1995-98, e para 3,03% em 1999-2001. Deve-se notar, entretanto, que essa participação sofreu alterações significativas tendo em vista a volatilidade dos preços das commodities agrícolas. Assim, houve queda entre 1998 e 2001 e forte recuperação em 2001.

No que se refere às tendências observadas no passado, deve-se mencionar o fenômeno da reprimarização da pauta de exportações brasileiras. Esse fenômeno expressou a maior participação relativa de produtos primários nas exportações brasileiras em detrimento dos produtos manufaturados no período 1990-98. Essa tendência parece não ter se mantido no período 1999-2002. A participação dos manufaturados nas exportações brasileiras, que tinha se reduzido de 57,3% em 1990-94 para 55,7% em 1995-98, cresceu para 56,8% no

período 1999-2002 (Tabela 29). Por outro lado, as participações dos produtos semimanufaturados e dos produtos agrícolas reduziram-se em 1999-2002. Essa interrupção da tendência de reprimarização das exportações não informa necessariamente um indicador claro de reversão. Muito pelo contrário, os dados mostram que a participação dos manufaturados, que tinha aumentado em 1998-2000, voltou a cair significativamente em 2001-2002. A participação dos manufaturados na pauta de exportações foi de 54,7% em 2002, nível próximo de 1990 e significativamente abaixo dos 60,2% atingidos em 1993.

**TABELA 2** Composição das exportações brasileiras: 1990-2002  
(participação na receita de exportação, em percentagem)

Produtos	1990-1994	1995-1998	1999-2002
Manufaturados	57,28	55,71	56,79
Semimanufaturados	15,42	17,40	15,27
Básicos	25,96	25,30	25,47
Memorando			
Produtos agrícolas	29,80	33,81	31,00

Fontes: OMC e MDIC.

Nota: Total não soma 100 devido a "operações especiais".

Os dados para produtos agrícolas são até 2001 e referem-se à classificação da OMC. Eles estão incluídos em básicos e semimanufaturados, nos termos da classificação do MDIC.

Dados mais detalhados mostram claramente que no período 1998-2002, os produtos básicos tiveram as maiores taxas de crescimento do valor das exportações. Assim, a taxa média anual de crescimento do valor total das exportações brasileiras foi de 4,5%, enquanto as taxas para produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados foram de 7,5%, 2,6% e 3,4%, respectivamente. Nos produtos básicos os destaques de crescimento foram carne de gado e carne de frango, enquanto que nos semimanufaturados, as maiores taxas de crescimento foram de couros

e peles e açúcar. No que se refere aos manufaturados, os destaques são os aparelhos transmissores e receptores de rádio e os automóveis de passageiros.

No conjunto dos principais produtos exportados pelo Brasil, a pauta continua fortemente marcada por produtos primários ou com baixo grau de processamento, com elevada intensidade de recursos naturais. Os destaques são minério de ferro, soja, carne, café, pasta de madeira, açúcar e fumo. No entanto, não se deve negligenciar o fato de que entre os principais produtos exportados pelo país há um pequeno número de produtos intensivos em capital e/ou tecnologia (automóveis, aviões, peças e componentes para veículos). Os 17 principais produtos de exportação responderam por 46,9% do valor das exportações em 2002. Nesse conjunto e nesse ano, havia 6 produtos manufaturados não tradicionais, que representaram 15,3% do valor das exportações brasileiras, enquanto os outros 11 produtos primários, semimanufaturados ou manufaturados tradicionais participaram em 31,6% das exportações.

As exportações de manufaturados totais ficaram estagnadas em torno de US\$ 33 bilhões em 2001-2002, segundo a classificação brasileira. No entanto, o fato a destacar é a queda abrupta das exportações de manufaturados para os países do Mercosul e o aumento para o resto do mundo. Houve quedas de 19,2% em 2001 e 49,7% em 2002 no valor dos manufaturados exportados para o Mercosul. Em termos absolutos, as exportações de manufaturados exportados para o Mercosul reduziram-se de US\$ 8,2 bilhões em 1997 para US\$ 5,7 bilhões em 2001, e US\$ 2,9 bilhões em 2002.

## Distribuição geográfica

A distribuição geográfica das exportações brasileiras sofreu, então, uma drástica alteração em decorrência da crise na América Latina em geral, e nos países do Mercosul, em particular. A exportação brasileira para os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI caiu de US\$ 13,3 bilhões em 1998 para US 9,9 bilhões em 2002.

Nesse mesmo período as exportações para os Estados Unidos (o mais importante parceiro comercial do Brasil) aumentaram de US\$ 9,9 bilhões para 15,5 bilhões. Por outro lado, as exportações brasileiras para os países da União Européia não mostraram crescimento expressivo, pois oscilaram em torno de US\$ 14,0 bilhões no período 1997-2002. A participação da União Européia nas exportações brasileiras reduziu-se de 28,3% em 1998 para 25,0% em 2002.

O mais relevante, entretanto, é o fato de que o peso relativo da ALADI no conjunto das exportações brasileiras reduziu-se de 26,1% em 1998 para 16,3% em 2002, com destaque para a perda da participação do Mercosul (de 17,4% em 1998 para 5,5% em 2002). Essa queda se aplica a todos os países do Mercosul. A redução das exportações brasileiras para a Argentina (de US\$ 6,7 bilhões em 1998 para US\$ 2,3 bilhões em 2002) tem o maior impacto nesse resultado.

Vale mencionar que no conjunto do comércio exterior brasileiro ocorreu forte tendência de melhoria do saldo da balança comercial. Com relação aos países do Mercosul, a tendência é exatamente oposta. Isto é, piorou significativamente a situação comercial brasileira. Assim, a partir de 1999 houve aumento contínuo do déficit comercial brasileiro com a Argentina e redução do superávit com o Paraguai. Com relação ao Uruguai, os superávites de 1999-2001 transformaram-se em déficit brasileiro em 2002.

Por outro lado, a participação dos Estados Unidos no conjunto das exportações brasileiras aumentou de 19,3% em 1998 para 25,7%. Isto é, o Brasil tornou-se mais dependente do mercado dos Estados Unidos para escoar seus produtos no mercado internacional.

#### 4. Deterioração dos termos de troca

Tendo em vista a forte presença de produtos primários e commodities nas exportações brasileiras, a análise da evolução do valor deve ser complementada com dados sobre preços e quantidades (Tabela 3). A partir de 1998, o crescimento do valor das exportações brasileiras tem estado associado

ao aumento do quantum e a queda dos preços. Assim, o crescimento do valor das exportações de 18,1% deveu-se ao aumento do quantum de 42,4% e a queda do preço de 17,0%. A redução dos preços das exportações brasileiras é ainda mais acentuada quando tomamos 1997 como ano de referência. Nesse caso, a queda acumulada de preços foi de 22,6% no período 1997-2002.

Tabela 3 Exportações brasileiras: Índices de valor, preço e quantidade, 1990-2002 (1998 = 100)

Data	Valor	Preços	Quantum
1990	61,5	96,5	63,7
1991	61,9	94,7	65,4
1992	70,0	91,6	76,5
1993	75,4	84,7	89,1
1994	85,2	93,7	91,0
1995	91,0	106,5	85,4
1996	93,4	106,5	87,7
1997	103,7	107,2	96,7
1998	100,0	100,0	100,0
1999	93,9	87,2	107,7
2000	107,8	90,1	119,7
2001	113,9	86,9	131,1
2002	118,1	83,0	142,4

Fonte: Funcex.

A queda de preços dos produtos brasileiros no mercado internacional a partir de 1997 deve-se, em grande medida, à redução dos preços dos produtos básicos. No período 1998-2002, os preços dos produtos básicos tiveram uma queda de 27,8%, mas o quantum aumentou de 81,0%. No período 1997-2002 as variações foram ainda mais significativas, pois o preço dos produtos básicos reduziu-se em 39,4% e o quantum de exportações aumentou 93,2%.

A queda dos preços dos produtos exportados pelo Brasil é particularmente evidente no caso da agricultura (Carvalho *et al*, 2003). Se confrontarmos os períodos 1997-2000 e 1993-1996, observamos que os preços dos produtos agrícolas brasileiros tiveram uma redução de 8,5%. A relação de trocas internacionais

da agricultura brasileira (preço de exportação/preço de importação de produtos agrícolas) teve uma deterioração de 11,5% nesses períodos. E mais, no conjunto dos 10 principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil, somente o café em grão não experimentou uma diminuição de preços nos períodos mencionados acima.

Os preços dos produtos importados pelo Brasil também sofreram queda a partir de 1997. Entretanto, os preços dos produtos brasileiros no mercado internacional tiveram uma queda mais acentuada. O resultado foi a deterioração dos termos de troca da economia brasileira (relação entre os preços de exportação e importação). Essa deterioração foi praticamente contínua a partir de 1997, tendo sido de 12,0% no período 1998-2002.

Essa queda expressiva dos termos de troca da economia brasileira a partir de 1997 contrasta com a melhora acentuada dos termos de troca no período 1990-97. Nesse sentido, a hipótese é que o crescimento das exportações de produtos agrícolas e minerais tem sido acompanhado pela deterioração dos termos de troca nos últimos anos. De fato, o aumento do quantum exportado foi extraordinário para os produtos primários. Esse crescimento da quantidade exportada foi mais evidente no caso dos produtos da agropecuária do que nos produtos da indústria extrativa mineral. O crescimento do quantum de exportação é evidente para produtos que têm um peso importante nas exportações brasileiras como, por exemplo, celulose, papel e gráfica, óleos vegetais e produtos siderúrgicos. Todos esses produtos são intensivos no uso de recursos naturais.

Em síntese, nos últimos anos houve uma significativa deterioração dos termos de troca da economia brasileira no contexto da forte presença de produtos intensivos em recursos naturais nas exportações brasileiras. Isto significa que o país tem exportado volumes cada vez maiores de recursos reais para obter menos produtos do exterior. Assim, a partir de 1999 o ajuste das contas externas tem se realizado não somente às custas do crescimento medíocre da renda e da elevação do desemprego, como também com maior impacto sobre a exploração de recursos naturais e, portanto, maiores efeitos sobre o meio ambiente.

## 2. Conclusão

O ajuste das contas externas da economia brasileira a partir de 1999, tem sido focado na geração de superávites comerciais. Essa política tem tido impacto significativo não somente sobre o lado real da economia como também sobre o padrão de comércio exterior do país. A tendência de reprimarização das exportações brasileiras observada no período 1990-98 não parece ter continuado no período 1999-2002. A participação dos manufaturados nas exportações brasileiras, que tinha se reduzido ao longo dos anos 1990, cresceu na virada do século. Isso não significa, necessariamente, a reversão do processo.

Não há evidência de que tenha sido revertida a tendência de perda de competitividade internacional dos manufaturados brasileiros. Por outro lado, os produtos agrícolas brasileiros têm tido aumento de competitividade internacional desde o início dos anos 1990s. A maior presença de produtos intensivos em recursos naturais nas exportações brasileiras implica em maior volatilidade e, portanto, elevação da vulnerabilidade externa. A situação se agrava em decorrência da deterioração dos termos de troca. Nesse sentido, deve-se também ter em mente o impacto negativo sobre o meio ambiente decorrente da maior exploração de recursos naturais. Nesse sentido, há casos notáveis como siderurgia, alumínio, papel e celulose.

O resultado mais direto do processo de ajuste externo focado, principalmente, na redução das importações, tem sido a alteração no padrão bilateral dos saldos comerciais. O Brasil, que teve um déficit comercial de US\$ 6,6 bilhões em 1998, chegou em 2002 com um superávit de US\$ 13,1 bilhões. O déficit comercial com os Estados Unidos de US\$ 3,8 bilhões em 1998 transformou-se em superávit de US\$ 5,1 bilhões em 2002. No caso da União Européia, o déficit brasileiro de US\$ 2,1 bilhões em 1998 converteu-se em superávit de US\$ 2,0 bilhões em 2002.

Os Estados Unidos responderam por cerca de 40% do superávit comercial brasileiro em 2002. Isto, sem dúvida alguma, altera a correlação de forças em detrimento do Brasil, que passa a ter como um dos aspectos centrais do seu processo de ajuste macroeconômico (ajuste externo) a maior dependência com relação à economia dos Estados

Unidos. No contexto de negociação do projeto da ALCA esse fato torna-se ainda mais relevante.

A maior liberalização do comércio exterior, a ausência de melhorias significativas na competitividade internacional e o foco do ajuste externo no superávit comercial implicam na manutenção da tendência de aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

## Bibliografia

Bermann, C. (2002), "Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais", GT Comércio e Meio Ambiente, Rebrip, mimeo.

Carvalho, M. A. et al (2003), "Liberalização comercial e competitividade da agricultura brasileira", Revista de Economia Contemporânea.

Gonçalves, R. (2000), O Brasil e o comércio internacional, São Paulo, Editora Contexto.

IEDI (2000), Indústria e desenvolvimento,

São Paulo, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

IEDI (2003), Radiografia das exportações brasileiras, São Paulo, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Machado, G. V. (1996), "Modificações recentes no padrão de uso de energia na indústria brasileira face à inserção do país na economia mundial", Tese de Mestrado, Programa de Planejamento Energético, COPPE-UFRJ, mimeo.

Mello, F. e Schlesinger, S. (1999), "Brasil: Integração regional sob a ótica da democracia, justiça social e sustentabilidade", Rio de Janeiro, Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo Europa – América Latina e Caribe.

OMC (2002), Overview of developments in the international trading environment, Genebra, World Trade Organization, WT/TPR/OV/8.

OMC (vários anos), Annual Report, Genebra, World Trade Organization.

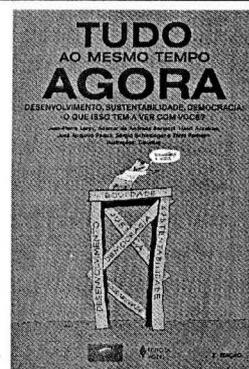
Schlesinger, S. et al (2000), Alca e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, FASE.

### Tudo ao Mesmo Tempo Agora

Jean-Pierre Leroy [et al.], Editora Vozes, 2002, 208 p.

R\$23,00

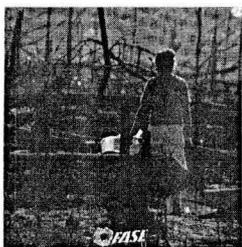
O objetivo maior deste livro é refletir e formular proposições para um Brasil sustentável e democrático. Em um mundo crescentemente economizado, onde quase tudo se transforma em mercadoria, onde solidariedade e justiça se restringem cada vez mais à esfera privada, nosso esforço para pensar e nossa vontade para querer um país diferente precisam se fundamentar em algo mais profundo do que as categorias do desenvolvimento e da sustentabilidade materiais.



### Brasil 2002:

a sustentabilidade que queremos

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento



### Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Projeto Brasil sustentável e Democrático/CUT/FASE/WWF/Vitae Civilis, 2002, 200p.

R\$20,00

Este livro é obra coletiva do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que preocupado com as próximas eleições já em outubro no mês seguinte a Joanesburgo, entendeu ser fundamental a elaboração de propostas que pudessem ser incorporadas tanto às plataformas políticas, quanto à Rio+10.

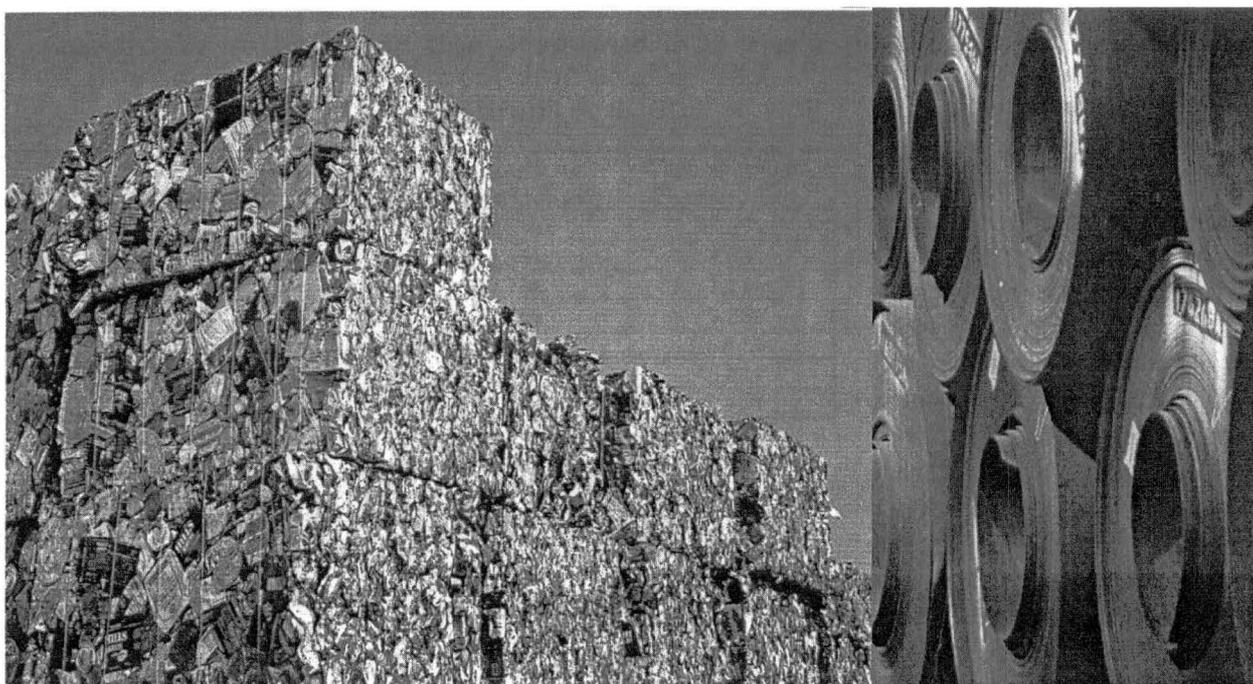
Onde adquirir: FASE - Rua das Palmeiras, 90 Botafogo 22270-070 Rio de Janeiro RJ

Tel.: (0xx21) 2286 1441 ramal 120/121

E-mail: sbrandao@fase.org.br ou pelo site www.fase.org.br

# Uma resenha de *Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais* de Célio Bermann<sup>1</sup>

Gabriela Scotto\*



\*Doutora em Antropologia e assessora do Projeto Comércio Sustentável / FASE.

<sup>1</sup> Célio Bermann é professor do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP. Este estudo foi elaborado, na sua primeira versão, como contribuição sobre o tema do comércio e o meio ambiente, para instrumentar a participação nas atividades da Rio +10 do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Posteriormente, em agosto de 2003, foi apresentado para discussão na Oficina sobre *Comércio internacional, seus impactos sociais e ambientais: os casos do agronegócio do camarão e dos produtos intensivos em energia*, promovida pelo GT Comércio e Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 6 e 7 de agosto). Está prevista sua publicação, como parte de uma série de cadernos sobre a temática comércio e meio ambiente. É possível obter a versão eletrônica do documento na página da Rebrip ([www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br)).

Conforme demonstram os dados recentes sobre a pauta de exportações brasileiras (ver artigo de Reinaldo Gonçalves neste mesmo volume) vemos que parte importante das atividades que aumentaram expressivamente sua participação no conjunto da pauta de exportações é pertencente a setores produtivos que, além de gerar impactos ambientais significativos devido ao consumo intensivo de matérias-primas locais, também consomem energia intensivamente.

No Brasil, as indústrias de cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose, se caracterizam por consumir uma quantidade muito grande de energia elétrica para cada unidade física produzida. Segundo dados do ano 2000 (BEN, ano-base 2000), o setor produtivo eletrointensivo é responsável por 27% do consumo final de energia elétrica no Brasil. A tendência verificada ao longo dos últimos trinta anos é a do constante aumento do consumo de eletricidade por parte desses setores industriais. E tudo indica que, no seu conjunto, estão empenhados num expressivo processo de aumento da escala de produção, o que torna crucial a questão do suprimento de energia elétrica necessário para atender esta crescente demanda.

O problema radica em que a sustentação desse modelo exige do país não apenas as condições para assegurar o requerimento energético em termos de eletricidade e combustíveis, mas exige também aceitar os impactos sociais e ambientais em muitas localidades e regiões que comprometeram de forma irreversível o meio ambiente e as condições de vida das populações.

O estudo Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais, de Célio Bermann, tem como objetivo central avaliar as implicações sociais e ambientais do atual perfil industrial brasileiro baseado, precisamente, na exportação de produtos eletrointensivos. Sem pretender esgotar o vasto conjunto de informações nem o amplo leque de aspectos que o estudo de Célio Bermann aborda, ao longo destas páginas apresentarei uma síntese de algumas das principais questões que o autor levanta, na medida em que elas

nos permitem o aprofundamento e a discussão acerca das implicações que resultam da opção por um modelo econômico e social baseado na produção e exportação desse tipo de produtos que têm uma significativa participação na demanda de energia elétrica.

Uma parte importante do referido trabalho está dedicada à apresentação e análise de dados sobre o consumo energético de quatro setores industriais eletrointensivos: alumínio, siderurgia, papel e celulose, e ferroligas. Para cada setor, embora com especial atenção para o alumínio, Bermann descreve minuciosamente as diferentes etapas do processo de produção, identificando os principais problemas ambientais nelas envolvidos. O conjunto de considerações energéticas, ambientais e sociais dos processos produtivos se complementa com algumas informações sobre as principais empresas de cada ramo.

## Alguns dados sobre o consumo energético dos setores eletrointensivos

A importância do consumo energético dos quatro setores industriais (alumínio, siderurgia, papel e celulose, e ferroligas) considerados por Bermann pode ser avaliada, conforme vemos no quadro 1, em termos da participação segundo cada fonte de energia:

Quadro 1\*: Consumo energético dos setores produtivos energo-intensivos selecionados

Fontes	Alumínio	Siderurgia	Ferroligas	Papel e Celulose	Total
Gás natural (em milhões m <sup>3</sup> )	(1)	918	-	293	1.211
Carvão mineral (em toneladas)	-	2.300.136	53.206	85.761	2.439.103
Carvão vegetal (em toneladas)	-	-	644.445	1.688.889	2.333.334
Coque de carvão min. (em ton.)	472.200	9.000.000	7.396	-	9.479.596
Outras sec. petróleo (em ton)	141.200(2)	-	-	-	141.200
Óleo combustível (em m <sup>3</sup> )	664.000	309.725	-	990.486	1.964.211
Óleo diesel (em m <sup>3</sup> )	114.387	35.377	-	36.557	186.321
Eletricidade (em mil MWh)	19.950,8	15.541,4	6.393,6	11.642	53.527,8

\*Quadro extraído de Bermann, 2002.

Notas: (1) O BEN indica o consumo de 253 milhões m<sup>3</sup> para o setor de não-ferrosos e outro da metalurgia que não foi considerado pois não há referências de sua utilização para a produção do alumínio.

(2) Considerou-se a utilização do piche.

Fonte: SNE/MME - Balanço Energético Nacional: 2000, 2001; SSM/MME - Anuário Estatístico: 2000, 2001; ABAL - Anuário Estatístico: 2000, 2001; IBS - Anuário Estatístico: 2000, 2001; ABRAFE - Anuário Estatístico: 2000, 2001; BRACELPA - Estatísticas do Setor: 2000, 2001.

Os quatro setores são responsáveis por 78,4% do consumo industrial de carvão mineral, e por 18,6% do consumo total. São também responsáveis por 41,3% do consumo industrial do carvão vegetal, por 36,7% do consumo total desta fonte. Ao mesmo tempo, eles representam 100% do consumo de coque de carvão mineral. E ainda, 24,9% do consumo industrial de óleo combustível e 15,4% do seu consumo total. No que diz respeito ao óleo diesel, o consumo dos quatro setores representa 30,6% do consumo industrial. Por fim, o consumo de energia elétrica dos quatro setores industriais corresponde a 36,7% do consumo industrial e por 16,1% do consumo total de eletricidade no país.

Já os dados que se apresentam no Quadro 2 expressam (em mil tep/tonelada equivalente de petróleo) a volumosa participação dos quatro setores industriais no consumo industrial e consumo total no Brasil.

Quadro 2: Participação dos 4 setores industriais energo-intensivos no consumo industrial e consumo total no Brasil - 2000

Setores Selecionados	Consumo (em mil tep)	Participação no Consumo Industrial	Participação no Consumo Total
Alumínio	7.936	8,8 %	3,6 %
Siderurgia	17.791	19,8 %	8,0 %
Ferroligas	2.428	2,7 %	1,1 %
Papel e Celulose	8.510	9,5 %	3,8 %
<b>Total 4 Setores</b>	<b>36.655</b>	<b>40,8 %</b>	<b>16,5 %</b>
Total Indústria	89.724	-	40,4 %
Total	221.914	40,4 %	-

Fonte: SNE/MME - Balanço Energético Nacional: 2000, 2001; SMM/MME - Anuário Estatístico: 2000, 2001; ABAL - Anuário Estatístico: 2000, 2001; IBS - Anuário Estatístico: 2000, 2001; ABRAFE - Anuário Estatístico: 2000, 2001; BRACELPA - Estatísticas do Setor: 2000, 2001.

## Quanta energia e recursos naturais nós exportamos?

A seguir, o estudo se dedica a realizar – a partir do conjunto de dados levantados e sistematizados na seção anterior do trabalho – uma avaliação da parcela da produção destinada à exportação e a correspondente energia incorporada em cada um dos quatro setores industriais energo-intensivos considerados. Conforme se observa no Quadro 3, dentre os quatro setores, o alumínio se destaca pela parcela da sua produção voltada para a exportação.

Quadro 3: Distribuição por setor industrial da produção para o mercado interno e para a exportação – 2000

Setores selecionados	Produção para o mercado interno (%)	Produção para o mercado externo (%)
Alumínio	28,6	71,4
Ferroligas	48,5	51,5
Siderurgia	65,5	34,5
Celulose	57,5	42,5
Papel	81,5	18,5

Fonte: SMM/MME - Anuário Estatístico: 2000, 2001; ABAL - Anuário Estatístico: 2000, 2001; IBS - Anuário Estatístico: 2000, 2001; ABRAFE - Anuário Estatístico: 2000, 2001; BRACELPA - Estatísticas do Setor: 2000, 2001.

O que me interessa salientar aqui é que, conforme Bermann observa, parte considerável dessa exportação se concretiza financeiramente pela participação direta de fundos públicos utilizados para subsidiar a produção. Numa análise da composição das exportações do setor do alumínio, observa-se que as empresas localizadas na região norte, onde o custo da energia é inferior, têm quase a totalidade de sua produção voltada para a exportação, enquanto as empresas do sudeste, que pagam a tarifa não subsidiada,

investem na transformação com o objetivo de agregar mais valia ao seu produto. Nesse caso, observamos a tarifa da energia elétrica como determinante da política comercial da empresa, já que no caso do alumínio ela é parte importante na composição dos custos de produção.

## Nas trilhas da insustentabilidade

Esta opção de desenvolvimento, e seu respectivo padrão de produção, define as bases das relações comerciais do Brasil e a forma como o país pode se inserir em acordos comerciais<sup>2</sup>. Se por um lado, as informações sobre a pauta das

exportações brasileiras dos anos mais recentes revelam claramente a insustentabilidade deste modelo brasileiro, os dados do trabalho do Célio Bermann confirmam a forma pela qual a produção industrial brasileira está se inserindo no processo de globalização da economia internacional:

**“... limitando-se ao papel de mero exportador de produtos básicos de baixo valor agregado e elevado conteúdo energético. Em termos quantitativos, a energia elétrica incorporada nestes produtos é significativa pois representa 7,8% do consumo total de eletricidade no país (ano-base: 2000). Considerando a energia total consumida no país, esta parcela representa significativos 7%. Ainda, esta exportação consumiu 48,3% da eletricidade e 42% da energia total contida nos produtos produzidos pelos quatro setores aqui considerados” (Bermann; 32: 2002).**

Contudo, não faltarão sempre aqueles que argumentem: qualquer sacrifício da natureza vale a pena se gerar empregos.

Com a finalidade de desmanchar esses argumentos e deixar em evidência as falácias sobre as quais eles se assentam, Bermann examina as possibilidades da adoção de indicadores que possibilitem relacionar o consumo energético à geração de emprego. Para isso ele considera os dados de alguns ramos do setor industrial no Brasil. O Quadro 4 que se segue, apresenta os resultados indicando o número de empregos diretos gerados por cada um deles; o respectivo consumo de energia elétrica; o consumo energético total e o peso da massa salarial na receita bruta de cada setor.

Quadro 4\*: Número de empregos por consumo energético segundo setores industriais selecionados: Brasil – 2000

Setor	Nº empregos/consumo de energia elétrica (Nº empregos/GWh)	Nº empregos/consumo total de energia (Nº empregos/tep)
Alimentos e Bebidas	56,2	56,2
Têxtil	41,1	113,1
Prod. Químicos	16,3	28,9
Papel e celulose	3,5	4,8
Siderurgia	3,2	2,8
Cimento	3,1	2,9
Ferroligas	1,5	3,9
Alumínio primário	0,8	1,9

\* Elaboração do autor a partir de dados obtidos em outras fontes.

Os dados apresentados acima permitem identificar as atividades industriais que se caracterizam por serem intensivas no consumo energético e com capacidade extremamente reduzida de geração de emprego: alumínio, ferroligas, cimento, siderurgia, papel e celulose, e em menor medida os produtos químicos. Em outras palavras, trata-se de processos produtivos que consomem energia de forma significativa, colaborando para a pressão sobre os recursos naturais, ao mesmo tempo em que o número de postos de trabalho criados por unidade de energia consumida se contrapõe à retórica da “geração de empregos”, comumente utilizada por essas empresas.

O estudo conclui chamando a atenção para o equívoco representado pela ratificação da estratégia industrial atualmente em curso no Brasil, baseada na obtenção de receita a partir da exportação de produtos de baixo valor agregado. As diversas e cuidadosas análises apresentadas na última parte do estudo demonstram a ausência de lucidez praticada pela atual política industrial brasileira: verificam-se diferenças que chegam ao dobro e até ao triplo entre os valores decorrentes de importação e exportação, como é o caso do alumínio, que volta para o país como produto semimanufaturado ou acabado, na forma de automóveis e outros bens de consumo. A perda da competitividade tecnológica se constitui em mais um vetor de exploração que nos torna cada vez menos aptos para agregar valor às matérias-primas e à energia.

É por isso que Célio Bermann encerra seu trabalho apresentando um conjunto de proposições que, na sua avaliação, poderiam servir de base para discutir uma política industrial que, além de abandonar o perfil primário-exportador, contemple a necessária e urgente reestruturação do parque industrial e da infra-estrutura básica do país de forma a reduzir desigualdades e solucionar conflitos socioambientais.

<sup>2</sup> Mello, F. e Schlesinger, S. 1999. “Brasil, integração regional, democracia, justiça social e sustentabilidade.” Em: Mello et al. Alca e meio ambiente. Rio de Janeiro: Projeto Alca/Fase.

## Proposições para uma produção industrial sustentável

• A redução da jornada de trabalho é, para Bermann, uma das poucas saídas estruturais, e vem sendo objeto de intensas controvérsias nos países mais avançados desde o início da atual crise. Os efeitos incluem a contratação de mais gente, portanto alguma redistribuição de renda, e a liberação de horas de trabalho assalariado para atividades autônomas, por conta própria, e para educação, treinamento, atividades associativas e culturais. Com a redução de horas e de turnos extras, outro efeito positivo seria a diminuição do *stress*, dos acidentes e da exposição de cada indivíduo aos riscos de seu posto e seu ambiente de trabalho, embora aumente o número de indivíduos expostos.

• Estabelecimento de metas de redução de parâmetros de utilização de matérias-primas, de insumos e particularmente de combustíveis e de eletricidade. Uma maior proporção de reutilização de resíduos e subprodutos do próprio processo e uma maior proporção de reciclagem de sucatas e materiais após o consumo são tendências constatadas em vários setores industriais nos países mais avançados; isto inclusive, por razões de competição comercial e de imagem ambiental das empresas e dos produtos.

• Na perspectiva de uma economia generalizada de energia, ao longo das cadeias produtivas e de consumo, a matriz de transportes tem que ser redirecionada. No setor do transporte rodoviário de cargas e pessoas, a prioridade é a recuperação de revestimentos e das condições de segurança das rodovias, além da duplicação de algumas delas e do asfaltamento de outras. Mas, ao mesmo tempo, deve-se retomar estratégias até aqui negligenciadas como, por exemplo, recuperar e abrir novas ligações (linhas, frotas, estações/portos/pátios) ferroviárias, fluviais e marítimas de cabotagem; estender o suprimento de derivados de petróleo através de dutos. Os programas anunciados na forma de "eixos de integração e desenvolvimento" visam, prioritariamente, a redução de custos e tempos de exportação, e não a melhoria energética de todos os transportes.

• A restrição progressiva e o abandono de tecnologias de risco comprovado e de alto conteúdo energético deveriam ser implantadas, pelo menos, nos casos conhecidos. Coerentemente, portanto, algumas plantas industriais energo-intensivas deverão interromper os investimentos no aumento da sua capacidade de produção para, posteriormente, reduzir a produção ou reorientá-las para o mercado interno, não estando descartada, em algumas situações, o próprio encerramento das atividades.

### Coleção Cadernos Temáticos



Cadernos Temáticos nº2 - O Futuro do Cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social  
Shigeo Shiki - FASE, 64 p., R\$7,00

Cadernos Temáticos nº 3 - A Insustentável Civilização do Automóvel.

Flávio Limoncic - FASE, 108 p., R\$10,00

Cadernos Temáticos nº 4 - Democracia e Sustentabilidade na Agricultura

Carlos Mazzetto Silva - FASE/AS-PTA, 114 p., R\$10,00

Cadernos Temáticos nº5 - O Desafio da Sustentabilidade Urbana

Grazia de Grazia *et al.* - FASE/IBASE, 127 p., R\$10,00

Cadernos Temáticos nº 6 - Desenvolvimento Sustentável do Setor Mineral.

Zenon Schueler Reis FASE/CEBRAC, 105 p., R\$10,00

Cadernos Temáticos nº 7 - Indústria no Brasil: produção sustentável, consumo democrático  
Sergio Schlesinger  
FASE, 136 p., R\$10,00

Cadernos Temáticos nº 8 - Sustentabilidade e Democracia para as Políticas Públicas na Amazônia  
Ana Cristina Barroso (org) - FASE, 128 p., R\$10,00

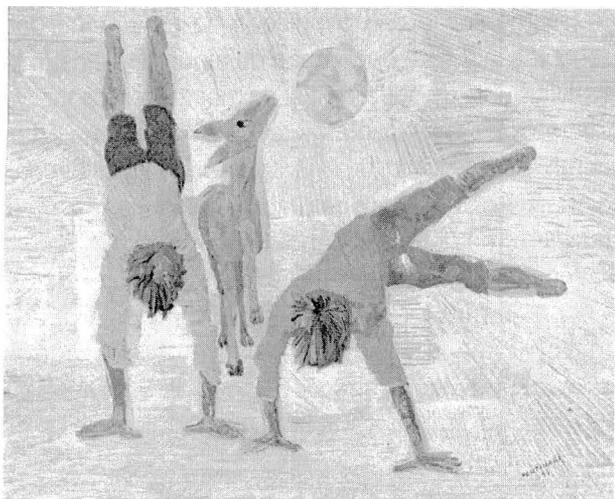
Cadernos Temáticos nº 9 - Certificação Florestal do FSC - Forest Stewardship Council - Inclusão do debate social e ambiental no manejo florestal  
Sandra Tosta Faillace - FASE, 68 p, R\$ 7,00

Caderno Temático nº 10 - Eixos de Articulação Territorial e Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil  
Henri Acselrad - FASE, 100 p, R\$10,00

**Para adquirir visite o site [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br) ou ligue para (0xx21) 2286 1441**

# O Brasil tem fome de direitos

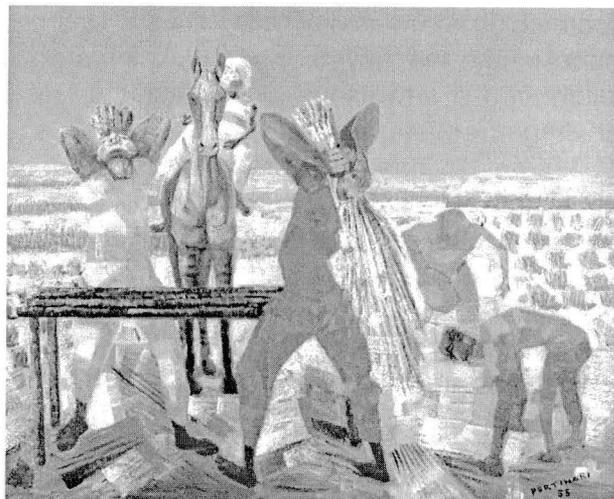
Veja a réplica dos trabalhos que ilustram os temas da Campanha:



## Diga NÃO ao trabalho infantil

Meninos Brincando/1955. Pintura a óleo/tela  
60 x 72,5cm (C)

Coleção Particular, Rio de Janeiro, RJ.

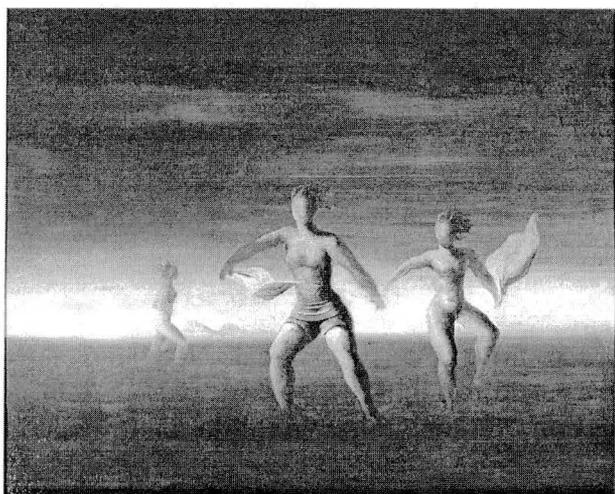


## Fome Zero

Batedores de Arroz/1955. Pintura a  
óleo/tela

60 x 73cm (C)

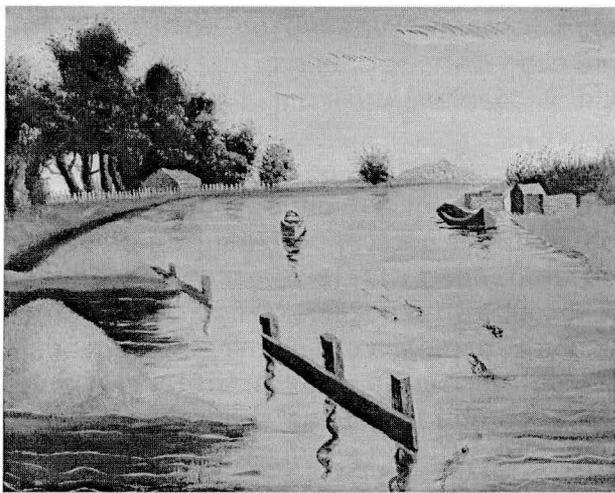
Coleção Particular, Rio de Janeiro, RJ.



## Emancipação da mulher: eu apóio

Três Mulheres / 1939. Pintura a óleo/tela  
65,5 x 81cm (C).

Coleção Particular, Rio de Janeiro, RJ.



## Água limpa, direito de todos

Enchente do Rio Tietê com o Jaraguá ao  
Fundo/1935. Pintura a óleo/tela

54 x 64cm (C).

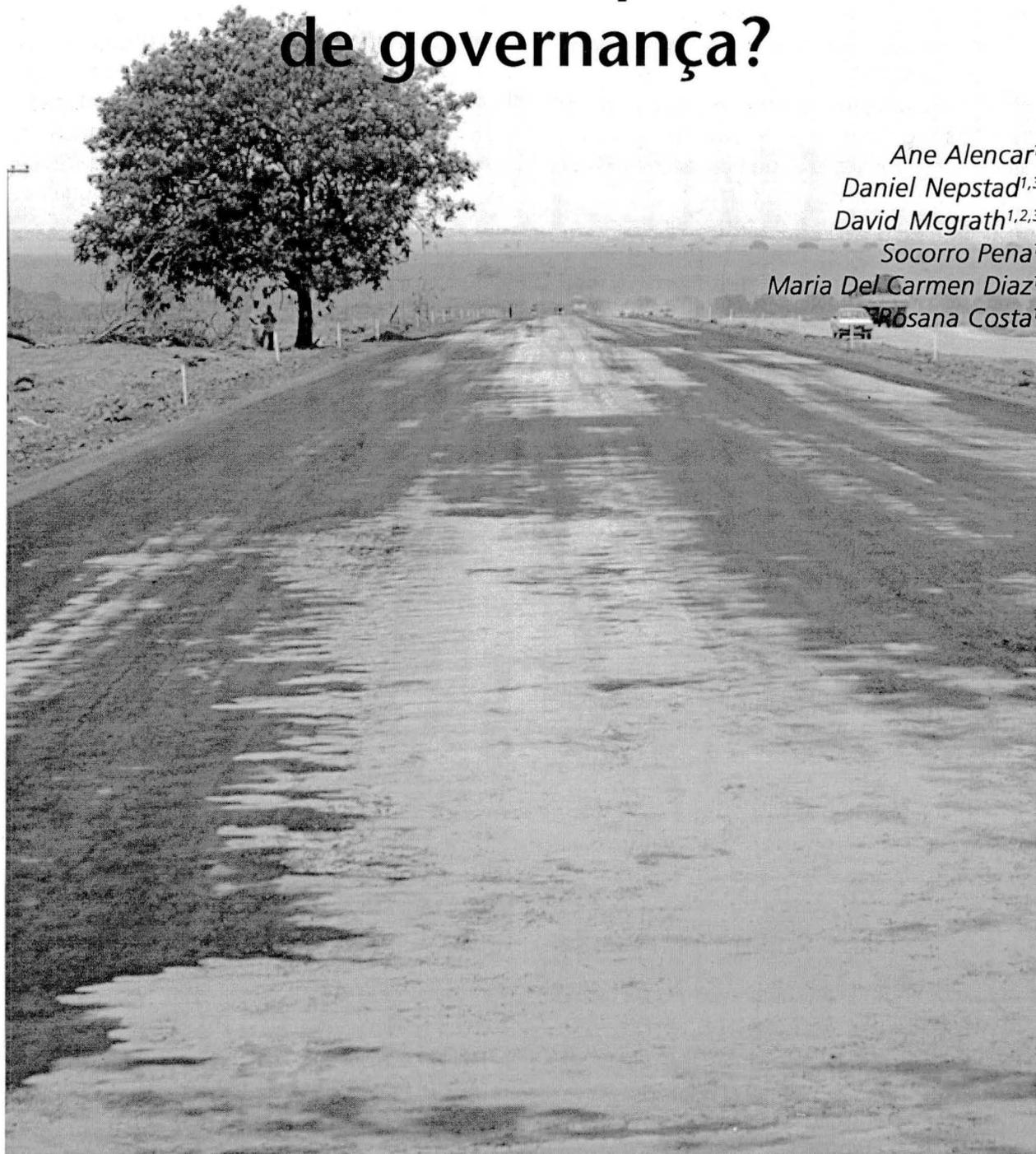
Coleção Particular, São Paulo, SP.

Como adquirir: pelo site [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br) ou

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo Rio de Janeiro

Maiores informações pelo telefone (0xx21) 2286 1441 ramal 113

# Cuiabá-Santarém: exploração desordenada ou oportunidade de governança?



*Ane Alencar<sup>1</sup>*

*Daniel Nepstad<sup>1,3</sup>*

*David Mcgrath<sup>1,2,3</sup>*

*Socorro Pena<sup>1</sup>*

*Maria Del Carmen Diaz<sup>1</sup>*

*Rosana Costa<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

<sup>2</sup>Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

<sup>3</sup>Woods Hole Research Center

## Introdução

O asfaltamento de uma estrada na Amazônia é uma faca de dois gumes. De um lado, pode trazer grandes melhorias na qualidade de vida das populações rurais, pois facilita o acesso aos centros urbanos, com grandes benefícios para o atendimento à saúde, educação, comercialização de produtos agrícolas e outras atividades econômicas. Por outro lado, o asfaltamento propicia uma explosão de processos de migração, especulação de terra, violência rural e destruição de recursos naturais<sup>1</sup>.

Visto por esta ótica, qualquer obra de asfaltamento deve começar com a pergunta: como melhorar a trafegabilidade da rodovia maximizando os benefícios trazidos pelo asfaltamento e minimizando a violência social, ecológica e econômica?

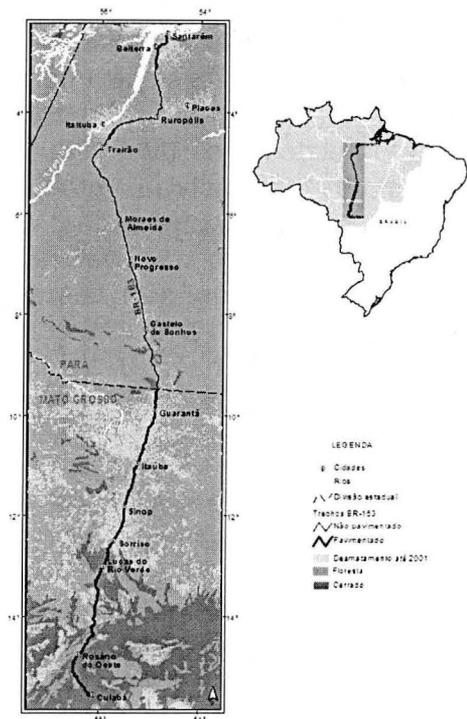
Historicamente a abertura e pavimentação de estradas, com o objetivo de promover o “desenvolvimento regional” na Amazônia, tem mostrado seu potencial para causar grandes danos ambientais e sociais<sup>2</sup>, pois aumenta o risco de problemas ambientais e sociais, uma vez que facilita o acesso aos recursos naturais, outrora restrito<sup>3</sup>. Este tipo de melhoria de infra-estrutura, principalmente em fronteiras ainda não plenamente estabelecidas e com abundância de recursos naturais a serem explorados, gera uma corrida desordenada pela apropriação desses recursos se constituindo em um grande atrativo para investimentos e pessoas<sup>4</sup>. O ideal seria que nestas ocasiões o Governo (federal, estadual e municipal) garantisse a aplicação de instrumentos de gestão territorial e planejamento regional, evitando a intensa e rápida exploração dos recursos naturais.

Este é o desafio da rodovia Cuiabá-Santarém. No início da década de 70, o Governo Federal, através de programas de incentivo à ocupação da Amazônia, abriu a Cuiabá-Santarém ligando o Centro-Oeste do Brasil ao rio Amazonas. Depois de mais de 30 anos de existência, a Cuiabá-Santarém desponta finalmente como uma das principais obras de infra-estrutura a receber investimentos

do governo para a sua melhoria. Dos seus 1756 km, que ligam a cidade de Cuiabá no Mato Grosso a Santarém no Pará, restam cerca de 900 km a serem pavimentados no estado do Pará (Figura 1). O interesse na melhoria da trafegabilidade desta rodovia visa principalmente à expansão da agroindústria no estado do Mato Grosso, uma vez que diminuirá os custos de transporte da produção.

Quem se beneficia com a pavimentação?

A força da agroindústria tende a garantir que a rodovia Cuiabá-Santarém seja trafegável



<sup>1</sup> Carvalho, G. D. Nepstad, D. McGrath, M. Santilli, M. Vera Diaz. 2002. *Brazil's Amazon development policy: scenarios of environmental impact and alternatives*. *Environment* 44: 34-45.

<sup>2</sup> Nepstad, D., Capobianco, J.P., Barros, A.C., Carvalho, G., Moutinho, P., Lopes, U., Lefebvre, P., Ernst, M. 1999. *Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia*. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Instituto Socio-Ambiental. <http://www.ipam.org.br>

<sup>3</sup> Nepstad, D.; Carvalho, G.; Barros, A.C.; Alencar, A.; Capobianco, J.P.; Bishop, J.; Moutinho, P.; Lefebvre, P.; Silva Jr, U.L.; Prins, Elaine. *Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests*. *Forest Ecology and Management* 154 (2001) 395-407

<sup>4</sup> Nepstad, D., D. McGrath, A. Alencar, A.C. Barros, G. Carvalho, M. Santilli, and M. del C. Vera Diaz. 2002. *Issues in Amazonia Development*. *Science* 295: 1643-1644.

Carvalho, G., Barros, A.C., Moutinho, P. & Nepstad, D. 2001. Sensitive development could protect Amazonia instead of destroying it. *Nature* 409: 131.

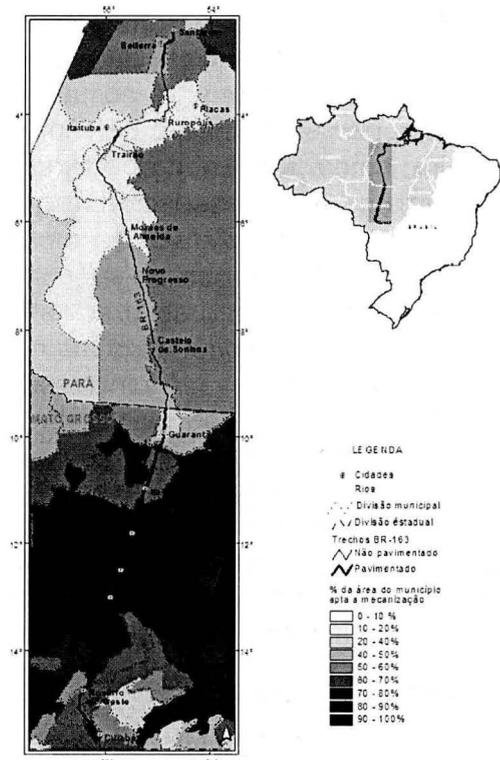
na sua íntegra nos próximos anos. Ao mesmo tempo, a indústria madeireira e o setor pecuarista - que estão se expandindo rumo ao Pará, onde o recurso florestal e novas áreas para a formação de pastagem ainda são abundantes -, também serão beneficiados. Entretanto, esse processo de rápida mudança da cobertura florestal, devido a esses usos da terra, traz profundas implicações para a paisagem regional, para o ciclo hidrológico e para os atuais habitantes das margens da rodovia<sup>5</sup>.

A agroindústria, que tem como principal produto a soja, representa o setor que será mais beneficiado com a pavimentação da Cuiabá-Santarém. Este setor tem sido um dos mais importantes para o saldo positivo da balança comercial nacional no último semestre (Jornal do Brasil, 02/10/2003) dada a grande demanda do mercado internacional pela soja e a rápida expansão da produção nos últimos anos, que passou de 303,7 milhões de toneladas em 1997 para 624,8 milhões toneladas em 2001 (IBGE 2003).

O efeito da expansão da soja e da mecanização em larga escala dos municípios produtores ao longo da Cuiabá-Santarém, já está refletindo na sua distribuição populacional. Alguns municípios produtores de soja, como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Vera, todos cortados por esta rodovia na região central do Mato Grosso, estão se urbanizando rapidamente. Nestes municípios mais de 50% da população migrou para as cidades no período de 1996 a 2000. Esta migração impulsionada pela aquisição de grandes áreas para o plantio de soja vem ocorrendo também nos municípios de Santarém e Belterra no estado do Pará, onde pequenos agricultores familiares estão vendendo seus lotes para produtores de soja.

Apesar da expansão da soja ao longo da Cuiabá-Santarém ter encontrado boas condições nos platôs de argila próximos a Santarém e Belterra, não se espera que a soja atinja diretamente toda a faixa localizada às margens desta rodovia. Um dos motivos pelo qual a expansão da cultura de grãos será limitada ao longo da Cuiabá-Santarém é a topografia acidentada e os afloramentos rochosos, que ocorrem principalmente na região entre Guarantã do Norte e a Serra do Cachimbo até Rurópolis no Pará. Neste trecho são encontra-

das poucas manchas de áreas mecanizáveis quando comparado a outras regiões ao longo desta rodovia (Figura 2).



A indústria madeireira será outro setor beneficiado com a pavimentação da Cuiabá-Santarém. O acesso facilitado às áreas de extração e aos novos mercados diminuirá o custo de extração e transporte dessa atividade, o que tornará viável a exploração de mais espécies madeireiras. Com a pavimentação da Cuiabá-Santarém, essa indústria, que só exportava um pequeno número de espécies de valor econômico através dos portos de Santarém e Itaituba, vai ter acesso facilitado ao mercado doméstico. Atualmente, os municípios do centro-norte do Mato Grosso, liderados pela cidade de Sinop, representam um dos principais pólos de exploração madeireira da Amazônia. Entretanto, a fonte de madeira está se tornando escassa nessa região. As serrarias estão migrando para o norte da rodovia ou abrindo filiais no Pará, onde ainda existe madeira de alto valor

<sup>5</sup> Nepstad, D.; Mcgrath, D.; Alencar, A.; Barros, A.C.; Carvalho, G.; Santilli, M.; Vera Dias, M.C. *Frontier Governance in Amazonia*. Science Jan 25 2002 Vol. 295.

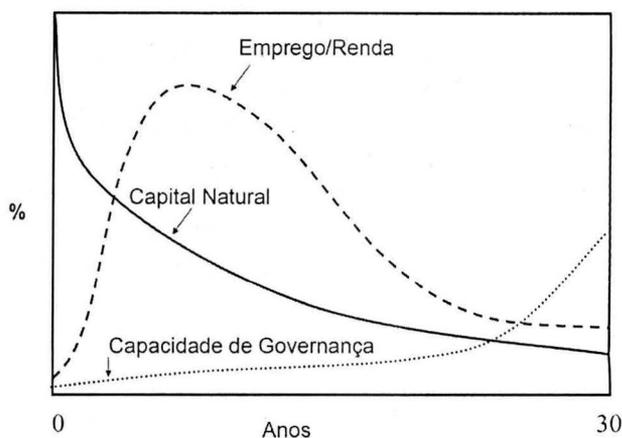
comercial e onde o hectare de floresta é mais barato. Neste processo, 4 pólos madeireiros (Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Moraes de Almeida e Itaituba) têm triplicado a sua capacidade nos últimos três anos e estabelecido mais de 300 serrarias nesta região.

Um elemento importante no padrão de distribuição, não só da soja e da exploração madeireira, como também da pecuária e da agricultura familiar, está relacionado à estrutura fundiária da região. No Pará, entre os municípios de Santarém e Trairão, o cenário da estrutura fundiária está dominado por projetos de colonização e assentamentos pré-estabelecidos pelo governo. Ao contrário do que ocorre na região de Moraes de Almeida, e entre Novo Progresso até Castelo dos Sonhos, onde existe uma indefinição da estrutura fundiária que facilita a grilagem, a venda ilícita de terras acirrando os conflitos no campo, sendo hoje apontada como uma das regiões mais violentas do Pará.

### Ocupação Desordenada ou Governançada?

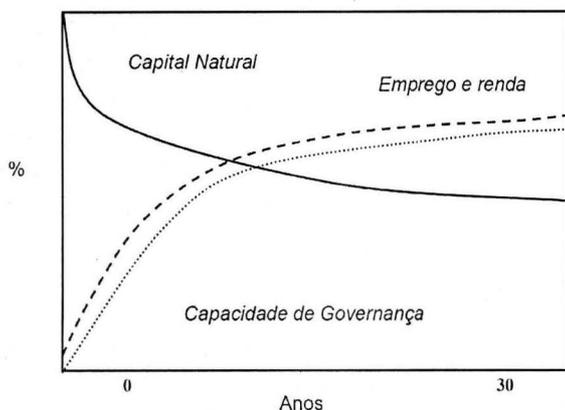
O desenvolvimento idealizado através da pavimentação da Cuiabá-Santarém pode representar um pesadelo. Na seqüência típica ou convencional, o asfaltamento facilita a retirada descontrolada de recursos naturais (florestais, minerais e aquáticos), gerando um grande surto de empregos e renda nos primeiros anos, mas que é temporário e insustentável no longo prazo. Isso acontece porque a exploração dos recursos naturais é baseada na “mineração” desses recursos ao invés do manejo dos mesmos (Figura 3). Nesta trajetória convencional, os benefícios econômicos do capital natural são acumulados nas mãos de um pequeno grupo de pessoas que consegue controlar estes recursos, e a luta para conseguir este controle gera conflitos e mortes. Basta percorrer a Belém-Brasília, a PA-150 no Pará ou alguns trechos da BR-364 em Rondônia, para visualizar este cenário onde a pavimentação incentivou a retirada de recursos naturais rapidamente, que quando esgotados deixaram a herança da pobreza.

Cenário convencional de evolução da fronteira



A Cuiabá-Santarém pode seguir esta mesma trajetória. O asfaltamento, sem um processo de planejamento adequado, pode levar este corredor ao cenário típico. Em 20 anos, pastagens de baixa produtividade e capoeiras podem cobrir os morros pedregosos que dominam este eixo no estado do Pará. As florestas exploradas para a madeira podem pegar fogo, e a população pode adoecer devido à poluição promovida pelos incêndios; os rios vão estar secos e poluídos, pois as áreas de proteção permanente não serão respeitadas. Entretanto, existe um futuro alternativo para o corredor Cuiabá-Santarém. No lugar da exploração descontrolada e rápida dos recursos naturais, este capital natural poderia ser aproveitado de uma forma ordenada. Através de uma trajetória de “governança da fronteira” os recursos naturais são conhecidos detalhadamente em primeiro lugar, e a sua exploração é planejada de uma maneira que evite o desperdício, favorecendo o manejo sustentável dos mesmos (Figura 4). O capital natural, em vez de enriquecer um pequeno grupo de pessoas e empresas através de um pulso de exploração descontrolada, é transformado em investimentos em sistemas de produção e indústrias que possam garantir a prosperidade do corredor a longo prazo. Com o uso ordenado dos recursos naturais, uma grande parte dos conflitos rurais e mortes podem ser evitados uma vez que sejam definidas as áreas onde as atividades podem ocorrer.

### Cenário de governança



## Barreiras à Governança

Entretanto, a trajetória da governança da fronteira é raríssima na história da civilização humana. Por definição, a “fronteira” em expansão significa a falta da capacidade do Estado e da sociedade civil de ordenar atividades econômicas e políticas. Em outras palavras, quando as pessoas chegam numa região pela primeira vez, a força que estrutura as atividades humanas é muito mais o poder do que a lei propriamente dita. Mas isto não significa que o caminho da governança seja impossível.

As novas fronteiras da Amazônia são dominadas pela corrida para controlar os recursos naturais, seja pela aquisição do direito de exploração desses recursos, seja pela posse da terra. A desorganização desta corrida é uma das principais barreiras à governança na fronteira Amazônica. São três as considerações fundamentais que devem estruturar a expansão da fronteira:

(a) o destino das terras que antecedem a abertura da fronteira, como é o caso das áreas pertencentes às populações indígenas ou tradicionais, e áreas protegidas para a conservação da biodiversidade;

(b) a aptidão das terras e recursos naturais da fronteira, entendida como uma conjuntura de usos econômicos ou não desses recursos

naturais, que possam gerar mais benefícios e menos prejuízos para a sociedade; e

(c) a equidade na distribuição dos benefícios do processo de desenvolvimento.

Para alcançar estas três metas de controle da expansão da fronteira na Amazônia, apresentamos alguns passos fundamentais a serem tomados. Um dos desafios mais difíceis da expansão da fronteira é o controle, desde o início, das atividades econômicas na região. O primeiro passo da governança da fronteira é a implantação da capacidade de restringir e controlar os usos espontâneos da terra que surgem em decorrência - ou na antecipação - do asfaltamento. Através do comando e controle, e pela denúncia de atividades ilegais pelos cidadãos, a sociedade tem que restringir o desmatamento descontrolado, a exploração madeireira ilegal, a pesca exacerbada e a invasão das terras da União ao longo da estrada.

O segundo passo da governança da fronteira é o atendimento das demandas das populações indígenas e tradicionais, e o fortalecimento das áreas protegidas. Sem uma intervenção adequada, os recém-chegados na fronteira entram em choque com estas populações. Quando a trafegabilidade de uma estrada é proporcionada rapidamente sem um prévio diagnóstico das demandas das populações indígenas e tradicionais da região, o risco destas populações perderem as suas terras e migrarem para regiões ainda mais inóspitas é muito grande. Estes conflitos são agravados pela falta de reconhecimento oficial dessas terras indígenas e tradicionais ou pela falta de demarcação das mesmas. A abertura da fronteira pelo asfaltamento também coloca em risco as áreas protegidas, especialmente aquelas sem sistemas de fiscalização consolidados.

O terceiro desafio principal para ordenar a corrida pela posse dos recursos naturais é o processo de definição da trajetória de desenvolvimento socioeconômico da região. É através dele que se pode maximizar a prosperidade para as várias gerações futuras. É só no contexto de um diagnóstico e análise profunda dos recursos naturais da região - das aptidões do solo, florestas, rios, minérios, e



processo transparente e participativo que concilia as necessidades dos principais atores da região. As atividades econômicas do corredor devem ser organizadas de forma a minimizar seus efeitos negativos nos ecossistemas da região e maximizar os seus benefícios para a sociedade.

O quarto passo da governança da fronteira é o planejamento participativo do desenvolvimento socioeconômico regional que concilia as aspirações divergentes dos grupos que vivem na região de uma

das iniciativas econômicas promissoras - que será viável o ordenamento da expansão da fronteira. Na seqüência convencional, a ocupação das terras nas novas fronteiras é um processo caótico, dirigido muito mais pelo jogo de poder na disputa pela a apropriação das riquezas da fronteira, do que pela preocupação com um desenvolvimento socioeconômico sustentável de longo prazo. Os órgãos governamentais responsáveis pela reforma agrária, por exemplo, definem a localização dos projetos de assentamento muito mais pela disponibilidade de terra e pela existência de conflitos agrários do que pelo planejamento regional, enquanto os grandes proprietários usam influências políticas e financeiras como via de acumulação de terra.

Portanto, no terceiro passo da governança da fronteira é a definição da aptidão dos recursos naturais da região que tem o maior potencial de sustentar o desenvolvimento durante várias gerações com o mínimo de prejuízos socioambientais. Mas, um planejamento socioeconômico regional baseado na definição das aptidões dos recursos naturais só ganha legitimidade e sai do papel se for elaborado através de um

maneira transparente, respeitando as limitações impostas pelas características ecológicas da região e garantindo a equidade dos benefícios do desenvolvimento. Este planejamento tem que ter o aporte legal e ser implementado por uma estrutura institucional governamental.

Para qualquer plano de desenvolvimento socioeconômico frutificar é necessário um investimento maciço em infra-estrutura do desenvolvimento social. Os habitantes do corredor precisam de condições de educação, atendimento de saúde, de sistemas jurídicos e de assistência técnica agrícola. As comunidades rurais necessitam de estradas secundárias trafegáveis, de sistemas de transporte e de comercialização da sua produção agrícola e florestal. Os municípios precisam de governos atuantes e com as condições mínimas para implantar efetivamente seus planos regionais de desenvolvimento. Qualquer investimento na abertura ou nos processos de planejamento da governança da fronteira, que deixem de fora os investimentos devidos em infra-estrutura do desenvolvimento social corre um sério risco de fracassar.

# A Água no III Fórum Social Mundial: sérias preocupações, muitos protestos e poucas alternativas

Tania Pacheco\*

\*Doutora em História, consultora do Projeto Brasil Sustentável.

Dentre as 1.619 Atividades Autogeridas (propostas livremente por ONGs, movimentos sociais, universidades e outras instituições da sociedade civil internacional) inscritas no III Fórum Social Mundial, realizado no início deste 2003, em Porto Alegre, nada menos que 54 mencionavam a água ou questões a ela ligadas como parte de sua temática. Sem dúvida, um resultado de certa forma inesperado, que espantaria a própria organização do FSM.

Se quisermos precisar mais, exatamente 33 levavam as palavras água (a maioria), recursos hídricos, bacia hidrográfica ou simplesmente rio já no próprio título, enquanto que outras 21 reservavam espaço para o assunto na ficha de inscrição, entre as palavras-chave ou no texto-resumo da atividade. Mais: de todos os eixos temáticos do Fórum, a água só esteve ausente em um, o terceiro, voltado para questões ligadas à Mídia, à Cultura e à construção da contra-hegemonia.

Como seria de se esperar, o Brasil seria o maior responsável por essas oficinas, seminários, painéis, *workshops* e, até, 'vivências', mesmo que algumas vezes promovidos por sedes brasileiras de instituições internacionais. Mas não faltaram outros países interessados em discutir a temática, alguns inclusive com mais de uma atividade. Essa lista inclui Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Paraguai, Uruguai e, até, a Suazilândia!

Se isso se desdobra numa atenção cuidadosa ante diferentes facetas da questão, não significa, por outro lado, que estejamos mais perto de solucioná-la. Como atesta o *Manifesto da Água*, base de discussão do Fórum Internacional das Águas, realizado coincidentemente também em Porto Alegre, entre os dias 8 e 11 de outubro p.p., dos 5,4 bilhões de habitantes do planeta, 1,4 bilhão não têm acesso a água potável. E, como denunciaria nesse evento o italiano Ricardo Petrella, secretário-geral do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água, esse quadro só se agrava, embora os protestos se intensifiquem.

O texto que segue - extraído de um trabalho ainda em processo, sobre as "Visões e Concepções sobre Sustentabilidade e Meio

Ambiente presentes no III FSM" - tem um objetivo simples: oferecer aos leitores de *Proposta*, em primeira mão, uma amostragem de quem são as entidades preocupadas com o problema, quais suas bases de atuação e, finalmente, com quais enfoques e estratégias elas pretendem, indo além da mera denúncia, construir alternativas para que o direito à água se torne uma realidade respeitada e não um crescente pesadelo.

## Eixo 1: Água e sustentabilidade

Levando-se em consideração seu título, *Desenvolvimento Democrático e Sustentável*, nada mais natural que o fato de o Eixo 1 reunir o maior número de oficinas que de alguma forma mencionariam problemas relativos à água. Delas, 24 seriam diretamente voltadas para a questão, a maioria discutindo-a já a partir do título, enquanto que outras 11 incluiriam o tema em meio a outras preocupações ligadas ao meio ambiente e ao futuro do planeta. Dessas 35 atividades, três seriam propostas, respectivamente, pelo Instituto Ipanema e pela WWF Brasil.

Começemos por uma visão das oficinas propostas pelo Instituto Ipanema, entidade ligada ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, FBOMS. Seria, aliás, em nome do Fórum e, mais especificamente, na qualidade de coordenador do seu Grupo de Trabalho Água, que o Instituto inscreveria uma primeira atividade, tendo por título provisório precisamente *GT Água* e como objetivo declarado simplesmente abrir espaço para a "participação dentro de uma ação integrada" com outras instituições presentes no FSM.

Uma segunda oficina, *Diálogo das Águas*, apresentava proposta mais objetiva, embora igualmente sucinta: "Promover discussão dos diversos aspectos da gestão integrada dos recursos hídricos entre os diversos atores e tomadores de decisão, tendo como base o fortalecimento de redes, em especial a Rede Mundial de Água Doce e seu acesso para os países de língua portuguesa". E a terceira, *Humanizando a Gestão dos Recursos Hídricos*, propunha: "A partir dos resultados das atividades da Aliança do Gênero e da Água, em especial da conferência eletrônica realizada simulta-

neamente, em quatro línguas, Português, Inglês, Francês e Espanhol, e de estudo de casos, discutir e avaliar a importância de ser enfatizada a efetiva perspectiva de gênero e as ações e instrumentos necessários”.

Já a primeira das oficinas inscritas pela WWF Brasil teria por título *A participação da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos no Brasil* cujo objetivo maior seria “fomentar uma discussão que auxilie na implementação, regulamentação e participação da sociedade na política do setor de recursos hídricos no Brasil”. Suas pretensões seriam mais amplas, porém. Entre elas, “promover um debate sobre o cenário atual da atuação dos organismos de bacias nas cinco regiões brasileiras, a sua interface e lacunas na articulação de outras políticas setoriais(;) e identificar aspectos importantes que possam ser incorporados na elaboração de uma pauta de recursos hídricos, principalmente para a região Amazônica e Centro-Oeste, a ser formulado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e implementado pela Agência Nacional de Águas”.

Se a água não estava presente no título da segunda oficina da WWF, era ela, por outro lado, a segunda das três palavras-chave inscritas pela organização como tema para a discussão *Educação Ambiental: metodologias participativas e gestão de recursos naturais*. A WWF inovaria metodologicamente, nesta lista de oficinas, propondo a “simulação de uma consulta pública numa questão (autêntica ou inventada) do conflito no uso dos recursos naturais”. E a ficha de inscrição citava exatamente como exemplo a hipótese de construção de uma barragem num rio, explicando que os participantes fariam “o papel dos grupos interessados – políticos nacionais, municípios locais, empresários, sindicatos, ambientalistas, pescadores, agricultores/fazendeiros, comitês de bacias hidrográficas, ONGs locais e nacionais etc – dependendo da questão”.

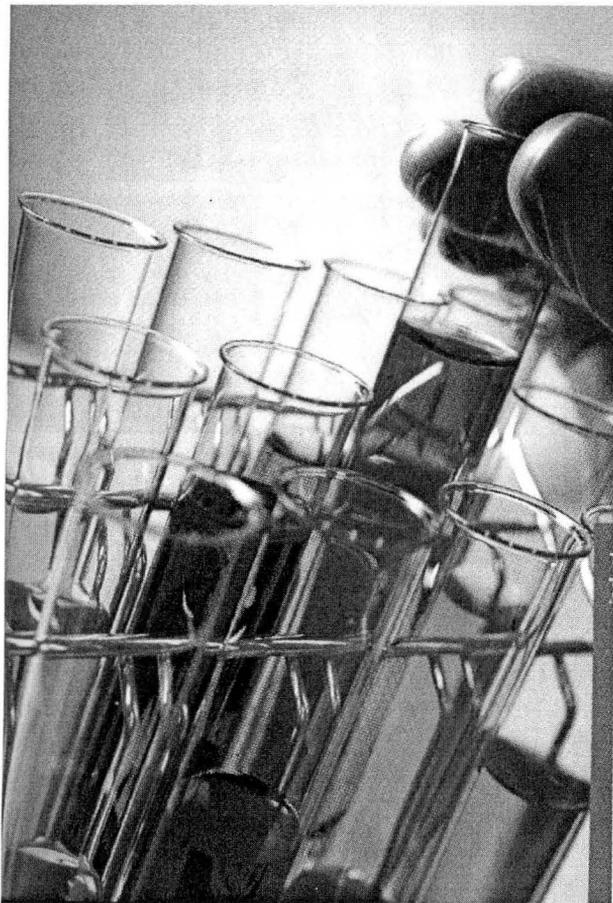
Ainda na proposta, os participantes trabalhariam num máximo de seis grupos, cada um representando um dos segmentos interessados, aos quais seria fornecido um dossiê sobre o assunto e informações específicas quanto a um possível ponto de vista

de seu grupo. Todos teriam um prazo de uma hora e quinze minutos para preparar um caso a favor ou contra a questão e, numa segunda etapa, deveriam, em dez minutos, apresentar sua visão na “Consulta Pública”, reservando outros cinco minutos para responder às questões dos outros participantes. Pelo planejamento, seguir-se-ia um debate geral de mais ou menos meia hora, ao final do qual um(a) assessor(a) resumiria o debate, com ênfase “(i) na complexidade das decisões socio-econômicas/ambientais; e (ii) no papel da educação prática e participativa para assegurar que todos os grupos de cidadãos possam desenvolver o conhecimento, o entendimento e as habilidades a serem envolvidas nos vários processos”.

Por sua vez, a terceira oficina, *Perspectivas pós Rio+10, Gestão da água e da floresta: lacunas, sobreposições e sua interface com as políticas setoriais*, propunha “fomentar uma discussão que auxilie a formulação e implementação de políticas integradas de conservação e gestão de recursos hídricos e florestais, resgatando a compreensão e a utilização do papel estratégico das florestas para o equilíbrio do ciclo hidrológico regional, para a preservação da biodiversidade necessária aos ciclos de vida dos ecossistemas aquáticos e terrestres, e como recurso essencial aos diferentes tipos de usos sustentáveis dos ambientes regionais”.

Dois atividades deste Eixo 1 seriam promovidas por uma parceria entre a ONG norte-americana Public Citizen e a canadense Polaris Institute. Na primeira - *SPEAK UP: water conflicts around the world/speak out session* -, bem de acordo com o título, a proposta envolveria abrir espaço para que qualquer pessoa preocupada com questões relativas à água, nos âmbitos local, regional, nacional ou internacional, pudesse expressar-se livremente durante três minutos, em depoimentos verbais ou previamente escritos (e, eventualmente, também previamente encaminhados). Todas essas intervenções seriam gravadas e, posteriormente, incorporadas a uma página especial na internet: [www.citizen.org/cmep/water](http://www.citizen.org/cmep/water).

A segunda, *Trading water away: how the FTAA and WTO rules are used to enforce water*



*privatization and exports*, foi proposta no formato de um painel. Nele, Lori Wallach, diretor da Public Citizen; Tony Clarke, do Polaris Institute; Ruth Caplan, da Alliance for Democracy, dos Estados Unidos; Maude Barlow, do Council of Canadians, Canadá; Vandana Shiva, da Índia; e representantes de organizações brasileiras (cujos nomes não constavam da ficha de inscrição) debateriam os impactos das políticas econômicas internacionais sobre a água, encarada como um bem e como um serviço. Em pauta, acima de tudo, críticas à OMC e à privatização e exportação dos recursos hídricos.

*Agua, acceso y uso sustentable* seria a oficina proposta pela Red Nacional de Acción Ecológica, do Chile. Como objetivos, (1) rever as políticas nacionais sobre o acesso à água; (2) avaliar os danos ambientais e problemas a elas relacionados (culturais, econômicos, sociais e políticos) causados aos diferentes ecossistemas regionais; e (3) preparar uma Plataforma Continental para ser levada ao Fórum Mundial da Água.

Já a Federação Brasileira de Geólogos foi parcimoniosa na definição de suas pretensões com relação ao debate *Águas, minérios, petróleo, povo, território e a geologia do Brasil*. Resumiu-as em uma frase direta e objetiva: “discutir as questões do setor mineral com os segmentos afins da sociedade, para a formulação de propostas socialmente justas e condizentes com desenvolvimento sustentável”.

Enquanto isso, a proposta do Fórum Paulista de Entidades Ambientistas para a oficina *Alternativas para a inclusão da sociedade civil na gestão colegiada das Águas* partiria da ECO-92 e da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, lembrando que, nessa ocasião, as nações participantes decidiram implantar uma nova abordagem para a gestão de recursos hídricos. Nesse processo, bastante debatido por todos os participantes, definiu-se que a gestão da água seria tratada (1) de forma participativa; (2) por bacias hidrográficas; e (3) preservando água com qualidade para as gerações atuais e futuras. Baseando-se nesse encaminhamento, o Fórum propunha desenvolver com o público presente uma troca de informações no sentido de: verificar, na atual legislação, pontos de conflito com a gestão participativa; e “obter informações da participação da sociedade civil nos fóruns deliberativos e consultivos de decisão governamental, trocando experiências da gestão de águas de vários estados e países participantes na oficina”.

*ASA – Uma alternativa para regiões semi-áridas* foi como Cáritas e Misereor chamaram o debate em torno do programa Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC). Partindo de questões relativas à mobilização e sensibilização social; capacitação, informação e educação; construção da cidadania; preservação, gerenciamento e valorização da água; acesso à terra e à água; e convivência sustentável e solidária com o ecossistema do semi-árido, a oficina foi montada em torno de três eixos temáticos. No primeiro, seria discutida a ASA (Associação do Semi-Árido), em si, partindo de seu histórico e de documentos como a Declaração do Semi-Árido, a Carta de Princípios e a Carta Política do III EnconASA. No segundo,

seria feita a apresentação do PIMC, discutindo-se a “formação e mobilização social para a convivência com o Semi-Árido através da construção de um milhão de cisternas rurais, com a finalidade de propiciar o acesso descentralizado à água, fortalecendo a sociedade civil”. O terceiro eixo abriria espaço para apresentar os Grupos Temáticos da ASA: Acesso à água e à terra; Agricultura familiar; Educação; Comunicação; Preservação e uso sustentável de Recursos Naturais; Criança e adolescente; Desertificação; e Construindo parcerias.

Deixando o semi-árido pelas megalópoles, o Instituto para o Desenvolvimento Ambiental levou ao FSM o debate *Cuidando das águas na cidade*, com o objetivo específico de, através de uma ‘vivência’, debater a gestão das águas em situações urbanas. A atividade foi pensada para ser desenvolvida em três etapas voltadas para a perspectiva do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, DLIS. Na primeira, haveria a “descrição dinâmica de uma experiência com populações urbano/rurais vivendo em áreas de mananciais”, tendo por base a experiência da Microbacia do Riacho Fundo, de Brasília. Na segunda, seriam formados “grupos de debate de acordo com os personagens/temas sócio-ambientais (...), integrando as diferentes experiências trazidas pelos participantes”.

Seguindo o formato proposto de uma ‘vivência’, os grupos se incumbiriam de defender, respectivamente, cada um dos seguintes seis temas: (1) impacto ambiental sobre as águas (lixo, assoreamento, desenvolvimento, lançamento de esgotos); (2) agricultura e ocupação urbana no mesmo espaço geográfico; (3) escolas públicas urbanas e rurais; (4) poder público local, estadual e federal (legislação sobre a gestão de recursos hídricos e Unidades de Conservação); (5) organizações da sociedade civil; e (6) Unidades de Conservação (espécies da fauna e flora, impacto da ocupação urbana, projetos de utilização/conservação). Finalmente, uma terceira etapa seria dedicada à apresentação das conclusões de cada grupo e à construção de um painel coletivo representando possíveis estratégias de ação quanto ao DLIS, à Educação e ao Meio Ambiente.

Sobrevivência e Amigos da Terra Paraguai trouxeram ao III Fórum Social Mundial um outro tipo de enfoque para a questão: *Derechos Humanos y ambiente: el agua, un derecho inalienable*. Partindo da premissa de que um ambiente saudável é um direito humano fundamental, e de que a água, “um dos elementos mais importantes para a vida na Terra, está seriamente ameaçada por vários processos políticos de contaminação e de privatização”, a oficina propunha-se a abrir um espaço para a formulação de estratégias com vista “à restauração e à conservação do poder de decisão sobre o território e os bens naturais e culturais [como] um direito que deve ser resgatado”.

A trilha e o viés inicial se repetiriam na oficina *Direito à água e cidadania: quantidade? Qualidade? Quem decide?*, da Fundação Água Viva. A ficha de inscrição partia da premissa de que “nos últimos 15 anos, sem que ninguém percebesse, a água potável passou da condição ‘dádiva gratuita da natureza’ para a de produto escasso com valor econômico”; virou mercadoria ou, como alguns dizem, *commodity*. A partir daí, a Fundação se propunha a “informar sobre a realidade dessa nova condição da água, mostrando que a situação se universalizou, que grandes estados-maiores mundiais neoliberais, com o apoio de autoridades públicas estatais e de conferências internacionais, estão negando a possibilidade de simplesmente existirem serviços públicos baratos e confiáveis para a distribuição da água potável e o tratamento das águas servidas”. A ficha acrescenta que “diversos exemplos serão expostos, dependendo da nacionalidade dos participantes (Itália, Índia, Brasil) e do tempo disponível”, mas não propõe alternativas, limitando-se a inscrever como seu objetivo “explicar ao público os parâmetros atuais da questão da água doce no mundo”.

A *International Gender and Trade Network*, dos Estados Unidos, também traria ao Fórum duas atividades. A primeira, *Seminar on globalization, privatization, and poor women’s rights to water*, seria um grande ‘painel’ aberto, no qual seis delegados de diferentes regiões do mundo discutiriam as dimensões de gênero e de direitos



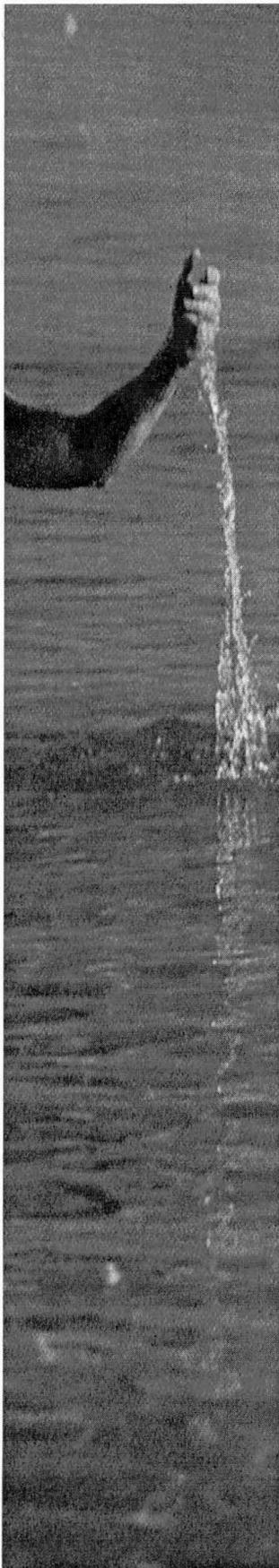
humanos envolvidas na privatização da água. Além disso, a ficha de inscrição menciona a expectativa de que o seminário precedesse (se possível, fornecendo subsídios para) uma outra atividade, a ser realizada nos dias subseqüentes, fechada e com o objetivo de identificar metodologias e estabelecer mecanismos e instrumentos para campanhas futuras, voltadas para o Fórum de Quioto e seus desdobramentos.

Deve ter sido, aliás, justamente essa segunda atividade que mereceu o grandioso título (refiro-me ao tamanho) *Globalization, privatization, and poor women's rights to water: expert working group session on methodology development and next steps for advocacy towards and beyond the World Water Forum in Kyoto in March 2003*. Na ficha, ela é descrita como um 'workshop fechado a um máximo de 50 participantes', que teria por objetivo - como já está dito no nome e de acordo com as expectativas do seminário anterior - um encontro

de especialistas para a formulação de estratégias para o Fórum que se avizinhava.

Tema e título se encontrariam também em outras oficinas. *Movimento de Cidadania pelas Águas*, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, previa a realização de quatro palestras sobre a atuação do Movimento, a serem feitas por José Chacon de Assis, Glauber Pinheiro, Rodrigo Machado e Otávio Maffei.

O modelo se repetiria em *Projeto Amigo da Água*, oficina da União Brasileira de Educação e Ensino. Neste segundo caso, um relator não-identificado na inscrição deveria explicitar como se dá o trabalho do Projeto, que "tem como missão transformar a cultura do desperdício em uma cultura do 'saber cuidar', simbolizada pelo desenvolvimento sustentável, em que cada ser humano é protagonista da transformação social exercida pelo trinômio consciência-atitude-cidadania".



Da Suazilândia, o World Council of Churches traria ao FSM o debate *Spirituality of resistance: water is life*. Como objetivos, (1) permitir aos participantes trocar experiências sobre iniciativas e estratégias contra a privatização dos serviços públicos e, assim, (2) fortalecer as diferentes lutas em defesa da água.

Da África à Alemanha, a discussão seria retomada na oficina *Water in people's hands*, planejada pela Network Worldwide Projects. Desta vez, o intuito seria buscar estratégias para garantir o acesso das diferentes comunidades à água e estabelecer as bases para uma rede da sociedade civil voltada especificamente para a defesa dos recursos hídricos.

Já o Programa Água, da *Alliance pour un Monde Responsable, Pluriel et Solidaire*, da França, inscreveu a oficina *Vers une Assemblée Mondiale de l'Eau, gouvernance et gestion de l'eau au 21 siècle* com o intuito, como diz o título, de “convocar uma Assembléia Mundial Cidadã”. Decidida a aglutinar os numerosos organismos internacionais que se dedicam à questão, a Aliança propõe a Assembléia como o espaço público no qual, de um lado,

seriam discutidos temas como a mercantilização da água, sua privatização e as diferentes ameaças de poluição por ela sofridas. Paralelamente, a Assembléia teria por objetivo também valorizar os saberes e as técnicas tradicionais, pois “as soluções tecnicistas não são compatíveis com a equidade e o respeito aos povos, como demonstram os problemas [causados pelas] barragens”.

O Sierra Club Canadá programou o *workshop Water for Nature and people* para demonstrar como a privatização da água, provocada pelas grandes instituições globais, pelo poder das corporações multinacionais e por diferentes parcerias entre o público e o privado ameaça a natureza, o direito dos povos, a justiça ambiental e a sustentabilidade democrática. Para apresentar diferentes exemplos desse processo, foram escolhidos representantes da Bolívia, Nicarágua e Equador. Pablo Sólón descreveria a luta contra a exportação dos lençóis aquíferos bolivianos para abastecer as mineradoras canadenses no Chile; Magda Lanuza falaria da campanha de defesa das águas da Nicarágua, ameaçadas de privatização pelas condições estabelecidas pelo empréstimo negociado pelo país com o FMI; e um representante da organização Acción Ecológica (cujo nome não constava na ficha de inscrição) abordaria a poluição e a privatização das águas no Equador. A essas exposições, seguiria um debate para a construções de estratégias ligando o Norte e o Sul em campanhas e outras formas de lutas em comum, na defesa da água.

Finalmente, na oficina *O exercício da cidadania na gestão de recursos naturais da Bacia do Rio Tibagi*, a Liga Ambiental relataria os resultados da expedição técnica de 20 dias realizada por esse rio dos Campos Gerais do Paraná, propondo um debate sobre as alternativas de usos sustentáveis dos recursos naturais disponíveis naquela região. Como objetivo maior, “estimular o exercício da cidadania e da participação da sociedade na gestão desses recursos”.

Como já foi antecipado, outras 11 atividades deste Eixo 1 teriam a água como um de seus

temas sem, entretanto, conceder a ela esse mesmo cunho de protagonismo. Vale citá-las, ainda que de forma mais sintética. Assim é que as ameaças do neoliberalismo às florestas, à biodiversidade, ao clima e à água foram discutidas na oficina *The environmental perils of economic globalization*, promovida pela American Lands Alliance, dos EEUU. Enquanto isso, *Friends of the Earth International* discutiria os prejuízos causados pelas políticas de privatização da natureza e, particularmente, aqueles ligados à energia e à água, criticando Banco Mundial, FMI e OMC, entre outros organismos e mecanismos financeiros, na oficina *This is ours; opposing IFI imposed privatization of services*.

De forma mais diluída, o tema seria discutido em outras nove oficinas. Uma frase de Ghandi – “Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo!” – seria o título do debate promovido pelo Grupo de Estudantes de Gestão Ambiental SENAC-CEA, envolvendo direitos e ética. A proteção dos recursos hídricos estaria presente nos seminários *A Mata Atlântica e a economia ecológica*, da Rede de ONGs da Mata Atlântica, e em *Agrobiodiversidade e segurança alimentar: a proposta agroecológica*, do Centro Ecológico Ipê. E a *Revista Marxismo Vivo* optaria por denunciar a tentativa de controle da água e da biodiversidade amazônicas pelo imperialismo norte-americano na oficina *ALCA: uma ameaça ecológica*.

Ainda que de forma diferente e limitada, até mesmo os defensores do vegetarianismo dedicariam atenção ao tema no debate *Globalization, global hunger and food habits*, promovido pela Global Hunger Alliance, da Itália. No caso, a preocupação ultrapassaria os hábitos alimentares dos povos, englobando, também, os altos gastos de energia (leia-se petróleo, água e terra/espço) provocados pela “indústria de agricultura animal”.

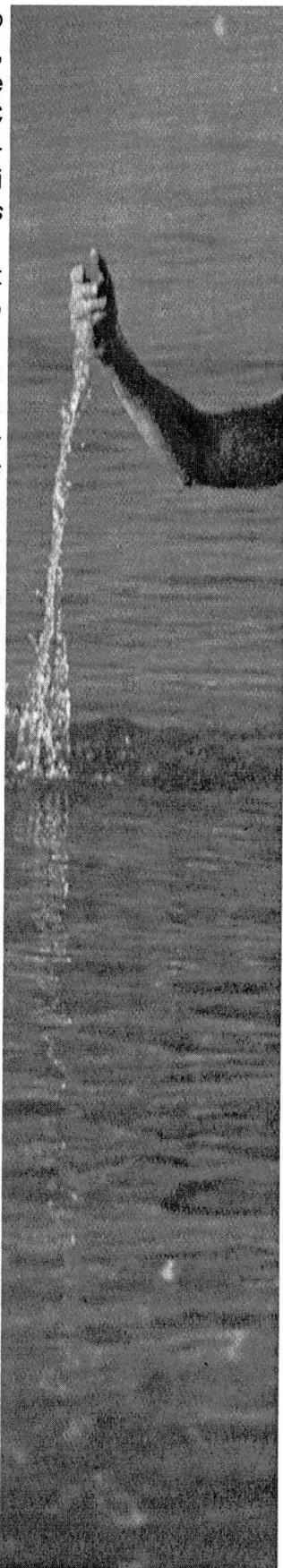
A água integraria também as preocupações de um dos painéis do grande seminário *Fórum por Justiça Climática: avançando na construção do movimento global por justiça climática*, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento

Sustentável e Meio Ambiente – FBOMS, além de estar presente nas críticas à OMC formuladas pelo Observatório Social do Uruguai na oficina *GATS e os serviços públicos*.

O World Rainforest Movement, também do Uruguai, daria razoável destaque ao tema na proposta da oficina *Impactos sócio-ambientales de los monocultivos forestales*, enquanto a coalizão suíça reHOUSE mencionava-o no debate *Mobilier alternatif, de l'idée à la concrétisation, processus et méthodes*. Fechando sua participação no Eixo 1, a água voltaria a merecer a atenção da Escola de Administração da UFRGS, na atividade *Uma 'nova' ética nas relações com o meio ambiente*.

## A água nos demais eixos

Como foi dito anteriormente, exceto pelo Eixo 3, *Mídia, cultura e contra-hegemonia*, o tema estaria presente, ainda que de forma mais tímida, em todos os demais. Inclusive no chamado Tema Livre, um sexto eixo que existiria apenas para efeito de inscrição. No Eixo 2, *Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade*, o Fórum



Carajás inscreveria a oficina *Águas sem barragens?* em parceria com o Fórum Carajás alemão e a Campanha pela Preservação do Araguaia e Tocantins. Na ficha de inscrição, os proponentes citavam Tucuruí como um exemplo dos graves problemas causados pelas barragens desde o século XIX, quando elas começaram a ser construídas para a geração de energia, principalmente. Para discutir as barragens em processo de construção na bacia do Araguaia e Tocantins, eram anunciadas as presenças de Glenn Switkes, da International Rivers Network, IRN; Brigit Zimmerle, do Fórum Carajás alemão; e Israel Bayma, da Assessoria Técnica do PT.

Os impactos dos processos de liberalização e privatização consagrados pelos acordos comerciais sobre o direito de acesso aos bens básicos seria o pano de fundo da oficina *Los consumidores frente a la mercantilización del agua y la inseguridad alimentaria*. Para o escritório chileno da Consumers International, o objetivo maior seria discutir a nova realidade imposta pela globalização, incluindo no debate as questões da “disponibilidade de alimentos” e dos “transgênicos como solução”.

Public Citizen e Polaris Institute, dos EEUU e Canadá, respectivamente, inscreveram uma terceira atividade neste Eixo 2: *The global water fight back - water as a human right*, planejada como um painel no qual diferentes expositores apresentariam suas idéias contra a “privatização da existência humana” pelo Banco Mundial, FMI e OMC. À mesa eram anunciadas as presenças de Robert Bartle, da Sweet Water Alliance, EEUU; Max Ntanyana, da Anti-Eviction Campaign, da África do Sul; Rudolf Amenga-Etego, do ISODEC, de Gana; Oscar Olivera, da Bolívia; Magda Lanuza, da Nicarágua; e de representantes de organizações brasileiras.

O assunto estaria presente ainda em dois outros eventos, como um tema entre outros. O Fórum Paulista de Entidades Ambientistas discutiria “a crise eminente da água” na oficina *Ong Gema: técnicas de sensibilização para questões socioambientais*. E a instituição Tourism Concern, da Inglaterra, debateria diversos

aspectos da ação deletéria da indústria do turismo, entre eles aqueles causados contra a água, sob o título *The challenge of tourism: the environment and human rights*.

No Eixo 4, *Poder político, sociedade civil e democracia*, Public Citizen e o Polaris Institute organizariam mais duas oficinas. Na quarta, *The road to the 3rd World Water Forum March 2003*, a idéia era, a partir de uma apresentação inicial de Karl Flecker, do Polaris, dividir os participantes em grupos de trabalho, que debateriam alternativas à privatização da água, incluindo a construção de grandes alianças internacionais.

A quinta atividade - *The global water grab: who are the corporate players and financial regimes that drive water commodification* - teria a forma de um painel, no qual representantes de diferentes países apresentariam exemplos de estratégias e alternativas políticas capazes de se contrapor à agenda do Banco Mundial e outras grandes corporações. À mesa, previa-se a presença de Patrick Bond, do Municipal Services Project, da África do Sul; Tony Clarke, diretor do Polaris Institute; Wenonah Hauter, diretora da Public Citizen; Maude Barlow, do Council of Canadians, Canadá; Rudolf Amenga-Etego, do ISODEC, de Gana; Trevor Ngwane, do Anti-Privatization Forum, também da África do Sul; e de ONGs brasileiras.

Já a Fundação SOS Mata Atlântica inscreveu *O monitoramento participativo de projetos de recursos hídricos financiados por organismos multilaterais* como uma “troca de experiências entre entidades e gestores de políticas, com o intuito de avaliar as diversas formas de controle social nos grandes projetos que envolvem saneamento, abastecimento e gestão de recursos hídricos”. Seriam apresentados estudos de caso dos projetos Bahia Azul, Baía de Guanabara, Guaíba e Projeto Tietê, por expositores que representariam as entidades GAMBÁ, da Rede de Ongs da Mata Atlântica; APEDEMA, do Rio de Janeiro; SOS Mata Atlântica; e Ecofundi. A oficina teria ainda acompanhamento da Rede das Águas, e co-participação da Rede Brasil de Acompanhamento a Bancos e Organismos Multilaterais.

A Development Workshop, do Canadá, traria ao Fórum o relato de um estudo de caso, como

proposta para um debate maior. *A damned mission? The political ecology of resettlement planning: an examination of the Yacyreta Hydroelectric Dam in Paraguay-Argentina* começaria por apresentar as conseqüências da expulsão de povos indígenas de seus lares ancestrais e de seus meios de subsistência tradicionais para a construção da barragem de Yacyreta, no Paraguai. Numa situação “que vem se repetindo por todo o mundo”, nesse caso específico os ‘interesses do mercado’ levaram essas populações a se dividir entre render-se ao *agro-business* ou adotar como alternativa de sobrevivência o contrabando de tabaco para a Argentina.

Na ficha de inscrição essa ONG canadense também mencionava o objetivo de debater esse e outros exemplos do papel que o Banco Mundial vem desempenhando, com seus “projetos de desenvolvimento” (entre aspas, na ficha de inscrição), com dois interlocutores prioritários bem definidos: o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, MAB, e o International Rivers Network, IRN. Já o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica inscreveria o seminário *Participação social na gestão de bacias hidrográficas*, sem maiores informações sobre a iniciativa.

Ainda neste Eixo 4, duas outras instituições tratariam a temática diluída entre outras questões igualmente importantes. Os Verdes discutiriam a mercantilização da água e a biodiversidade em *Ecologia social na construção da cidadania planetária*. E CENSAT Água Viva, da Colômbia, utilizaria também a forma de apresentação de estudos de caso para criticar

o BID na oficina *Los mitos del Banco Interamericano de Desarrollo*, em parceria com diversas outras instituições, entre as quais a Alianza Frente al BID, a Rede Bancos e a ONG Sobrevivencia, do Paraguai.

No Eixo 5, *Orden mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz*, a água estaria presente apenas como atriz coadjuvante, dividindo o palco com questões invariavelmente mais destacadas. Exemplos disso são *A ALCA e as ameaças à biodiversidade*, atividade proposta pela Alerta - Associação Ligada à Educação e Recuperação do Planeta Terra; *Coca, narcotráfico, recolonización*, da Asociación de Docentes de Ciencias Sociales, UMSA, da Bolívia; e *Vieques Si! Marina No!*, da Campaña Continental Contra la Militarización, dos EEUU. Nos dois primeiros casos, a questão privatização dos recursos hídricos merecia destaque; no terceiro, denunciava-se a poluição e destruição dos mananciais da pequena ilha de Vieques pelos militares norte-americanos.

Finalmente, no eixo Tema Livre, a Fundação Terra Mirim atribuiria caráter de exemplaridade ao Projeto Águas Puras - exercício de cidadania ambiental no Vale do rio Itamboatá, ilustrando com vídeos, fotos e transparência o relato de seu trabalho. A área de referência do projeto é a sub-bacia do Itamboatá, na Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes-Ipitanga, nas cercanias das sedes municipais de Simões Filho e Camaçari. Segundo a Fundação, o histórico da degradação ambiental da região remonta aos períodos da colonização, e a “crescente pressão econômica e populacional



sobre os recursos naturais [vem] intensificando sobremaneira os impactos ambientais na área”. O Projeto Águas Puras iniciou o trabalho de limpeza do rio com voluntários que trabalham na própria instituição, tendo como um dos objetivos a realização de um “processo educativo capaz de desenvolver a consciência de cidadania ambiental às comunidades ribeirinhas”. Aos poucos, foi ampliado e hoje é financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Novamente, outras três oficinas tratariam do tema de forma tangencial. Em Consumo responsável como ferramenta pedagógica - uma visão ética e responsável, o Instituto Kairos condenaria a poluição das águas; e em Defendiendo los servicios básicos, Social Watch do Uruguai defenderia, entre outros, o direito cidadão de acesso à água. Já a oficina Intervenções Permaculturais, da Rede de Arte Planetária, traria algo diferente ao debate: ensinaria técnicas alternativas de construção de cisternas e “caixas d’água esculturais” e de coletores especiais de água de chuva.

## Da teoria à prática

Das 54 atividades citadas neste texto, por uma grande sorte algumas estiveram entre as 288 iniciativas acompanhadas e sistematizadas ao longo dos quatro dias do III Fórum Social Mundial. Vale aqui retomá-las, ainda que brevemente, para que tenhamos uma noção do que aconteceria na prática, partindo-se das intenções previamente inscritas. Repito: isso será aqui feito de forma bem sintética, na medida em que este não foi o objetivo deste trabalho. Além disso, essa sistematização e sua respectiva análise estão sendo objeto de uma publicação específica (*Volume III – Atividades Autogeridas*, da Coleção Fórum Social Mundial 2003, editada pela Secretaria Internacional do FSM/lbase), a ser lançada ainda neste mês de novembro.

À guisa, pois, de exemplos, vale dizer que a oficina *Diálogo das águas*, promovida pelo Instituto Ipanema, contou com representantes da Coalizão Rios Vivos, da SOS Mata Atlântica, da Rede Mata Atlântica e do Projeto Piloto de Gestão Integrada de Cheias da Bacia do Rio Taquari, Uruguai. Nela, em meio a exposições e debates variados, o representante da Coalizão Rios Vivos chamou a atenção para a importância da criação, em outubro

de 2002, de uma nova rede de ONGs independente voltada para o assunto, a Rede Pantanal.

Em sala totalmente lotada, a Federação Brasileira de Geografia viu a oficina *Águas, minérios, petróleo, território e a geologia do Brasil* ser dominada pelas preocupações referentes à escassez de água doce no planeta, mesmo quando envolveram alternativas energéticas. Já *ASA: uma alternativa para regiões semi-áridas*, da Articulação do Semi-Árido, marcou posição, entre outras, contra a transposição das águas do São Francisco (‘já suficientemente baixas’). E propôs alternativas como a implantação do Projeto Um Milhão de Cisternas, de construção de depósitos subterrâneos caseiros, com capacidade para 10 a 16 mil litros, e o uso de sementes de moringas como agente de limpeza da água para consumo humano.

Com Soberania energética y globalización, CENSAT Agua Viva conseguiu dar mais um passo, em conjunto com outras organizações (Energy Project, Oil Watch, ATALC, Ríos Vivos, MAB etc.), para a construção de uma Plataforma de Soberania Energética para Sociedades Sustentáveis, “como una expresión de compromiso ético y político”. E *The global water fight back: water as human right*, uma das oficinas de Public Citizen e Polaris Institute, levou à mesa informações relevantes sobre a mercantilização da água, tanto no que diz respeito aos sistemas de abastecimento quanto à exploração através do engarrafamento e venda. Uma das expositoras, Holly Wren Spaulding, da Sweet Waters Alliance, denunciou atividades de privatização da água desenvolvidas por empresas como a Nestlé também em Michigan, Estados Unidos.

Outra das oficinas promovidas pela dupla Public Citizen e Polaris Institute - *The global water grab: who are the corporate players and financial regimes that drive water commodification* - teria entre os debatedores precisamente Ricardo Petrella, que denunciou, na ocasião, o fato de um-terço dos aquíferos do planeta já estar produzindo água contaminada, e de não haver mais tempo para eles se renovarem. Ainda segundo ele, o uso internacional da água é, hoje, de 70% para a agricultura, 20% para uso industrial e apenas 10% para uso humano. E dos 90% utilizados entre indústria e agricultura, 40% são desperdiçados.

Finalmente, no Eixo 5, a oficina *Vieques si! Marina no!*, organizada em apoio ao Comitê Pró Resgate y Desarrollo de Vieques, a pequena ilha de Porto Rico, de nove mil habitantes, que há 60 anos é usada como campo de treinamento militar pela Marinha dos Estados Unidos, revelaria como suas águas, vegetação e população vêm sendo contaminadas por radiação provocada por testes de bombardeios. E em *A Alca e as ameaças à biodiversidade*, promovida pela Alerta no Acampamento da Juventude, os participantes concluíram que “a guerra do século será relacionada à biodiversidade e à água”.

Outro dado proveniente desse trabalho merece ainda ser mencionado, na medida em que amplia mais a noção da relevância da problemática que aqui abordamos: em diversas outras atividades sistematizadas, em cujas fichas de inscrição questões pertinentes à água sequer foram citadas, o assunto também esteve em pauta. Dois exemplos significativos: a crítica radical feita por Leonardo Boff à escassez de água potável no planeta, no debate sobre a Carta da Terra, e o seminário *Protegiendo nuestros recursos naturales y definiendo el derecho a controlarlos*, promovido ao longo de três períodos pela Fundação Amigos da Terra e por uma coalizão internacional de ONGs e movimentos sociais, unidos na rede “Nosso mundo não está à venda”.

Neste último caso, os debates relativos à água e à sua comercialização predominariam, citando-se casos dramáticos na Bolívia e no Chile, envolvendo a desertificação, de um lado; a privatização, de outro; a contaminação da água por agentes cancerígenos, num terceiro; e, ainda, a existência de genocídios indígenas, em diferentes pontos da América Latina, tendo como pano de fundo a água. Ao final, seria proposta a realização de um Fórum Social da Água, paralelo ao IV FSM, na Índia.

## Conclusão

No seu início, foi dito que o objetivo deste trabalho era mapear, a partir do banco de dados do III Fórum Social Mundial, instituições que procuraram abrir espaços para troca de idéias,

para a busca de soluções, para a construção de estratégias, para a efetivação de parcerias e de união em torno da questão da água. Ao fazê-lo, preocupava-me também extrair seus pontos de vistas, concepções de mundo, hipóteses e alternativas, socializando-os. Parte dessa tarefa foi cumprida; outra, deixou parcialmente a desejar. A inconsistência de muitas fichas e/ou informações foi um fato importante, e cabe dedicar a ele umas linhas finais, também por outro tipo de implicações.

Felizmente, a maioria das inscrições preocupava-se em respeitar pelo menos os principais campos da ficha, informando os assuntos sobre os quais fariam e preenchendo o espaço destinado aos resumos com textos, mesmo que breves, contendo objetivos e tópicos a serem debatidos. Mas o cuidado em esclarecer pretensos ‘detalhes’ como a metodologia, o formato a ser emprestado ao evento e, acima de tudo, os nomes dos participantes de exposições, mesas e debates foi preocupação de uma minoria. Mais: como foi visto, um número razoável de instituições limitou-se a garantir o espaço de inscrição ou, no máximo, a indicar vagamente o intuito de ‘abrir espaços para a troca e o diálogo’.

Além de indicar um grau razoável de improvisação, esses fatos colaboraram, com alguma certeza, para prejudicar a possibilidade de encontros mais ricos, com aprofundamento de idéias, de parcerias e de buscas de soluções. Que fique claro, entretanto: não acho que isso sequer de longe invalide o que aconteceu. Vale, sim, continuar daí para garantir que da próxima vez tudo possa ser melhor, inclusive partindo de um planejamento mais cuidadoso.

Mesmo lutando contra dificuldades para ir além das críticas à globalização e ao neoliberalismo, às privatizações e às mercantilizações, às contaminações e poluições, as instituições da sociedade civil planetária mostraram, no final de janeiro de 2003, que já estavam atentas e sensíveis à noção de que a questão da água impõe-nos um grande desafio. Pois, como diria dez meses mais tarde a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na abertura do Fórum Internacional das Águas, “pensar a água é pensar na manutenção da vida”.

# Terra, trabalho e organização social no campo – uma filmografia

Márcia P. Leite\*  
José Victor Regadas  
Elisângela Barbosa

*Em março de 2002, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra realizou, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Faperj e do Laboratório de Políticas Públicas, a Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária. Na ocasião, atendendo uma demanda do MST, o Núcleo de Antropologia e Imagem da Uerj e o Museu da Imagem e do Som organizaram a mostra de vídeos A Terra no Cinema<sup>1</sup>, que apresentou alguns dos mais expressivos documentários sobre o tema, selecionados entre títulos clássicos e outros representativos da produção recente brasileira. Vários desses filmes foram então debatidos com a participação de realizadores e pesquisadores especializados no tema. O interesse que despertaram, especialmente entre um público qualificado de estudantes e professores de ciências humanas e de cinema, militantes do MST e de organizações não-governamentais, nos indica que a mostra cumpriu seu objetivo de difundir a discussão sobre os contornos da questão agrária no Brasil de hoje.*

*Logo a seguir, entretanto, buscamos ampliar seu alcance. Pesquisamos o acervo de vídeos do Nai, organizando e sistematizando as informações dos filmes com temáticas relacionadas ao campo brasileiro. É com grande prazer que apresentamos agora o produto deste trabalho, traduzido nesta filmografia que inclui cerca de setenta títulos sobre Terra, trabalho e organização social no campo. Cobrindo mais de vinte anos da produção documentária sobre o campo brasileiro, contém filmes referentes às diversas condições de vida e trabalho no campo, enfocando diferentes experiências de sociabilidade, organização social e resistência, em quase todas as regiões do país. São filmes que abordam os percursos dos trabalhadores no campo e suas expressões em múltiplas formas e bandeiras de luta, em todo o período: das ligas aos sindicatos e destes ao MST; das conflitivas relações dos arrendatários,*

*parceiros, meeiros e posseiros com os latifundiários à violência destes sobre os sem terra; das lutas pela reforma agrária aos movimentos dos atingidos por barragens; das migrações em direção às favelas nas periferias urbanas aos acampamentos e assentamentos do MST; das mobilizações sindicais à exploração do trabalho infantil. Estes e outros temas fazem deste acervo um rico e precioso painel dos movimentos sociais no campo em sua luta por trabalho e terra, direitos e dignidade, ao longo dessas duas décadas.*

*Os filmes selecionados foram relacionados com ficha técnica, sinopse e, quando localizada, bibliografia referente. Todos se encontram disponíveis para visualização e empréstimo no Núcleo de Antropologia e Imagem da Uerj.<sup>2</sup> Acreditamos que com esta iniciativa estamos suprimindo uma lacuna e disponibilizando um importante material didático e de pesquisa para professores, estudantes, pesquisadores e instituições interessados na análise das dinâmicas sociais do campo brasileiro.*

---

\*Márcia Leite é professora de Ciências Sociais da Uerj e membro do Conselho Deliberativo da Fase. José Victor Luiz e Elisângela Barbosa são estudantes de graduação em Ciências Sociais na Uerj e bolsistas de extensão do projeto Cidadania e Imagem/Nai, Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais da Uerj, no âmbito do qual foi elaborada esta filmografia. A apresentação e seleção dos filmes foi realizada por M. Leite; a pesquisa e sistematização dos dados foi efetuada por J. V. Luiz e E. Barbosa.

<sup>1</sup> A Mostra teve a curadoria de Márcia Leite (Nai/Uerj), Patrícia Monte-Mór (Nai/Uerj), Tetê Moraes (cineasta de "Terra para Rose" e o "Sonho de Rose") e Valter Gáudio (Cinema BR em Movimento e programador do MIS) e foi composta por 4 programas (MST: histórias; Terra: personagens e histórias I; Trabalhadores da Terra e Terra: personagens e histórias II), exibidos alternadamente na UERJ e no MIS. Além disso, a *Semana Nacional de Cultura Brasileira e da Reforma* promoveu uma mostra de filmes no cinema Odeon BR.

<sup>2</sup> Vale destacar que, além do acervo de vídeos da Fase doada à Uerj, o Nai conta com mais de quinhentos títulos de vídeos etnográficos, todos disponíveis aos interessados que devem contatar a Oficina de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais/Uerj: Rua São Francisco Xavier, 524. Pavilhão João Lyra Filho, 9º andar, sala 9.103, bloco F. Maracanã, RJ. Telefax: (21) 2587-7590 – oficina@uerj.br

## Os filmes

### **Acesso à terra**

Direção: Karine Emerich; 1992; Brasil; 15 min; cor; fita nº 266.

Sinopse: Este vídeo mostra a participação dos movimentos e das entidades populares na Constituição Municipal garantindo uma Lei Orgânica mais avançada em Porto Alegre.

### **Amazon journal**

Direção: *Geoffrey O'Connor*; 1996; Brasil; 60 min; cor; português; fita nº 223.

Sinopse: Análise dos acontecimentos ocorridos na Amazônia desde 1986 até a realização do filme, que são: o assassinato de Chico Mendes em 1986, a prisão do líder indígena Paulinho Payakan, a exclusão dos índios na Conferência das Nações Unidas (Rio 92), a corrida do ouro e o massacre dos Yanomami em 1987.

Bibliografia: ESTERCI, Neide. Amazon Journal. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, UERJ, NAI, nº 6, p. 185 – 190.

### **Anani**

Direção: Wlad Lima e Nando Lima; 1990; Brasil; 22 min; cor; fita nº 334.

Sinopse: Este vídeo retrata a problemática dos migrantes da zona rural de Belém. Expulsos de suas terras, vêm buscar na cidade grande condições de sobrevivência, deparando-se com um quadro mais drástico. Sem emprego, sem terra e sem casa para morar, estes migrantes se organizam e lutam para conquistar a posse da terra, títulos de propriedade e saneamento básico.

### **(O) arquiteto da violência**

Realização: CPT/MST; 2000; Brasil; 17 min; cor; fita nº 409.

Sinopse: Denuncia o massacre da rodovia paranaense BR-277, recodificando imagens de concessionárias, registros policiais durante ações de despejo e o ensaio fotográfico Terra, de Sebastião Salgado.

### **Barragem – a ocupação**

Produção: FASE- setor audiovisual; 1986; Brasil; 36 min; cor; fita nº 332/ 355.

Sinopse: Documentário sobre a ocupação e a paralisação das obras da Barragem de Itaparica por cerca de mil trabalhadores rurais da região do sub-

médio São Francisco. Eles reivindicavam o início do seu reassentamento em terras que ficaram à margem do lago formado.

### **Barragem - II**

Produção: FASE- setor audiovisual; 1986; Brasil; 36 min; cor; fita nº 332/ 355.

Sinopse: Documentário no sub-médio São Francisco, região atingida pelo lago da barragem de Itaparica. Depoimentos das comunidades negras e indígenas que habitam e cultivam nas ilhas do São Francisco e de posseiros, meeiros e sindicalistas sobre a luta pelo reassentamento. A manifestação realizada por sete mil trabalhadores rurais dentro da área de construção da barragem.

### **(O) bem e o mal?**

Direção: Ivo Pereira de Queiros ; 2001; Brasil; 27 m; cor; fita nº 408.

Sinopse: Em dois de maio de 2000, cerca de 1000 trabalhadores rurais sem-terra tomam a rodovia BR-277 rumo a Curitiba, onde pretendem entregar ao INCRA uma pauta de reivindicações, mas são impedidos pela polícia militar que bloqueia a estrada e usa de violência contra os trabalhadores. A principal perda é a vida de um homem. Às imagens deste episódio são seguidas pela discussão das versões veiculadas por vários agentes sociais.

### **(O) broto da cana**

Direção: Darlan F. Moreira; 1990; Brasil; 17 min; cor; fita nº 272.

Sinopse: Audiovisual gravado em vídeo sobre os meninos e meninas que trabalham como cortadores de cana em São Miguel dos Campos - Zona da Mata alagoana. Realizado como Projeto Experimental do Curso de Jornalismo da UFAL. Apoio da FASE.

### **Cabra marcado para morrer**

Direção: Eduardo Coutinho; 1984; Brasil; 119 min; cor; fita nº 283.

Sinopse: Um filme que resgata a memória de fatos políticos do interior nordestino, interpretado por camponeses. Após dezessete anos de interrupção nas filmagens com os acontecimentos de 1964, os personagens são reencontrados, tornando-se o tema do filme. Uma síntese viva e real de vinte anos de história no campo brasileiro.

*Bibliografia: Menezes, Paulo Roberto A de. "A questão do herói-sujeito em cabra marcado para morrer, filme de Eduardo Coutinho", Tempo Social, vol. 6, n. 1-2, 1994; Novaes, Regina C. Reyes. "Violência Imaginada: João Pedro Teixeira, o camponês, no filme de Eduardo Coutinho", Cadernos de Antropologia e Imagem, n.º 3, 1996; Galano, Ana Maria, "A caminho do Nordeste de Cabra Marcado para Morrer: entrevista com Eduardo Coutinho, Cadernos de Antropologia e Imagem, n.º 11, 2000.*

### **Califórnia à brasileira**

Direção: José Roberto Novaes; 1991; Brasil; 27 min, cor, fita n.º 244.

Sinopse: Numa paródia ao programa Globo Repórter, que em 1990 apresentou uma reportagem exibindo a região de Ribeirão Preto como a "Califórnia Brasileira", o vídeo mostra uma outra versão da mesma região: as contradições sociais que caracterizam as cidades locais são refletidas e denunciadas pelos próprios trabalhadores rurais.

### **(A) camponesa e o sindicato**

Produção: FASE- setor audiovisual; 1982; Brasil; 10 min; cor; fita n.º 163/ 168/ 338.

Sinopse: Relato da experiência de uma lavradora que aponta a necessidade da participação da mulher no sindicato.

#### **Campo de batalha**

Direção: José Roberto Novaes; 1987; Brasil; 30 min; cor; fita n.º 24

Sinopse: A grave situação de moradia leva o trabalhador à ocupação de terrenos na periferia de Campina Grande (RN), transformando-a em verdadeiro campo de batalha. O vídeo mostra a organização popular que consegue revogar a liminar de despejo decretada pela Justiça.

### **(O) canto da terra**

Direção: Paulo Rufino; 1991; Brasil; 90 min; cor; fita n.º 273.

Sinopse: Grande painel sobre a reforma agrária no Brasil, com depoimentos dos bispos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos sem-terra, da União Democrática Radical (UDR) e dos órgãos oficiais do governo. Documenta as causas da má-distribuição de terras no Brasil desde seus primórdios até a época atual.

### **(A) classe roceira**

Direção: Berenice Mendes; 1985; Brasil; 29 min; cor; fita n.º 410.

Sinopse: Documentário que registra o surgimento do MST no Paraná, em meio à migração de gaúchos para o Mato Grosso.

### **Como começou**

Produção: FASE- setor audiovisual; 1982; Brasil; 20 min; cor; fita n.º 338/ 163.

Sinopse: Três fundadores da Fetag-RJ contam as lutas travadas pela posse da terra em três regiões do Estado do Rio e a necessidade de articulação dessas lutas, o que os levou a fundar a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio.

### **Conversas de criança**

Direção: José Roberto Novaes/Paulo Pestana; 1998; Brasil; 22 min; cor; fita n.º 375.

Sinopse: Histórias contadas por crianças e adolescentes que apresentam o cotidiano (trabalho, escola, brincadeiras, diversão) nos acampamentos e assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região Sudeste e que oferecem uma via para o resgate da vida em família, construindo rumos sociais na luta pela terra no Brasil.

*Bibliografia: Leite, Márcia Pereira. "Conversas de Criança", Cadernos de Antropologia e Imagem, n.º 8, 1998.*

### **4.º Congresso Nacional do MST**

Coordenação: Aline Sasahara, Maria Luisa Mendonça e Jovana Cestille; 2000; Brasil; 18 min; cor; fita n.º 420.

Sinopse: Oficina para formação de jovens documentaristas, realizada durante o 4.º Congresso nacional do MST, em Brasília.

### **Desatando os nós**

Direção: Cecília Chaves; 1991; Brasil; 25min; cor; fita n.º 177.

Sinopse: A luta dos pequenos produtores (agricultores, pescadores e pequenos empresários) para assegurar a aplicação da conquista popular na Constituição de 1988 [o Fundo Nacional de Financeiro do Norte (FNO)]. Esta luta se expressou no Pará através de imagens. O documentário discute a aplicação do FNO para os pequenos produtores e convida-os a continuar na luta.

### **Dois assentamentos**

Direção: Patrick Parmigiani; 1997; Brasil; 24 min; cor; fita n° 404

Sinopse: Registro da atividade produtiva nos assentamentos Fazenda Timboré e Fazenda Pirutuba, em São Paulo.

### **Eneja**

Direção: André Gerard; 1999; Brasil; 39 min; cor ; fita n° 419.

Sinopse: Registro do Primeiro Encontro Nacional de Educadores de Jovens e Adultos da Reforma Agrária, realizado em Pernambuco.

### **Encruzilhada natalino**

Direção: Ayrton Centeno e Guaracy Cunha; 1991; Brasil; 18 min; fita n° 405

Sinopse: Documentário sobre o acampamento gaúcho que resistiu, no governo Figueiredo, às investidas das multinacionais da agroindústria, à campanha de colonização das regiões centro-oeste e norte pelo INCRA e SUDAM, e ao cerco militar.

### **(Uma) experiência coletiva**

Direção: Vilmon Ferreira; 1992; Brasil; 26min; cor; fita n° 328.

Sinopse: Documentário sobre o “Grupo Coletivo” de pequenos produtores de Alto Paraíso (RO). Retrata a história do grupo, sua organização interna, a socialização de bens e a relação entre seus integrantes.

### **Francisco, semente da terra**

Direção: Clóvis Mendes; 1988; Brasil; 39 min; cor; fita n° 193.

Sinopse: Após a morte do líder camponês do município de Pancas (ES), Domingos Francisco Ramos, o vídeo mostra a violência que atinge meeiros e assalariados dos latifúndios do norte do Estado e revela a impunidade e a conivência das autoridades.

### **(O) futuro da terra**

Direção: Werner Schünemann; 1998; Brasil; 18 min; cor; fita n° 407

Sinopse: Reportagem sobre a vida nos assentamentos gaúchos de Charqueadas e Itapuí, através de entrevistas com crianças e adolescentes.

### **Guaporé**

Produção: FASE; 1994; Brasil; 26 min; cor; fita n° 261.

Sinopse: Relatos dos pequenos produtores da região do Vale do Guaporé/MT que se organizaram em uma associação e criaram, com a assessoria da FASE, um Centro de Tecnologias Alternativas e uma Central de Comercialização que regula os preços dos produtos da região.

### **Guariba 84**

Direção: José Roberto Novaes e Francisco Alves; 2002; Brasil; 11 min; cor ; fita n° 406

Sinopse: O fio condutor do roteiro é a exibição de imagens da greve de 1984, durante inauguração da sub-sede do sindicato no bairro de João de Barro, em agosto de 2001. Realizado no mesmo bairro em que se destacou a violência policial em 84, o documentário registra a preocupação dos sindicalistas de resgatar a história e incorporar a memória do passado nas lutas do presente.

### **(Um) grito no fundo do poço**

Direção: Joaquim Chaves Pellayo; 1990; Brasil; 50min; cor; fita n° 282.

Sinopse: Documentário sobre uma comunidade do Maranhão invadida, agredida e perseguida pelas cercas do latifúndio, que deseja impor seu poder pela força da lei e das armas.

### **(Um) grito de terra firme**

Direção: Regina, Nonato e Zuleide; 1993; Brasil; 29 min; cor; fita n° 327.

Sinopse: O filme trata das precárias condições de vida da população do bairro de Terra Firme, Belém do Pará, que fica às margens do Rio Tucunduba, um dos mais poluídos do estado. Mostra o bairro alagado e lamacento. Há deficiência em saúde, educação, transporte e lazer. A população luta por melhorias junto com instituições religiosas e o sindicato dos urbanitários, bem como pela posse da terra.

### **Há lugar**

Direção: Júlio Wainer/Juraci de Souza; 1987; Brasil; 21 min; cor; fita n° 196.

Sinopse: A problemática habitacional na Zona Leste de São Paulo. Enfoca o processo de

ocupação de terras no local, no período de fevereiro a março de 1987, que culminou com a morte de Adão Manoel da Silva.

### **João Sem Terra**

Direção: Tatiana Barbosa; 1987; Brasil; 13min; cor; fita nº 332.

Sinopse: A questão da reforma agrária tratada em um cordel criado por Cláudio Ferrário. Apresenta depoimentos de assentados e acampados na região do Pontal de Paranaparema, discutindo a necessidade de implantação da reforma agrária.

### **Lamparina – I, II, III, IV**

Direção: Antônio Vieira; 1984; Brasil; 2h e 20min; cor; fita nº 187.

Sinopse: Dramatização baseada na história da organização e luta dos lavradores de Santarém (PA) para tomar o sindicato.

### **Lan**

Direção: Milton Alencar; s/d (anos 80); Brasil; 21 min; cor; fita nº 162.

Sinopse: O vídeo apresenta um histórico da ocupação da região da baixada do Rio de Janeiro, a especulação da terra, em detrimento dos posseiros, o enfrentamento do sindicato dos trabalhadores rurais, o assassinato do seu presidente, Sebastião Lan.

### **(Uma) luta de todos**

Coordenação Berenice Mendes; 2000; Brasil; 27 min; cor; fita nº 412.

Sinopse: Primeira Oficina de linguagem audiovisual FILO/ MST, realizada no assentamento paranaense Dorcelina Folador, com participação de trinta e cinco integrantes do movimento, divididos em cinco equipes e segundo diversas atribuições.

### **Mãe Terra**

Realização: TV Viva; 1987; Brasil; 18 min; cor; fita nº 197/ 263.

Sinopse: Documentário realizado no Brejo da Paraíba, sertão e mata de Pernambuco, sobre a vida, o trabalho, as aspirações e reivindicações de mulheres comuns e líderes sindicais. O vídeo mostra também a participação das mulheres no movimento sindical rural. Realizado em conjunto com o Ministério da Reforma Agrária.

### **(A) memória em nossas mãos**

Direção: José Roberto Novaes e Francisco Alves; 2002; Brasil; 16 min; cor; fita nº 402.

Sinopse: Tomando vivas as lembranças da “Greve de Guariba”, os personagens falam sobre o presente. Na mais rica região do país, homens e mulheres descrevem, com riqueza de detalhes, as precárias condições de vida e de trabalho. Dezesete anos depois, revisitam sua história, avaliam os ganhos da greve de 84, as perdas impostas pelas mudanças tecnológicas e pelas novas formas de gestão do trabalho agrícola e constroem alternativas.

### **Meninos da roça (Crianças no Campo- Educação, Direito e Trabalho, vol. 1)**

Direção: Paulo Pestana; 1994; Brasil; 18 min; cor; fita nº 275.

Sinopse: O vídeo retrata a vida dos meninos e meninas no trabalho da cana e o fim de sua jornada, quando abandonam seus facões, tiram suas roupas impregnadas de sujeira da cana queimada e brincam de ser criança.

### **Migrar ou lutar - I e II**

Direção: Vilmon Ferreira; 1992; Brasil; 36 min; cor; fita nº 328.

Sinopse: Vídeo sobre o Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MT). Esta produção aborda a problemática da solidão do camponês e a busca de solidariedade no campo através da organização e da articulação entre os grupos.

### **Mulheres no canavial**

Direção: Jacira Melo, Márcia Meirelles e Silvana Afram; 1986; Brasil; 33 min; cor; fita nº 242.

Sinopse: Mostra a realidade da trabalhadora rural a partir de seu local de trabalho. Aborda a má remuneração, o esgotamento físico, a falta de creches para os filhos e a esperança numa reforma agrária.

### **Murder in Amazon**

Direção: Adrian Cowell; 1989; EUA; 55 min.; cor; em inglês com legendas em português; fita nº 330.

Sinopse: Documentário realizado para tve americana sobre a vida e luta de Chico Mendes, líder dos seringueiros na Amazônia. Imagens revelam o homem simples e modesto, o político ardoroso e combativo, o amigo leal e presente. A

repercussão internacional de sua morte aponta para o alcance de seus ideais e de sua ação contra a destruição da Amazônia.

### **Nossa greve em 82**

Produção: FASE - setor audiovisual; 1982; Brasil; 35 min; cor; fita nº 163.

Sinopse: Documenta a greve dos canavieiros de Pernambuco a partir do momento da assembléia dos delegados sindicais e até a vitória do movimento.

### **O que remanesceu**

Direção: Flávio dos Santos Gomes e Pedro Simonard; 1997; Brasil; 17 min; cor; fita nº 303.

Sinopse: O estágio atual em que se encontram algumas comunidades rurais negras, no interior do Pará, constituídas a partir de vilas e povoados de antigos quilombos: sua cultura, sua forma de sobrevivência e sua inserção na sociedade que as cerca.

### **Ó xente ! pois não.**

Direção: Joaquim Assis; 1973; Brasil; 25 min; cor; fita nº 331/ 168.

Sinopse: Um grupo de camponeses de Salgadinho (PE) fala sobre seu universo, abordando questões como o amor à terra, o trabalho em conjunto e a solidariedade.

### **Pensar em você**

Direção: Lírio Ferreira; 2000; Brasil; 6 min; cor; fita nº 413.

Vídeo Clipe do cantor e compositor Chico César no acampamento Don Hélder Câmara, em São Paulo.

### **Poesia marcha**

Direção: Júlia Moraes; 1997; Brasil; 45 min; cor; fita nº 070.

Sinopse: O registro da chegada dos trabalhadores sem-terra a Brasília por ocasião de sua marcha pela reforma agrária.

### **Por longos dias**

Direção: Mauro Giuntinni; 1998; Brasil; 13 min; cor; português; legenda inglês; fita nº 414.

Sinopse: Leitura poética da luta pela terra através dos tempos. O roteiro apresenta uma adaptação livre do prefácio de José Saramago ao livro de Sebastião

Salgado. O cotidiano dos sem terra é revelado desde a intimidade dos acampamentos até a chegada da Marcha Nacional pela Reforma Agrária à Brasília, em abril de 1997.

### **(Um) pouco da história do 1º sindicato rural**

Produção: FASE- setor audiovisual; 1982; Brasil; 10 min; cor; fita nº 163/ 338.

Sinopse: Um dos fundadores do sindicato dos trabalhadores rurais de campos (RJ) relata por que e como eles fundaram o sindicato, em 1932.

### **Princesa, cadê você?**

Direção: Márcia de Almeida; 1986; Brasil; 22 min; cor; fita nº 197.

Sinopse: Vídeo sobre o trabalho escravo de mulheres e crianças no Vale do Ribeira (SP).

### **Qual é o jeito, Zé?**

Direção: Murillo Santos e Vincent Carelli; Brasil; 1992; 15 min; cor; fita nº 415

Sinopse: Luis Vila Nova, líder camponês de Buriticupu, no Maranhão, explica o movimento de ocupação das matas improdutivas por milhares de trabalhadores sem terra e os confrontos com jagunços e policiais federais.

### **Quebradores de babaçu**

Produção: TV Viva; 1986; Brasil; 18 min; cor; fita nº 251.

Sinopse: O vídeo retrata as condições de vida dos quebradores de babaçu no estado do Piauí, um dos maiores produtores do Brasil.

### **Quem matou Benezinho**

Produção: CEPEPO; 1984; Brasil; 33 min; cor; fita nº 168/ 330.

Sinopse: Documentário sobre o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, no Pará. Realizado no dia seguinte ao assassinato. Neste vídeo, os pistoleiros são entrevistados e, além de assumirem o crime, revelam o nome do mandante e a quantia recebida.

### **(Uma) questão de terra**

Direção: Manfredo Caldas; 1989; Brasil; 80 min; cor; fita nº 166.

Sinopse: O vídeo relata o assassinato de Margarida Alves, líder sindical da Paraíba, e a

impunidade do crime. Enfoca a má distribuição de terras e as condições de vida dos trabalhadores rurais. Discute ainda o processo de votação da reforma agrária na Constituinte.

### **Raiz forte**

Direção: Aline Sasahara e Maria Luisa Mendonça; 2000; Brasil; 42 min; cor; fita n° 416.

Sinopse: Mosaico realizado em dez estados brasileiros, contemplando a experiência do MST desde a primeira abordagem a pessoas humildes no interior do país, passando pela ocupação de fazenda improdutiva até a produção agroindustrial.

### **Os Rurais da CUT – Memórias e Imagens**

Direção: José Roberto Novaes; 1992; Brasil; 35 min; cor; fita n° 237.

Sinopse: O 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT é o tema central deste vídeo que resgata as memórias de lutas dos trabalhadores nas últimas décadas e apresenta as imagens do processo de modernização conservadora que os segmentou. O vídeo discute os desafios para a construção de um sindicalismo representativo e atuante.

### **Somos nove milhões**

Produção: FASE- setor audiovisual; 1983; Brasil; 35 min; fita n° 163/ 249/ 331.

Sinopse: Os assalariados rurais, os bóias-frias dos estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Paraná, contam em entrevistas suas dificuldades e as razões que os levaram à situação de bóias-frias. Relatam também as dificuldades enfrentadas para se organizarem e suas vitórias parciais conquistadas.

### **Sonho de Rose**

Direção: Tetê Moraes; 2000; Brasil; 92 min; cor; fita n° 411.

Sinopse: Trajetória de mil e quinhentas famílias de trabalhadores rurais, sua experiência cooperativa, após a conquista da terra, com a desapropriação da Fazenda Annoni e de outros latifúndios improdutivos no Rio Grande do Sul.

*Bibliografia: Hernandez, Marcelo Macedo, "Terra para Rose e O Sonho de Rose (10 anos depois ...)", Cadernos de Antropologia e Imagem, n° 11, 2000.*

### **Sonhos de crianças (Crianças no Campo – Educação, Direito e Trabalho – vol. 1)**

Direção, Roteiro e pesquisa: Alair dos Santos, Isidoro Revers, José Paulo Pietraffesa, José Roberto P. Novaes, Maysa Miranda da Silva, Sérgio Sauer e Suzi Marziali; 1994; Brasil; 43 min; cor; fita n° 275.

Sinopse: Registro das várias faces de uma realidade distante dos direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e próxima da situação de exclusão social que caracteriza adultos e crianças na agro-indústria brasileira.

### **Sumaré I – Imagens de uma luta**

Realização: Proter - Programa da Terra (FASE); roteiro: João Calixto, João Lourenço, Jorge Rocha e Ulisses Gome; 1992; Brasil; 25 min; cor; fita n° 246.

Sinopse: Este vídeo apresenta a luta e os trabalhos desenvolvidos pelos lavradores do Assentamento I, em Sumaré (SP).

### **Tenho coragem de andar igual a Lampião**

Direção: Victória B. Santos; 1987; Brasil; 16 min; cor; fita n° 332.

Sinopse: Depoimentos de agricultores, índios, antropólogos e um representante da Defesa Civil de Cubatão: uma visão dos desmandos e abusos da ocupação da terra brasileira.

### **(A) terra - Amazonie, la terre et la peine**

Direção: Frédéric Létang; 1997; Brasil; 88 min; França (legendas em português).

Sinopse: Filmado na Amazônia brasileira, acompanha as primeiras etapas de instalação de um grupo de colonos pobres no coração da mata virgem. Valfredo e sua companheira Deusilda nos revelam o interior de um mundo rude, entrecortado por esperanças e violências. Querendo se instalar em uma nova terra, decidem lutar ao lado de algumas centenas de famílias do MST. Vivem o dia-a-dia de um acampamento precário em uma fazenda ocupada e têm alguns de seus companheiros mortos em confronto com a Polícia Militar.

### **Terra e liberdade**

Direção: Rosa Palmeira e Tereza Evers; 1985; Brasil; 45 min; cor; fita n° 186/ 330.

Sinopse: Relato da luta pela terra numa perspectiva histórica, do descobrimento do Brasil até os dias de hoje, com a discussão sobre a reforma agrária.

### **Terra e vida Catarina: A história e a luta dos sem terra em Santa Catarina**

Coordenação: Cristina Tramonte e Márcio Vieira de Souza; 1994; 35 min; cor; fita n° 417.

Sinopse: Oficinas realizadas pela organização não-governamental Diálogo - Cultura e Comunicação e o MST/SC com integrantes do movimento e comemorativa dos dez anos do MST.

### **Terra mais que terra**

Direção: Aline Sasahara e Estevão Tutu Nunes; 2002; Brasil; 45 min; cor, fita n° 418.

Sinopse: O vídeo discute a construção de uma nova sociedade pelos trabalhadores rurais que vivem nos assentamentos da reforma agrária coordenados pelo MST.

### **(A) terra queima**

Direção: Geraldo Sarno; 1984; Brasil; 45 min; cor; fita n° 263.

Sinopse: Através dos relatos de vários trabalhadores rurais e camponeses do nordeste sobre suas condições de vida e trabalho, o documentário trata da questão da terra no Brasil e discute formas alternativas de organização e trabalho.

### **Terra queimada de sangue**

Direção: Guy Van de Beuque; 1986; Brasil; 20 min; cor; fita n° 171.

Sinopse: Depoimento de líder rural e de um padre que agem na região Araguaia (PA) sobre a violência de que são vítimas os camponeses e trabalhadores rurais de Bico do Papagaio.

### **(A) tomada de Brasília**

Direção: Alderon da Costa; 1997; Brasil; 16 min; cor; fita n° 403

Sinopse: Reportagem sobre a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, com a ocupação de Brasília com cinquenta mil pessoas, um ano após o massacre em Eldorado dos Carajás.

### **Trabalhadores invisíveis (Crianças no Campo - Educação, Direto e Trabalho – vol. 1)**

Coordenação: Teresa Corrêa, Nanci Loureço e Alvaro Vieira; 1993; Brasil; 8 min; cor; fita n° 275.

Sinopse: Este vídeo tem a finalidade de tornar visíveis as condições de vida das crianças e adolescentes trabalhadores da cana-de-açúcar.

### **Tribunal da terra – tragédia e farsa**

Produção: FASE; 1988; Brasil; 70 min; cor; fita n° 176.

Sinopse: O Tribunal simulado pela CUT, em 01/08/89, no seu II Encontro Nacional (RJ), julga e condena os latifundiários pelos crimes e violência no campo e pelo extermínio de nações indígenas, apontando a necessidade de uma reforma agrária já.

### **Tribunal da terra I - o grito no campo**

Produção: FASE; 1992; Brasil; 34 min; cor; fita n° 176/334.

Sinopse: A mobilização de pequenos produtores na luta pela posse da terra no Estado do Pará.

### **Tribunal da terra II – A Justiça em Julgamento**

Produção: FASE; 1992; Brasil; 30 min; cor; fita n° 176.

Sinopse: Em 1992, trinta e cinco pessoas foram assassinadas no Brasil como consequência de conflitos de terra. Mais de cento e oitenta e cinco mil camponeses foram atingidos pelas mais variadas formas de violência. A impunidade dos assassinos tem-se tornado um estímulo para aumentar a violência.

**ASSINE PROPOSTA**



**www.fase.org.br**

# Venha visitar e conhecer o site da FASE e a nossa loja virtual



[Sobre a Fase](#) [Demonstrativos](#) [Redes e parcerias](#) [Ações da Fase](#) [Regionais](#) [Círculo de Amigos](#) [Fale conosco](#)



## Criado Fundo permanente em defesa da Amazônia

Doação do mogno apreendido à FASE golpeia a exploração ilegal e sela aliança inédita entre o governo federal, o Ministério Público, as ONGs e o movimento social em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da região. [Leia mais](#)

[Outros Editoriais](#) >>>

## ▼ Círculo de Amigos

Faça sua doação ou adquira nossos produtos!

Assine nossa revista

Conheça nossas publicações



## ▼ Destaques



### Campanha O Brasil tem Fome de Direitos

A obra de Cândido Portinari permite ilustrar temas como a defesa de uma Amazônia sustentável e democrática, o combate às desigualdades étnicas, sociais, de gênero e até mesmo a luta urgente pela paz. Adquira as camisetas e os postais da nossa Campanha!

[Leia mais](#)

[Outros Destaques](#) >>>

Solidariedade e Educação

Busca

OK

Agenda

Plenária Municipal de Preparação do Grito dos Excluídos 2003, dia 23 de agosto, em Itabuna/BA.

Direitos Humanos promove seminário no Espírito Santo, dias 15 a 17 de agosto, em Viana-ES

I Conferência das Cidades da Baixada Fluminense, 13 a 15 de agosto, em Nova Iguaçu, Rio.

[Outros eventos](#) >

Fique por dentro

Relatório do Seminário Reforma Agrária e Projeto de Desenvolvimento Regional, realizado na Bahia.

Declaração do IV Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FASE beneficia primeira tora de mogno apreendido

[Outras notícias](#) >

Acervo

Conheça também o Acervo da Fase:

[Acervo completo](#) >

Números atrasados, catálogo de publicações, fóruns de debates, agenda, notícias, parceiros, articulações, campanhas nacionais e internacionais ...

Quem quer mudar e precisa de informação tem encontro marcado em

[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

# Proposta

## Direitos humanos na sociedade da informação

O próximo número de **Proposta** será duplamente especial Primeiro, pelo fato de ser a publicação de número 100 de nossa revista institucional. Segundo, porque traremos pela primeira vez, no campo das organizações da sociedade civil, um debate sobre “Direitos humanos na sociedade da informação”, com forte enfoque no Software Livre e nos conceitos filosóficos e ideológicos que estão por trás dele.

A revolução telemática é uma realidade e tem como ponta mais visível a explosão da Internet e seu múltiplos usos. No entanto, hoje avança-se no sentido de discutir aspectos relacionados à propriedade intelectual, difusão do conhecimento, acesso à informação e o direito à ter e fazer comunicação.

Neste sentido, vários especialistas e militantes do campo do Software Livre estarão publicando seus textos e múltiplas visões sobre vários dos aspectos citados acima.

Muito mais do que uma publicação voltada para especialistas em informática, o centésimo número de **Proposta** trará o desafio a todos que atuam no campo dos direitos, da comunicação e da informação, de refletirem sobre sua práxis institucional e de como poderemos avançar no sentido de popularizar o Software Livre e suas múltiplas dimensões no caminho da democratização da informação.

### ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ  
Tel: (021) 2286-1441 • Fax: (021) 2286-1209

PRÓXIMO NÚMERO



Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

• R\$ 32,00 (trinta e dois reais).

### Como Fazer sua Assinatura de **PROPOSTA**

- Depósito bancário à FASE no Banco Bradesco, conta 95475-6, agência 0227-5 Botafogo. Envie o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 2286-1209.
- Através do site [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br).
- Cheque nominal à FASE no valor de R\$ 32,00. Envie juntamente com seus dados, para o endereço:  
Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ  
Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.  
Para maiores informações: (021) 2286-1441 ou [sbrandao@fase.org.br](mailto:sbrandao@fase.org.br).